

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Glória Maria Vaz Veiga

A Mediação como Estratégia de Integração Profissional



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Glória Maria Vaz Veiga

A Mediação como Estratégia de Integração Profissional

Relatório de Estágio
Mestrado em Educação
Área de Especialização em Mediação Educacional e
Supervisão na Formação

Trabalho realizado sob a orientação do
Doutor José Carlos Bernardino Carvalho Morgado

Outubro de 2012

DECLARAÇÃO

Nome: Glória Maria Vaz Veiga

Endereço eletrónico: lolinha_veiga@hotmail.com

Telemóvel: 964950920

Número do Bilhete de Identidade: 12950289

Título do relatório de estágio: A mediação como estratégia de integração profissional

Orientador: Doutor José Carlos Bernardino Carvalho Morgado

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Mestrado em Educação, Área de Especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTES RELATÓRIOS, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30 de Outubro de 2012

(Glória Maria Vaz Veiga)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração e apoio de um conjunto de pessoas que, das mais diversas formas, contribuíram para a sua concretização.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Carlos Morgado, que me deu as ferramentas indispensáveis que me permitiram discernir o que era mais e menos importante, pela sua paciência e permanente disponibilidade, pela motivação e força que me transmitiu ao longo desta caminhada;

À APPACDM, em particular ao Centro de Reabilitação de Ponte de Lima, por todo o incentivo e colaboração;

Aos meus pais, suporte de todo o meu esforço;

Ao Jorge pela sua dedicação constante;

A TODOS, O MEU PROFUNDO AGRADECIMENTO.

A MEDIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL

Glória Maria Vaz Veiga

Relatório de Estágio

Mestrado em Educação – Área de Especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação

Universidade do Minho

2012

RESUMO

Este projeto de investigação/intervenção foi realizado no Centro de Reabilitação de Ponte de Lima, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo. Foi no campo da Mediação Educacional, nomeadamente da Mediação Sociocomunitária, que este trabalho se estruturou.

A Mediação é uma área de conhecimento relativamente recente na sociedade portuguesa e na educação. Enquanto método alternativo de resolução de litígios, a mediação tem vindo a revelar-se como um meio para gerir a conflitualidade e uma forma de estimular o diálogo e o exercício da cidadania, quer ao nível dos serviços extrajudiciais, como os Julgados de Paz, quer em outros sectores da sociedade civil. Embora tenha surgido associada aos tribunais, a mediação foi progressivamente sendo utilizada noutros campos, nos quais se inclui a educação, e do qual este trabalho é exemplo. Nos dias que correm, as práticas de mediação ultrapassaram as barreiras da resolução de conflitos, passando a ser utilizadas como meio de prevenção de conflitos, numa lógica de promoção de interações interpessoais e sociais, de modo a criar condições que permitam o desenvolvimento da autonomia e da participação, com vista à transformação pessoal e social.

No nosso caso, o projeto de intervenção procurou (e conseguiu), numa lógica de mediação sociocomunitária, sensibilizar as instituições e entidades locais para a necessidade de integrarem os jovens que fazem a sua formação no Centro de Reabilitação de Ponte de Lima, da APPADM de Viana do Castelo, e que esperam poder integrar-se social e profissionalmente na comunidade em que vivem.

Situamos a investigação/intervenção realizada numa abordagem qualitativa, desde o desenho, planeamento e execução do mesmo, com uma aproximação ao estudo de caso. Recorremos a várias técnicas de recolha de dados essenciais para aceder e compreender formas de integração socioprofissional de pessoas com deficiência mental. O resultado foi francamente positivo.

MEDIATION AS A STRATEGY FOR PROFESSIONAL INTEGRATION

Glória Maria Vaz Veiga

Professional Practice Report

Master in Education – Escrever Designação da Área de Especialização

University of Minho

2012

ABSTRACT

This research/intervention project was carried out at the Centro de Reabilitação de Ponte de Lima, of the Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental of Viana do Castelo. It was based on the Social Communitary Mediation model of Educational Mediation.

Mediation is a field of study fairly recent to the Portuguese society and education. As an alternative method of resolution of disputes, mediation reveals itself as mean to manage conflicts, to stimulate dialogue and citizenship. It does it so by extrajudicial services, such as the Justice of the Peace for example. Although its origin is associated to courts, it has progressively being put into use in other fields, such as in education. This research is an example of that. Latterly, the mediation practices have exceeded the barriers of conflict resolution, becoming a mean of preventing them by promoting social and interpersonal interactions. This will lay down conditions for people to develop their autonomy and participation, in order to achieve personal and social transformation.

In our case, this intervention project sought (and obtained it) to sensitize institutions and local entities using a social communitary mediation model for the necessity of integrating the young people who study at the *Centro de Reabilitação de Ponte de Lima*, of the APPADM of Viana do Castelo, in order for them to become part, both social and professionally, so the society they live in.

his research project was carried out by using a qualitative approach, from its planning to its execution, with an approach to the case study. It was used several essential data gathering techniques for us to access and comprehend ways of integrating socially and professionally mentally disabled people. The result was plainly positive.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE ANEXOS E DE APÊNDICES.....	xii
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS TABELAS E GRÁFICOS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
INTRODUÇÃO	15
Apresentação Sumária do Tema de Estágio: Contexto, Atualidade e Pertinência.	15
Organização do Relatório de Estágio	18
CAPÍTULO1: ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO ESTÁGIO.....	19
Introdução.....	19
1. Caracterização da Instituição: Historial da APPACDM	19
1.1. Estruturas/Respostas Sociais.....	21
1.2. Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (CRPL)	22
1.2.1. Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Formação Profissional (FP)	23
1.2.2. Objetivos Gerais da Intervenção.....	25
1.2.3. Avaliação do Programa.....	26
1.2.4. Avaliação das fases.....	26
1.2.5. Parcerias	27
1.3. O público-Alvo do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima	27
2. O Estudo	29
2.1. A problemática de Investigação/Intervenção.....	29
2.2. Diagnóstico de Necessidades	30
2.3. Finalidade e Objetivos da Intervenção/ Investigação	33

CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA PROBLEMÁTICA DE ESTÁGIO	35
Introdução.....	35
1. A Mediação	35
1.1. A mediação Social e a Mediação Comunitária.....	37
1.2. A figura do Mediador e o Processo de Mediação.....	38
2. Contributos Teóricos Mobilizados para a Problemática Específica de Investigação/ Intervenção.....	41
2.1. Conceito de Deficiência.....	41
2.1.1. Conceito de Deficiência Mental.....	43
2.2. A Problemática da Exclusão Social e da Pobreza	44
2.3. A Integração Social	50
2.4. A Pessoa com Deficiência Mental: um Ser com Direitos Humanos	51
2.5. Integração das Pessoas com Deficiência no Mercado do Trabalho	53
 CAPÍTULO 3:ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DO ESTÁGIO.....	57
Introdução.....	57
1. Paradigma de Investigação	57
2. Método Utilizado.....	60
2.1. A Entrevista	61
2.2. Pesquisa e Análise Documental.....	62
2.3. A Observação Participante	63
2.4. Análise de Conteúdo	64
3. Identificação dos recursos mobilizados e das limitações do processo.....	65
 CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS OBTIDOS.....	67
Introdução.....	67
1. O Processo de Investigação	67
1.1. Apresentação dos Resultados da Entrevista à Diretora do CRPL.....	68

1.1.1.	Informação Sobre a Entrevistada	69
1.1.2.	Caracterização do Contexto e dos Intervenientes na Instituição	70
1.1.3.	Desenvolvimento do Projeto Institucional do CRPL	72
1.1.4.	Práticas de Formação na Instituição	72
1.2.	Apresentação dos Resultados das Entrevistas a entidades	74
1.2.1.	Experiência de Integração dos Jovens	74
1.2.2.	Importância da Formação Profissional	77
1.2.3.	Enquadramento Profissional	81
1.2.4.	Mudanças para a Integração	82
2.	A mediação como Estratégia de Sensibilização da Comunidade para a Problemática da Deficiência	85
2.1.	Seminário: uma Forma de Intervenção	85
2.1.1.	Avaliação do Seminário	90
2.2.	Uma Proposta de Trabalho com as Escolas	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	Análise Crítica dos Resultados e das Implicações dos Mesmos	97
	Impacto do estágio	100
	A nível Pessoal	100
	A nível Institucional	100
	A nível de Conhecimento na Área de Especialização	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

ÍNDICE DE ANEXOS E DE APÊNDICES

ANEXOS	107
 Anexo1 – Autorização da Instituição	 109
 APÊNDICES	 111
 Apêndice 1 – Guião de entrevista à Diretora do CRPL.....	 113
Apêndice 2 – Guião de entrevista às entidades colaboradoras com a APPACDM.....	115
Apêndice 3 – Guião de entrevista às potenciais entidades colaboradoras com a APPACDM.....	116
Apêndice 4 – Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL.....	117
Apêndice 5 – Quadros síntese do conteúdo dos discursos das entrevistas às entidades.....	122
Apêndice 6 – Programa definitivo do seminário.....	129
Apêndice 7 – Cartaz de divulgação do seminário.....	130
Apêndice 8 – Certificado de participação no seminário.....	131
Apêndice 9 – convite para o seminário.....	132
Apêndice 10 – Instrumento de avaliação do seminário.....	133
Apêndice 11 – Objetivos da ação de sensibilização/formação com as escolas.....	135
Apêndice 12 – Exemplos de atividades para a ação de sensibilização/formação com as escolas	136

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS TABELAS E GRÁFICOS

FIGURAS

1- Fatores de pobreza e exclusão social.....	49
----------------------------------------------	----

QUADROS

1- Planificação do seminário.....	86
-----------------------------------	----

TABELAS

1- Caracterização do público-alvo – utentes que estão a frequentar o CAO.....	28
2- Caracterização do público-alvo – utentes que estão a frequentar a FP.....	29

GRÁFICOS

1- Resultados de avaliação do seminário.....	91
----------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

A.A.M.R. – American Association on Mental Retardation

APPACDM – Associação Portuguesa de pais e amigos do Cidadão com Deficiência Mental

CIES – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

IEFP- Instituto do Emprego e da Formação Profissional

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

ISEG-UTL – Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa

IUL – Instituto Universitário de Lisboa

ME/MESF – Mestrado em Educação/Mediação Educacional e Supervisão na Formação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PTVA – Programa de Transição para a Vida Autónoma

PTVA_t – Programa de Transição para a Vida ativa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Neste segmento fazemos uma breve apresentação do tema de estágio e a sua pertinência contextualizando-o no contexto onde decorreu. Na parte final, descrevemos a forma como se organiza o presente relatório.

Apresentação Sumária do Tema de Estágio: Contexto, Atualidade e Pertinência.

O presente trabalho desenvolve uma problemática específica, a integração profissional dos jovens com deficiência mental da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM), e enquadra-se numa problemática mais global, a mediação como estratégia de integração (socio)profissional.

Podemos caracterizar a sociedade em que nos encontramos como uma sociedade que, em certa medida, promove atitudes cada vez mais competitivas, perfeccionistas e consumistas, estabelecidas, na maioria das vezes, de acordo com os interesses de indivíduos que nela ocupam cargos de liderança e/ou de poder.

A sociedade tornou-se mais rígida e, ao mesmo tempo, mais caprichosa para com os elementos que a compõem, exigindo cada vez mais especialização e maior rentabilidade mas, nem sempre dando a formação devida nem resposta às dificuldades com que muitos cidadãos se deparam no quotidiano, tais como dificuldades de aprendizagem, financeira ou ligadas ao simples facto de residirem longe dos locais onde se encontram as atividades que pretendemos desempenhar, de serem oriundos de um país estrangeiro ou praticantes de uma religião ou cultura minoritária. Tais dificuldades têm originado, com alguma frequência, que tais cidadãos, de forma mais ou menos intensa, sejam objeto de exclusão.

Desta forma, a integração na sociedade é, por vezes, mais uma mera questão de sorte, de apoios que cada um possa ter ou mesmo do seu aspeto físico, do que dos valores interiores ou dos conhecimentos técnicos que possam ter.

Se, de uma maneira geral, qualquer cidadão se pode ver confrontado com este tipo de dificuldades, os problemas que se apresentam às pessoas com deficiência(s) podem ser em maior número e mais excludentes eclodindo, desde a sua natural dificuldade mental ou motora para assimilarem um qualquer fator de aprendizagem ou, simplesmente, devido ao facto de, por exemplo, não conseguirem ultrapassar sozinhos os degraus de acesso a um edifício. Tudo isto pode, logo à partida, provocar uma potencial exclusão dos mesmos em relação à sociedade, uma vez que têm diversas necessidades que a maioria de nós não se encontra preparado nem sensibilizado para colmatar.

Mas, isso não significa que as pessoas portadoras de deficiência não tenham o seu contributo para dar à sociedade. Muitas destas pessoas são verdadeiros exemplos de coragem, profissionalismo e dedicação nas áreas em que conseguiram alguma integração – em áreas científicas e de pesquisa, do desporto, das artes e da indústria, por exemplo. É cada vez mais comum conseguirem formar uma família, desempenharem atividades profissionais de acordo com as suas possibilidades, com resultados que acabam por ser iguais ou, por vezes, até melhores que os conseguidos por pessoas ditas “normais”.

Com toda a informação de que hoje em dia dispomos já não é muito compreensível o comportamento que muitos adotam perante este tipo de indivíduos e que se refletem na forma como lidam com eles, tratando-os como sendo ‘demasiadamente diferentes’.

Foi com o intuito de caminharmos contra a exclusão social e profissional que elegemos como tema central deste trabalho – “A Mediação como Estratégia de Integração Profissional”.

Trabalhar com este público, na Associação Portuguesa de Pais e Amigo do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM), surgiu de uma vontade e de um gosto pessoais. Não só porque possibilitou o desenvolvimento de um trabalho na área sociocomunitária mas também permitiu, como qualquer trabalho em Educação, trabalhar para e com as pessoas, revelando-se um desafio que envolveu sentimentos e a necessidade de trabalhar em situações complexas, complicadas e, muitas vezes delicadas, com as quais tivemos de aprender a lidar.

O tema surgiu na sequência de uma primeira avaliação diagnóstica. Posteriormente, em conversa informal com a Diretora do Centro, acompanhante deste trabalho, e com o orientador por parte da Universidade, ao procurar enquadrar o estágio e este trabalho no projeto institucional,

tornou-se visível e consensual a vontade de aprofundar o trabalho já desenvolvido pela instituição no sentido de promover a integração profissional dos utentes que a frequentam.

A mediação é aqui utilizada, como o próprio tema indica, como uma estratégia favorecedora dessa integração. Apesar de ser uma prática recente no território nacional e de aparecer frequentemente ligada à resolução de conflitos, a mediação encontra-se hoje a ser progressivamente perspectivada e entendida como prevenção de conflitos, assente numa lógica de promoção das interações interpessoais e sociais, com vista ao desenvolvimento da autonomia e participação por forma a atingir a transformação pessoal e social. É neste sentido que Bonafé-Schmitt (2009) assegura que a mediação está a assumir um novo *modo de regulação social*.

Este trabalho tem como principal finalidade contribuir para a melhoria das condições de vida da população, em geral, e dos utentes da APPACDM, em particular, orientados pela ideia de uma sociedade mais democrática, cidadã e justa, procurámos desenvolver dinâmicas que favoreçam a integração da população com deficiência mental e criar condições que ajudem os utentes da APPACDM a construir um projeto de vida norteado por princípios de igualdade e de inclusão.

Importa desde já referir que não temos a veleidade de, com este trabalho, resolver o problema das desigualdades e a exclusão social a que tem estado votado um grupo com um *handicap* muito específico, a deficiência mental. Podemos apenas contribuir para dar um pequeno passo nesta grande caminhada, sensibilizando e alertando os responsáveis e a população em geral para possíveis formas de minimizar, ou até mesmo superar, algumas dessas desigualdades.

Para a concretização da investigação empírica, que nos ajudou a encontrar alguns subsídios para minimizar essa exclusão, recorreremos a uma metodologia de tipo qualitativo, com o recurso a técnicas de recolha de dados que se enquadram numa investigação de cariz qualitativo, como por exemplo as entrevistas e a análise documental. A opção por esta metodologia prendeu-se com a tentativa de concretizar um estudo fiável e pormenorizado da realidade em estudo, recorrendo, por isso, a uma metodologia próxima do estudo de caso. Pretendemos com a utilização destas técnicas de recolha de dados evidenciar as identidades, experiências e perspetivas dos atores envolvidos no projeto, bem como tomar decisões conscientes e fundamentadas que possam contribuir para um devir mais concordante com os propósitos de uma sociedade democrática e que, por isso, possam tratar todos de igual forma.

Relativamente, à fundamentação teórica, recorreremos aos contributos das Ciências da Educação, com o intuito de clarificar conceitos centrais neste trabalho tais como os conceitos de mediação, mediação social e comunitária, pobreza, exclusão social e integração social.

Organização do Relatório de Estágio

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo fazemos o enquadramento do estágio na instituição, para o que procedemos à caracterização da mesma e apresentamos da área problemática do estudo, com base no diagnóstico de necessidades efetuado. No final do capítulo apresentamos os objetivos da investigação/intervenção que nos propusemos concretizar durante a nossa permanência na instituição.

O segundo capítulo é destinado ao enquadramento teórico da problemática do estágio. Para o efeito explorámos não só as correntes teóricas que constituíram referentes importantes na abordagem da temática deste estágio, mas também alguns contributos teóricos mobilizados de uma forma mais específica e que concorreram para fundamentar este projeto de investigação/intervenção.

No terceiro capítulo procedemos ao enquadramento metodológico do estudo, evidenciando os procedimentos metodológicos adotados, bem como os fundamentos que considerámos importantes nesse processo.

A apresentação e discussão dos resultados é feita no quarto capítulo, o que nos permite compreender alguns dos dados recolhidos e justificar alguns procedimentos adotados na realização deste trabalho.

Por fim, na secção que designamos como Considerações Finais, fazemos referência a alguns aspetos do estudo que consideramos importantes e inventariamos pistas para possíveis projetos similares ao que apresentamos de seguida.

CAPÍTULO1

ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO ESTÁGIO

Introdução

Neste capítulo caracterizamos a instituição onde decorreu o estágio, recorrendo para o efeito ao seu Historial, às estruturas de intervenção social que integra e à caracterização do centro de Reabilitação de Ponte de Lima¹ – âmbito específico de realização do estágio –, dando a conhecer sumariamente o seu projeto de intervenção: o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Formação Profissional (FP), os objetivos gerais de intervenção, a avaliação do programa, a avaliação das fases, as parcerias e a caracterização do seu público-alvo.

Na parte final do capítulo apresentamos o estudo que realizamos, enaltecendo os seguintes aspetos: problemática de investigação/intervenção, diagnóstico de necessidades e a finalidade e objetivos da intervenção/investigação.

1. Caracterização da Instituição: Historial da APPACDM

A APPACDM foi criada no decurso do trabalho desenvolvido pela mãe de uma criança com trissomia 21 (mongoloide) – a Sr.^a Sheila Stilwell – que, “não encontrando qualquer tipo de resposta de forma a dar assistência e educação especial a[o] seu filho e a todas as crianças existentes na mesma situação, diligenciou no sentido de, em Portugal, ser criado algo com esse objetivo” (APPACDM, 2011, p. 1). Para o efeito, contou com o apoio técnico de uma pedopsiquiatra de Lisboa – a Dr.^a Alice Mello Tavares – e a colaboração de outros pais e amigos que, em conjunto, conseguiram que em 1962 se fundasse uma associação, inicialmente designada por Associação

¹ Encontra-se, no Anexo 1, a declaração da Instituição que autoriza a uso do seu nome no presente relatório.

Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides e cujos estatutos foram aprovados por Despacho Ministerial de 08 de novembro de 1962 (*idem*).

Mais tarde, em 1964, e com o intuito de associar esta instituição à Liga Internacional das Associações de Ajuda aos Diminuídos Mentais, passou a designar-se como Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, designação de onde derivaram quer o seu símbolo, quer a sigla APPACDM. Ainda hoje, a APPACDM pertence àquela Liga Internacional.

Em 2 de fevereiro de 1965 que a APPACDM abre o seu 1º Centro de Educação, em Lisboa, mais precisamente, situado no Largo da Ajuda, ficando esta data a simbolizar o dia oficial desta Associação (*idem*).

Mais uma vez, se procede à alteração de denominação da associação, que mantém a sua sigla APPACDM em vez da referida Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, a sigla passa agora a designar a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Desde essa data “a APPACDM tem desenvolvido a sua atividade nos mais variados sectores de apoio à Pessoa Com Deficiência Mental, tendo constituído a nível nacional a HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental –, de que são constituintes as APPACDM's de Lisboa, Porto, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Marinha Grande, Moura, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu, Aveiro, Sabrosa, Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Elvas, Portalegre, Vila Nova Poiares, Trofa, Anadia, Fundão, Mirandela e Soure” (*idem*).

Em Viana do Castelo, esta Associação iniciou o seu trabalho em dezembro de 1971, mas só em maio de 1972 abre os primeiros serviços neste distrito, em resultado do trabalho conjunto do então Governador Civil – Eng.º Alarcão Bastos – e dum grupo de Pais liderados pela Sr.ª D. Elvira Botelho, tecnicamente apoiados pela professora especializada Maria José d'Alpuim (*idem*).

Desde então, um longo caminho vem sendo percorrido na tentativa de atender, da melhor forma possível, aos constantes desejos e necessidades tanto das pessoas com deficiência mental como das suas famílias.

A APPACDM de Viana do Castelo, de acordo com a informação disponível no respetivo *site*², define-se na sua missão como sendo:

² Informação disponível em http://www.appacdm-viana.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=92, consultado a 03/10/2011.

uma instituição particular de solidariedade social, que concebe, constrói e implementa respostas sociais de modo proactivo, inovador e de qualidade dirigido às famílias dos cidadãos com deficiência e aos próprios, com vista a facilitar a sua inclusão social. Tendo como valores: a amizade, confidencialidade, criatividade, igualdade, integridade, privacidade, respeito, responsabilidade, rigor, e a solidariedade. Na definição da Visão refere que é uma instituição de referência na conceção, construção e implementação de respostas a problemáticas sociais, pela sua flexibilidade, diversidade, pela inovação e qualidade. É uma instituição socialmente atenta, credível, assertiva nas respostas, suportada em equipamentos de elevado nível e, sobretudo, em pessoas da maior qualidade humana, científica e técnica, fator que constitui o elemento estruturante da sua referência e diferenciação.

1.1. Estruturas/Respostas Sociais

A APPACDM de Viana do Castelo, através da criação, implementação de uma rede de infraestruturas diretamente geridas por si, fornece serviços especializados aos seus utentes com o apoio de uma equipa de profissionais do quadro da Instituição ao nível das seguintes estruturas/serviços³:

1. Equipas Locais de intervenção
2. Cresce e Jardim de Infância
3. Centro de Recursos para a Inclusão
4. Centro de Acolhimento Temporário
5. Área residencial
6. Centro de Educação e Formação Profissional da Areosa
7. Centro de Atividades Ocupacionais (Ursulinas, João Barreto; Ponte da Barca, Valença, Monção)
8. Centro de Reabilitação Profissional (Ponte de Lima, Melgaço)
9. Centro de Emprego Protegido de Viana do Castelo
10. Serviços Centrais
11. Serviços Administrativos

³ Informação disponível em <http://85.139.248.17/index.php/estruturas-respostas-sociais> acedido a 26/07/2012

As respostas sociais que a APPACDM dispõe estão ao serviço das pessoas com deficiência e de forma geral, todas visam, a integração social e a igualdade de oportunidades. A importância e potencialidades destes serviços tornam-se visíveis ao promoverem uma evolução significativa na vida das pessoas com deficiência mental, pelas dinâmicas de trabalho que desenvolvem, da abordagem sistémica que é feita, do envolvimento de diferentes parcerias e contextos para a resolução de problemas e para a adequação das respostas às dimensões de complexidade dos seus utentes.

Estas estruturas visam a prestação de serviços de excelência, aos seus utentes, com a contribuição técnico-científica no domínio da sua intervenção – intervenção precoce educação especial e reabilitação –, bem como o apoio na formulação e implementação de políticas sociais promotoras do desenvolvimento e da realização das pessoas com deficiência e das suas famílias com vista à igualdade de oportunidades.

1.2. Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (CRPL)*

O Centro de Reabilitação de Ponte de Lima foi a instituição onde decorreu o estágio. Trata-se de uma instituição jovem, uma vez que conta com apenas 11 anos de trabalho.

Tal como se refere no Projeto de Intervenção (CRPL, 2009), o CRPL é uma delegação da APPACDM de Viana do Castelo, cuja missão passa por promover a qualidade de vida da pessoa com deficiência, pelo que toda a sua intervenção se rege pelos princípios da igualdade e da inclusão.

De acordo com o Projeto de Intervenção (*idem*),

o Centro iniciou a sua atividade em Setembro de 1999, na rua Conde de Bertiandos, freguesia da ribeira, com um total de 20 pessoas com deficiência mental profunda, grave, moderada e ligeira. Atualmente tem novas instalações, inauguradas a 13 de maio de 2006, na Rua Agostinho José Taveira, Ponte de Lima, acolhendo 43 utentes. Aqui funcionam um Centro de Atividades Ocupacionais, um Programa de Formação profissional e, ainda, uma Empresa de Inserção – Jardim Limiano –, que se dedica a

⁴ Toda a informação que permite dar conta do trabalho que o CRPL desenvolve e que permite fazer a sua caracterização encontra-se explorada no seu Projeto de Intervenção, um projeto concebido e implementado pela equipa do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima.

atividades de jardinagem. Esta Empresa, embora esteja inserida no Centro, tem um projeto independente e uma filosofia de intervenção diferente dos outros projetos. Ainda, ligada ao centro existe o projeto, 'Nós e Pontos', de prestação de serviços na área de lavandaria, engomadoria e pequenos arranjos de costura.

A equipa de apoio a este centro é constituída a tempo inteiro por uma Terapeuta Ocupacional, que exerce as funções de Diretora, uma Psicóloga, vários Monitores de Formação Profissional e Ajudantes de estabelecimento (com funções de responsáveis de grupo), uma Cozinheira, vários Auxiliares de Serviços Gerais, um Engenheiro Agrónomo, uma Técnica Administrativa e ainda, a tempo parcial, uma Terapeuta da Fala e um Professor de Educação Física (*idem*).

1.2.1. Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Formação Profissional (FP)

O Projeto de Intervenção do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (*idem*) refere que este Centro tem vindo a desenvolver um Programa de Transição para Vida Autónoma, especificamente direcionado para a promoção da autodeterminação⁵ das pessoas com deficiência mental. Este programa pressupõe uma abordagem dinâmica do desenvolvimento pessoal, tendo em conta as capacidades, interesses, expectativas e competências individuais de cada utente.

Assim, a admissão no Centro de Reabilitação de Ponte de Lima preconiza um percurso com início no Programa de Transição para a Vida Autónoma (PTVA), associado ao Centro de Atividades Ocupacionais, podendo ou não seguir para o Programa de Transição para a Vida Ativa (PTVAt) que se traduz na Formação Profissional.

O PTVA divide-se em três fases: (1) fase de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; (2) fase de desenvolvimento de competências técnicas e (3) fase de manutenção ativa. Se o utente adquirir e/ou desenvolver as competências, previamente descritas em protocolo próprio, necessárias para poder frequentar uma Formação Profissional, inicia o PTVAt (*idem*).

Todos os utentes iniciam o seu percurso pela fase de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, transitando depois para a fase de desenvolvimento de competências técnicas ou

⁵ A autodeterminação é um dos objetivos da intervenção, ou seja um resultado esperado. O programa não está especificamente direcionado para a autodeterminação.

passando, diretamente, para a fase de manutenção ativa (*idem*). No final da fase de desenvolvimento de competências técnicas o utente será encaminhado para a formação profissional ou integrará a fase de manutenção ativa (*idem*).

Entre a fase de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a fase de desenvolvimento de competências técnicas, que se constituem simultaneamente como fase de despiste e como preliminar para a formação profissional, existe complementaridade (*idem*), o que permite configurar um percurso sequencial e fundamentado de aprendizagem para os utentes do centro.

Por sua vez, a fase de manutenção ativa diz respeito ao CAO propriamente dito e destina-se aos utentes que não reúnem os pré-requisitos necessários para a realização de uma formação profissional. Nesta fase não existem *timings* pré-estabelecidos para o desenvolvimento das competências, nem estas constituem uma meta obrigatória. A intervenção é direcionada e personalizada de forma a garantir a otimização/estimulação das capacidades que o utente já possui e o desenvolvimento de outras que possa vir a adquirir, de forma contínua e holística (*idem*).

A manutenção ativa não é aqui encarada como uma estagnação, ou uma reta final, mas sim como uma fase de intervenção dinâmica. Os conteúdos/parâmetros previstos para a Manutenção Ativa constam da fase de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais e da fase de Desenvolvimento de Competências Técnicas, sendo selecionados em função das características individuais de cada utente e, posteriormente, registadas no protocolo de avaliação.

O programa de FP atualmente reestruturado com base nos referenciais Nacionais SNQP tem duração de 2900 horas, repartidas por três fases, sendo a última dedicada à realização de um estágio num local de trabalho (*idem*).

A Formação Profissional integra pessoas com idade igual ou superior a quinze anos. Tem como finalidade promover a inserção do formando na sociedade e, sobretudo, no quadro laboral da macrossociedade. As áreas de formação são: Artesanato e Serviços, Jardinagem e Atividades de Vida Hoteleira. Cada uma delas é desenvolvida a partir de um projeto próprio, integrado no projeto dos diferentes Centros de Formação Profissional da APPACDM (*idem*).

O tempo de permanência em cada fase varia em função das características individuais, sendo que a fase de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais varia entre três meses e dois anos. Se ao fim desse tempo o utente não reuniu as condições necessárias para transitar para

a fase de Desenvolvimento de Competências Técnicas, mas alcançou 25% das competências descritas no protocolo de avaliação, poderá reiniciar o ciclo ,ou seja, recomeçar a primeira fase.

Caso não tenha alcançado os 25% passará a integrar uma fase da manutenção ativa que visa, essencialmente, a promoção de uma vida de qualidade, mediante um programa individualizado que aposte na estimulação das capacidades do cliente de forma a evitar ou diminuir a perda das mesmas (*idem*).

A fase de Desenvolvimento de Competências Técnicas tem duração mínima de um mês e máxima de um ano. Pressupõe a experimentação de vários ateliers e salas de formação, de forma a desenvolver competências diversificadas que permitam ir de encontro às preferências vocacionais e habilidades reais do utente. No final, caso o utente não tenha reunido condições para iniciar uma Formação Profissional, mas tenha alcançado 25% das competências previamente definidas, poderá repetir esta fase. Não se verificando as condições anteriores, o utente integrará a fase de manutenção ativa (*idem*).

1.2.2. Objetivos Gerais da Intervenção

Os objetivos gerais da intervenção do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima passam por:

- Permitir a vivência de experiências que facilitem o conhecimento e desenvolvimento;
- Proporcionar o desenvolvimento de competências que favoreçam o equilíbrio físico, emocional e social;
- Favorecer a partilha dos símbolos pessoais fortalecendo as relações de grupo possibilitando respeito por si e pelo outro;
- Estimular a autoestima, permitindo assim superar dificuldades pessoais;
- Aumentar a sua responsabilidade e a segurança possibilitando uma relação pessoal positiva promovendo assim a autonomia;
- Proporcionar experiências diversificadas, no sentido de desenvolver uma relação de aproximação às experiências de vida ativa (*idem*).

1.2.3. Avaliação do Programa

Este projeto é avaliado mediante a aplicação de questionários de satisfação dirigidos aos utentes do centro, respetivas famílias e à equipa de intervenção. São ainda realizadas reuniões periódicas com todos os intervenientes para avaliar o desenvolvimento da aplicação do programa. Servem, ainda como indicadores da sua validade:

- Os registos individuais constantes no protocolo de avaliação;
- O número de formandos que concluem, com êxito, a formação profissional no período de tempo previsto atualmente (*idem*).

1.2.4. Avaliação das fases

A avaliação de cada uma das fases que a permanência no Centro preconiza é feita mediante registo em protocolo próprio, o qual deverá ser aplicado durante o primeiro trimestre a partir da data de admissão, ao fim do qual se realiza a primeira avaliação formal. Esta avaliação permite, assim, definir uma linha de base, visando a construção do programa de intervenção individual.

A avaliação decorre de duas formas: a avaliação formal e a avaliação informal. A avaliação informal é uma avaliação contínua, fornecendo informações que permitem uma adequação permanente do programa, ao plano que a avaliação formal que ocorre duas vezes no ano, com a elaboração de relatórios. O registo da avaliação é feito em protocolo próprio, onde constam todas as competências, no sentido de verificar a evolução e os progressos individuais, bem como de aferir a qualidade e a pertinência de cada programa. Os resultados da avaliação formal são analisados pela equipa, pelo utente e respetiva família (*idem*), num processo de reflexão de onde decorrem possíveis alterações a introduzir por forma a melhorar o processo.

1.2.5. Parcerias

Todo este projeto foi pensado e estruturado tendo em consideração uma visão holística do sujeito, em interação com os vários sistemas que o rodeiam. Assim, a colaboração com a família do utente e com as várias instituições que, direta ou indiretamente, com ele se relacionam, assume aqui um papel fundamental. Os contactos com a família, Segurança Social, Instituições de Saúde, Comissão de Proteção de Crianças e jovens em Risco (CPCJ), Instituto de Emprego e Formação Profissional, Ministério Público, Município de Ponte de Lima e Autarquias, Escolas e outras Entidades com competência em matéria de infância e juventude, Movijovem (Pousada de Juventude), Associação dos Amigos Dançando com a Diferença – Grupo Dançando com a Diferença – e, Centro Equestre do Vale do Lima, são cruciais tanto na fase de avaliação como ao longo de toda a intervenção (*idem*).

1.3. O público-Alvo do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima⁶

A caracterização do público-alvo foi realizada com base em informações recolhida através da diretora do centro.

Apresentamos, a baixo, na tabela 1, a caracterização dos utentes que frequentam o CAO tendo em conta o sexo e a idade. Este serviço é frequentado por um total de vinte e oito utentes, sendo que onze são do sexo feminino e dezassete são do sexo masculino e têm idades compreendidas entre os 17 e 41 anos de idade.

⁶ Caracterização feita aquando a realização do Plano Individual de atividades e sujeita a alterações uma vez que podem ocorrer tanto desistências como admissões.

Tabela 1: Caracterização do público-alvo – utentes que estão a frequentar CAO

Utente	Sexo	Idade a 15-09-2011
1	F	25
2	M	29
3	F	22
4	M	27
5	M	23
6	F	17
7	F	18
8	M	23
9	F	31
10	F	18
11	M	17
12	F	26
13	F	22
14	M	31
15	M	25
16	M	20
17	M	27
18	M	21
19	M	29
20	M	32
21	M	23
22	F	19
23	F	41
24	M	20
25	M	18
26	M	21
27	F	21
28	M	39

Na tabela 2, caracterizamos os utentes que se encontravam a frequentar a F.P. tendo, em linha de conta, o sexo e a idade e as habilitações literárias que possuíam antes de iniciarem a formação profissional na instituição. A F.P. no CRPL, é frequentada por quinze utentes, de entre os quais oito são do sexo feminino e sete são do sexo masculino. Apresentam idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos de idade. Dois dos utentes concluíram o 12ºano de escolaridade antes de entrarem na formação, nove tinham o 9º ano, dois o 4º ano e um nunca frequentou a escola.

Tabela 2: Caracterização do público-alvo – utentes a frequentar FP

Utente	Sexo	Idade a 15-09- 2011	Habilitações
29	M	21	9º
30	F	34	4º
31	M	20	12º
32	F	28	9º
33	F	17	9º
34	F	19	9º
35	M	20	9º
36	F	26	4º
37	F	28	9º
38	M	39	S/escolaridade
39	M	20	9º
40	M	23	12º
41	F	20	9º
42	F	21	9º
43	M	19	9º

2. O Estudo

Neste ponto, começamos por apresentar a área problemática do estudo. De seguida, fazemos referência ao diagnóstico de necessidades. Por fim, apresentamos a finalidade e objetivos que nortearam o estágio.

2.1. A problemática de Investigação/Intervenção

A exclusão das pessoas com deficiência mental é um fenómeno secular que se vem arrastando até aos dias de hoje. Talvez possamos dizer que as situações de privação e exclusão social não decorrem, necessariamente, da deficiência em si, mas sobretudo da forma como este fenómeno é socialmente construído, bem como dos inúmeros impedimentos com que esta problemática se depara a diversos níveis, nomeadamente a nível físico, social e psicológico.

É a sociedade – e aqui falamos da família, da escola, das várias instituições que compõe a comunidade – que cria as principais situações de desvantagem e restrição às pessoas com deficiência mental, ao não considerarem as suas necessidades específicas e a sua singularidade, impedindo com alguma frequência a sua participação na vida social.

Talvez possamos dizer que a deficiência mental e a exclusão social a ela associada, não devem apenas ser vistas como um problema social e político, uma vez que se configuram, também, como uma questão de cidadania e direitos humanos. Neste sentido, e como veremos adiante, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa e noutros tratados e convenções ratificados pelo nosso país, a sociedade tem o dever de garantir a todas as pessoas, sem exceção, o cumprimento e exercício pleno dos direitos de cidadania.

É neste sentido que a declaração de Salamanca (1994, p. 34) refere, no seu ponto 56º, que

os jovens com necessidades educativas especiais precisam de ser apoiados para fazer uma transição eficaz da escola para a vida ativa, quando adultos. As escolas devem ajudá-los a tornarem-se ativos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessários na vida diária (...), o que exige técnicas de formação adequadas, incluindo a experiência direta em situações reais, fora da escola. O currículo dos alunos com necessidades educativas especiais (...) deve incluir programas específicos de transição, apoio à entrada no ensino superior, sempre que possível, e treino vocacional subsequente que os prepare para funcionar, depois de sair da escola, como membros independentes e ativos das respetivas comunidades. Estas atividades terão de efetuar-se com a participação empenhada de consultores vocacionais, agências de colocação, sindicatos, autoridades locais e dos vários serviços e organizações competentes.

2.2. Diagnóstico de Necessidades

Diferentes interpretações podem ser feitas ao conceito de *necessidade*. Com alguma frequência, a palavra *necessidade* é utilizada para expressar um desejo, uma vontade, uma aspiração, o imprescindível... (Rodrigues & Esteves, 1993). Esta diversidade de significados, que o termo *necessidade* nos apresenta pode dificultar a prática de análise de necessidades, embora não deva ser, por isso, que a mesma deixa de ter uma importância redobrada quando se pretende compreender um dado contexto.

Na prática educativa, a análise de necessidades pode ser entendida “como uma técnica e um conjunto de procedimentos ao serviço da estratégia de planificação” (*idem*, p. 11), permitindo que de alguma forma possamos estruturar a ação. Foi neste sentido que a avaliação de necessidades constituiu o nosso ponto de partida no desenho do plano de intervenção na/para a APPACDM.

Bradshaw (1972, cit. por Zabalza, 1992, pp. 58-60) distingue as várias necessidades nos seguintes tipos: necessidade *normativa* (carências standard/padrão), *sentida* (resposta obtida aquando o questionar das precisões da pessoa), *expressa* ou *procura* (quando a necessidade é a expressão comercial, objetiva), *comparativa* (com referência à justiça distributiva) e *prospetiva* (que provavelmente acontecerá futuramente).

Por sua vez, Ketele (1994, p. 18), defende que “se uma encomenda é sempre o indício de uma necessidade, não é menos verdade que, inconsciente ou conscientemente, ela serve para mascarar a verdadeira necessidade ao desviar a nossa atenção para aquela que é expressa. Assim, convém prever a realização de um estudo das expectativas junto do público-alvo potencial”.

Sendo difícil, na fase inicial de desenvolvimento do projeto, fazer, junto do potencial público da instituição, um estudo válido das suas necessidades, foi através da diretora, minha acompanhante, em conjunto com o meu orientador da Universidade que, informalmente, procuramos encontrar uma situação/problema passível de intervenção. Foi assim que chegámos a uma eventual necessidade, que se constituiu como o eixo estruturante do nosso projeto de intervenção

Existe na instituição, como pudemos constatar na caracterização da mesma, um projeto de formação profissional que tem em vista promover a inserção do formando na sociedade e, sobretudo, no quadro laboral da macrossociedade. Segundo a diretora, esta integração tem tido casos de sucesso. No entanto, apresenta-se como um potencial campo de intervenção dado, em sua opinião, existir ainda um longo caminho a percorrer. Assim, a nossa intervenção deveria começar por se centrar na identificação dos constrangimentos subjacentes a essa integração para, numa fase posterior, podermos intervir ao nível da sensibilização da sociedade envolvente com o intuito de a sensibilizar para a premência de criar possibilidades para pessoas que, à partida, não têm as mesmas oportunidades. No fundo, este projeto de intervenção teve como linha orientadora a

mediação no sentido de encontrar possíveis caminhos para a integração social e profissional dos utentes desta instituição.

Face a esta situação, e tendo em consideração os tipos de necessidades apresentados por Bradshaw, podemos caracterizar esta necessidade, quer por referência a uma carência padrão (necessidade normativa), quer por referência à justiça distributiva (necessidade comparativa).

Depois desta primeira abordagem na instituição e do conhecimento da existência de um projeto de formação profissional dos jovens, tornou-se necessário aprofundar o diagnóstico, para que outras decisões pudessem vir a ser tomadas. A este respeito, Stoer (2005, p. 26), assegura que as decisões são “assunções reflexivas, na medida em que o conhecimento que se constrói sobre o real atua sobre este, integrando-o narrativamente e produzindo sentido”.

Neste sentido, tornou-se importante para nós e para a nossa investigação/intervenção ter um maior e melhor conhecimento sobre o projeto formativo da instituição. Para tal pensamos ser adequado entrevistar a diretora da instituição, uma vez que é uma das responsáveis pelo projeto.

Assim, com o intuito de compreender de forma mais aprofundada não só o projeto institucional mas também o projeto de formação profissional dos jovens do CRPL, bem como de procurar identificar os constrangimentos inerentes à integração social e profissional do seu público e, ainda, na tentativa de identificar potenciais entidades colaboradoras nessa integração, foi concebido um guião e realizada uma entrevista (semiestruturada) à Diretora do Centro⁷.

Posteriormente, pensamos entrevistar, com o mesmo objetivo central de identificar os constrangimentos subjacentes à integração socioprofissional dos jovens com deficiência mental, entidades locais que já tivessem colaborado com a APPACDM, facultando estágios curriculares, e entidades que pudessem vir a colaborar futuramente nesse sentido. Assim, foram concebidos dois guiões e realizadas entrevistas (semiestruturadas) às entidades já colaboradoras⁸ com a APPACDM e a potenciais entidades colaboradoras⁹.

Estas entrevistas permitiram, de certa forma, começar a aprofundar o diagnóstico de necessidades e contribuíram para tomarmos decisões mais específicas no decurso da nossa intervenção.

⁷ O guião de entrevista à Diretora do CRPL encontra-se no apêndice 1.

⁸ O guião de entrevista às entidades colaboradoras com a APPACDM encontra-se no apêndice 2.

⁹ O guião de entrevista às potenciais entidades colaboradoras com a APPACDM encontra-se no apêndice 3.

Como veremos adiante, as pessoas com deficiência mental partilham com os demais cidadãos os mesmos direitos humanos, consagrados da Declaração Universal dos Direitos do Humanos. Assim sendo, a sociedade tem o dever de promover a diversidade inerente à espécie humana e garantir a todas as pessoas, sem exceção, o acesso aos direitos cívicos, políticos, sociais, económicos e culturais. Veremos ainda que, ao longo de séculos e séculos, várias foram as medidas e atitudes tomadas relativamente às pessoas com deficiência mental, até se chegar à reabilitação como forma de as adaptar à realidade. Um processo que sofreu uma evolução mais acentuada a partir do momento em que as questões da inclusão e da exclusão passaram a fazer parte dos discursos políticos e a ser uma preocupação social

De facto, muitos avanços foram sentidos na forma como as pessoas com deficiência mental são vistas na sociedade e na sua integração social. Todavia, parece-nos que, atualmente, não é apenas necessário criar condições que, de algum modo, permitam um ajuste das pessoas com deficiência à sociedade. É preciso, acima de tudo, trabalhar a sociedade para que esta possa modificar-se no sentido de incluir e de se adaptar às exigências de todos sem exceção. Ou seja, torna-se fundamental aprofundar o sentido da solidariedade e trabalhar o respeito pelas diferenças de cada um, para que as pessoas com deficiência mental possam, sem discriminação fazer parte da heterogeneidade humana que caracteriza a sociedade contemporânea

2.3. Finalidade e Objetivos da Intervenção/ Investigação

A principal finalidade deste projeto de mediação passa por contribuir para a melhoria das condições de vida da população, em geral, e dos utentes da APPACDM, em particular, no seio de uma sociedade que se quer mais democrática, cidadã e justa. De forma genérica, esta finalidade procura explicitar os efeitos esperados com a globalidade deste projeto, bem como poder vir a corresponder às necessidades e expectativas dos seus intervenientes.

Considerando esta finalidade como ponto de partida da nossa investigação/intervenção tornou-se depois necessário definir, de forma precisa, o que pretendíamos saber ou conhecer.

Para isso foi importante a definição da pergunta de partida¹⁰, pois esta desempenha um importante papel enquanto “primeiro fio condutor da investigação” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 44), tendo em consideração as suas características para que esta possa desempenhar corretamente a sua função (*idem, ibidem*).

Assim, a pergunta de partida que acabou por nortear o nosso estudo/intervenção, foi redigida da seguinte forma: *De que forma a mediação socioeducativa poderá contribuir para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental?*

Tendo em consideração que os objetivos gerais “descrevem grandes orientações para as ações e são coerentes com as finalidades do projeto, descrevendo as grandes linhas do trabalho a seguir” (Guerra, 2000, p. 163), podemos afirmar que os objetivos gerais deste projeto de investigação/intervenção procuram, de algum modo, exprimir um compromisso entre o horizonte desejável e as condições concretas deste caso. Tendo em conta as considerações anteriores e com o intuito de nortear o processo de intervenção, delineamos os seguintes objetivos gerais¹¹:

- 1) Gerar estruturas e dinâmicas orientadas para a integração plena da população com deficiência mental;
- 2) Criar condições facilitadoras aos utentes da APPACDM para construírem um projeto de vida norteado por princípios de igualdade e inclusão.

Relativamente aos objetivos específicos, estes “distinguem-se dos objetivos gerais porque não indicam direções a seguir mas estádios a alcançar, e assim, são, geralmente, expressos em termos mais descritivos de situações a concretizar” (Guerra, 2000, p. 164). Neste sentido, os objetivos específicos foram sendo definidos à medida que o diagnóstico de necessidades foi sendo realizado e o processo se desenvolveu no terreno.

¹⁰ Segundo Quivy e Campenhoudt (1992, p.44) «(...)a pergunta de partida deve apresentar qualidades de clareza: ser precisa, ser concisa e unívoca; de exequibilidade: ser realista; e de pertinência: ser uma verdadeira pergunta; abordar o estudo do que existe, basear o estudo da mudança no funcionamento, ter uma intenção de compreensão dos fenómenos estudados».

¹¹ A definição dos objetivos “é fruto de uma negociação intensa e permanente, ao nível da população implicada, dos decisores, dos técnicos, etc. No início do projeto, os objetivos tendem geralmente a ser mais vagos e abertos, mas à medida que a intervenção decorre e o diagnóstico se afina, o projeto tende a definir os seus objetivos com menos amplitude e mais profundidade” (Guerra, 2000, p.165). Os objetivos devem, por um lado, “decorrer das problemáticas identificadas no diagnóstico” e, por outro lado, ser “realistas, estando ancorados nos recursos identificados (existentes ou potenciais)” (*ibidem*).

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA PROBLEMÁTICA DO ESTÁGIO

Introdução

Ao longo deste capítulo fazemos a fundamentação teórica do estudo, referenciando autores que constituíram marcos importantes no campo da mediação, em geral, e da mediação sociocomunitária, em particular, bem como do papel do mediador nesse. Além disso identificamos alguns contributos teóricos que mobilizados para a problemática específica do estágio, fazendo uma abordagem aos conceitos de deficiência, de deficiência mental, de exclusão social e de pobreza e de integração social. Nesta secção do trabalho será, ainda, feito um breve enquadramento normativo, com referência a alguns documentos produzidos quer a nível nacional, como a Constituição da República Portuguesa, quer a nível mundial, como a Declaração dos Direitos Humanos.

1. A Mediação

A mediação é uma prática recente na realidade portuguesa, ao contrário do que se passa nos Estados Unidos da América e em alguns países Europeus que contam já com algumas décadas de trabalho neste campo. Esta afirmação recente da mediação no território nacional, “em conjunto com o facto de o termo mediação se ter rapidamente tornado uma espécie de moda tanto em círculos científicos como profissionais, concorre para que o campo da mediação se caracterize por uma escassez de clarificação” (Neves, 2010, p. 33) e que muitas vezes se recorre a este conceito com um sentido muito diferente do que ele de facto significa.

Na verdade, ouvimos frequentemente falar de mediação para identificar uma prática alternativa de resolução de conflitos ao nível familiar, laboral, escolar, sociocomunitário, cultural. No entanto, nos dias que correm, cada vez mais a noção da mediação ultrapassa as barreiras da

‘resolução de conflitos’, sendo já compreendida como forma de prevenção de conflitos, numa lógica de promoção das interações interpessoais e sociais por forma a criar condições que permitam o desenvolvimento da autonomia, participação com vista à transformação pessoal e social. Daí Bonafé-Schmitt (2009) assegurar que a mediação se está a assumir como um novo *modo de regulação social*.

De facto, a abundância de possibilidades de intervenção que a mediação oferece é refletida na igual pluralidade de áreas de atuação em mediação – mediação familiar, mediação judicial, mediação escolar, mediação intercultural, entre outras – e no papel que, em termos de regulação social, tem vindo a assumir nos tempos mais recentes.

A mediação é definida por Sousa (2002, p. 19) como “um meio de procura de um acordo em que as partes são ajudadas por um especialista que orienta o processo” tendo em vista a resolução de conflitos existentes entre as partes envolvidas. Procura-se ainda que, através deste processo, as partes envolvidas consigam o desbloqueio de posições inflexíveis e que através da colaboração encontrem soluções participadas e trabalhadas por ambas. Nesta ordem de ideias, podemos afirmar que “o objetivo da mediação consiste em levar as partes a colaborarem na resolução do problema, em vez de se manterem intransigentemente agarradas a posições inultrapassáveis e antagónicas” (Oliveira & Galego, 2005, p. 25).

Também a mediação socioeducativa, como ‘extensão’ da mediação, é vista como um “método de resolução e gestão alternativa de conflitos, meio de regulamentação social e de recomposição pacífica de relações humanas” (Luison & Valastro, 2004, cit. Silva & Moreira, 2009, p. 7), configurador de uma cultura de mudança social (Torremorell, 2008), que ocorre em contextos educativos, tanto de educação formal como de educação não formal e informal, cuja ação se pode centrar em indivíduos – e no seu desenvolvimento e inserção social – ou em grupos - com uma dimensão coletiva e de coesão social.

Ambas as definições anteriormente mencionadas nos remetem para o facto de o conflito estar na origem da mediação como prática de intervenção social. Ou seja, para que a mediação possa acontecer torna-se necessário que as partes reconheçam a existência de uma situação conflituosa e a vantagem do recurso a uma terceira pessoa, ‘exterior’ à situação, para procurarem em colaboração e diálogo a solução para o seu problema. O termo mediação está, assim, associado

à intervenção de uma terceira pessoa responsável pela criação de um “quadro processual que permite às partes resolverem elas próprias o seu diferendo” (Bonafé-Schmitt, 2009, p. 24).

É neste sentido que, corroborando as palavras de Oliveira e Galego (2005, p. 23), “a mediação funciona como um meio de ajuda, proporcionando a cada indivíduo a possibilidade de este se responsabilizar cada vez mais por si, ajudando-o também a descobrir as suas capacidades individuais”. Assim, a mediação enquanto meio de responsabilização individual “pode também proporcionar uma maior responsabilidade social, a qual é fundamental para o pleno exercício da cidadania” (*idem*, p. 24).

Duas grandes formas de mediação são apresentadas por Guillaume-Hofnung (2005, cit. Silva & Moreira, 2009, p. 7): a mediação de diferenças e a mediação de diferendos. A mediação de diferenças “procura (r)estabelecer laços e interações interpessoais e sociais, até aí inexistentes ou perdidos, entre indivíduos, grupos e comunidades. As práticas de mediação procuram a reabilitação de relações e de interações no sentido de (re)construir o tecido social ou preencher os défices” (*idem, ibidem*). Neste caso, a mediação é fundamentalmente preventiva e antecipadora. Por sua vez a mediação de diferendos “procura prevenir e intervir na resolução de conflitos já presentes entre indivíduos ou grupos. Pode neste sentido, ser tanto preventiva como curativa” (*idem, ibidem*).

Este projeto de investigação/intervenção reflete, de certa forma, a mediação que ultrapassa a ‘resolução de conflitos’. Não se trata aqui de compreender conflitos existentes e de os trabalhar com as partes envolvidas nos mesmos, mas sim de procurar conhecer e compreender uma realidade para que possamos (todos os implicados) fazer um trabalho de sensibilização da comunidade por forma a prevenir conflitos e alcançar a transformação pessoal e social. No fundo, trata-se de um procedimento de mediação que procura aprofundar os laços sociais entre uma instituição e a comunidade a que pertence.

1.1. A mediação Social e a Mediação Comunitária

Depois de clarificarmos genericamente o conceito de mediação torna-se importante procurar definir o ‘tipo’ de mediação no qual este projeto de intervenção está enquadrado. Uma vez que

procuramos, através deste projeto, dinamizar relações que facilitem a inclusão na sociedade de pessoas com deficiência, faz todo sentido falarmos de uma mediação sociocomunitária.

Começando pela mediação social, Oliveira e Galego (2005, p. 27) dizem-nos que esta “pretende a reinserção dos indivíduos na vida em sociedade, isto é, procura reconstruir as interações positivas entre os indivíduos marginalizados e a sociedade, de modo a que se possa dar a socialização”.

Relativamente à mediação comunitária as mesmas autoras (*idem*, p. 28) consideram que esta forma de mediação

está ligada à vontade dos membros de uma comunidade definirem eles próprios os seus problemas e soluções, pretende-se favorecer a participação da população na resolução dos conflitos e restabelecer a coesão social no seio de uma comunidade autónoma e responsável. Deste modo, a mediação comunitária está relacionada com o conceito de *empowerment*, entendido como movimento intencional dinâmico, centrado na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica, participação do grupo em partes iguais na valorização dos recursos, acesso e controlo sobre os mesmos.

1.2. A figura do Mediador e o Processo de Mediação

A mediação é, como foi referido, uma prática recente em Portugal. Também referimos que os campos de intervenção desta prática são diversos, devido ao facto de os profissionais que a exercem serem de diferentes áreas de formação e, consequentemente, possuírem referenciais teóricos diferentes. Deste modo, o conceito de mediação transporta uma multiplicidade de representações e de modos de atuação que de certa forma dificulta a definição de ‘um perfil profissional’ dos mediadores (Silva & Moreira, 2009). Muito embora os âmbitos de intervenção da mediação socioeducativa sejam diversos, e os estágios profissionais do ME/MESF são exemplo dessa diversidade, a sua natureza educativa e formadora é transversal a todos esses contextos, existindo um eixo estruturante comum.

Relativamente a este propósito da mediação, Silva *et al* (2010) afirmam que, apesar de encontramos a mediação associada a uma multiplicidade de práticas,

podemos, no entanto, encontrar nelas um denominador comum: o serem fundamentalmente sociais e educativas. A mediação é uma atividade fundamentalmente educativa, pois o objetivo essencial é proporcionar uma sequência de aprendizagem alternativa (nomeadamente entre pessoas em conflito, explícito ou implícito) superando o estrito comportamento reativo ou impulsivo, contribuindo para que os participantes no processo de mediação adotem uma postura reflexiva.

Do mesmo modo que os campos de intervenção do mediador são diversos, também as situações problemáticas com que ele se confronta divergem. Perante uma situação/problema, perante os intervenientes, perante o contexto em que um dado problema ocorre, o mediador tem que ter a capacidade de delinear uma estratégia de mediação que permita a transformação social. Tal situação vem mais uma vez reforçar a dificuldade em precisar um perfil para a figura do mediador. A definição das características, das competências, das funções do mediador, em geral, e do mediador socioeducativo, em particular, prende-se com as particularidades e especificidades quer do contexto, quer do mediador e das pessoas com que este intervém.

Ainda no que toca à clarificação do conceito de mediação e ao papel do mediador, Sousa (2002) defende alguns princípios que considera fundamentais para o sucesso de um processo de mediação: a imparcialidade ou neutralidade, a confidencialidade e a voluntariedade. Defende a imparcialidade ou neutralidade considerando que a figura do mediador não deve representar nenhuma das partes, nem deve interferir no sentido de impor soluções. A confidencialidade para que seja assegurado às partes envolvidas o sigilo, conferindo um sentimento de confiança por forma a que os problemas sejam expostos e trabalhados abertamente. Com a voluntariedade preconiza que ambas as partes devem participar de livre vontade no processo de mediação.

De acordo com Torremorell (2008), o processo de mediação pressupõe a existência de três elementos: as pessoas participantes, a situação conflituosa e o processo de comunicação. O mediador, enquanto co-participante do processo de mediação responsável quer pela preparação do espaço de desenvolvimento dos objetivos do processo de mediação quer pela veiculação de *valores positivos e construtivos*, conduzirá os conteúdos da mediação para um dos elementos anteriormente referidos. Assim, um desses elementos assume a centralidade do processo e os outros funcionam como auxílio.

A mesma autora (*idem*) apresenta três modelos de mediação: o modelo solução de problemas, o modelo transformativo e o modelo comunicacional. Cada um destes modelos procura

a resolução do conflito, o desenvolvimento pessoal e a narração de histórias, no entanto com abordagens diferenciadas. Quanto a este assunto, Torremorell (*idem*, p. 47) afirma que “mesmo quando existe tendência para pensar que o acordo, numa determinada situação, é a meta a atingir”, o processo de mediação só terá êxito e será educativo se as pessoas e o processo não deixarem de ter a sua importância para o crescimento pessoal e para a melhoria das relações interpessoais.

Em idêntica linha de pensamento, Shailor (1999, p. 84) considera que “o principal objetivo da mediação não deveria ser chegar a um acordo, mas cultivar as capacidades dos participantes de capacitação, de reconhecimento e de consciência”. Destas palavras podemos depreender que a mediação é um meio potenciador da transformação das pessoas participantes no processo.

Posição idêntica é assumida por Schnitman (1999, p. 102), ao referir que “os diálogos mediadores, são aqueles que em meio a contradições e conflitos, permitem encontrar palavras/perspetivas que possam ser assumidas como próprias pelos participantes, que permitam visualizar para o futuro uma realidade possível”.

O modelo resolução de problemas caracteriza-se por uma intervenção em que, “embora as partes conservem todo o poder de decisão, a filosofia subjacente orienta-as, focalizando a comunicação nos pontos em comum, concentrando-se nos aspetos substantivos do conflito, neutralizando os elementos subjetivos – emoções e perceções – e minimizando o elemento interativo” (Torremorell, 2008, p. 48). Mais concretamente, a situação conflituosa é vista de maneira “analítica, paradigmática, linear, coisificada e externa” (*idem, ibidem*).

Por sua vez, no modelo transformativo, procura-se trabalhar o conflito no sentido de alcançar a mudança pessoal, relacional, estrutural e cultural na medida em que para além de trabalhar a satisfação individual procura-se também trabalhar no sentido das “dimensões transformadoras da mediação que estão relacionadas com uma visão emergente superior do eu e da sociedade, uma visão baseada no desenvolvimento moral e nas relações interpessoais” (*idem*, p. 49).

Por fim, o modelo comunicacional pressupõe que a transformação só ocorre se se “mudar os significados e se explorar as diferenças entre as narrativas de cada parte para abrir as histórias iniciais e vê-las por outro ângulo. (...) Deste modo, os diálogos que se estabelecem no processo mediador permitem projetar novas possibilidades, criar a partir de incertezas e especular a partir daquilo que ainda não existe” (*idem*, pp. 51-52).

Em jeito de conclusão, a mediação como um meio para a resolução alternativa de conflitos, “define um campo que, por natureza, tende a ser multidisciplinar, atravessa fronteiras, trabalha com a diferença – mais ainda, enriquece-se com ela –, a fim de preparar futuros melhores e atuar sobre a qualidade de vida das pessoas, das instituições onde as pessoas vivem e trabalham e das comunidades” (Schnitman, 1999, p. 26).

2. Contributos Teóricos Mobilizados para a Problemática Específica de Investigação/ Intervenção

Torna-se importante para esta intervenção/ investigação fazer uma breve abordagem de alguns conceitos subjacentes à sua problemática específica. Assim, neste ponto, são apresentados, ainda que de maneira sucinta, os conceitos de deficiência e de deficiência mental, de exclusão social e de pobreza e de integração social. Fazemos, ainda, uma abordagem aos direitos humanos, estreitamente ligados às pessoas com deficiência.

2.1. Conceito de Deficiência

A presença de pessoas com deficiência na sociedade é algo que sempre existiu e continuará a existir. Na verdade, “ao longo da história da humanidade, foram várias as atitudes assumidas pela sociedade ou certos grupos sociais para com as pessoas com deficiência, as quais se foram alterando por influência de diversos fatores: económicos, culturais, filosóficos e científicos, entre outros” (Vieira & Pereira, 2003, p. 17). A título de exemplo, é sabido que, durante a idade média, indivíduos a que hoje chamaríamos deficientes foram vistos como possuídos por demónios e espíritos maus, sendo, por isso, condenados ao sacrifício de morrer queimados nas fogueiras da Inquisição.

Em épocas mais recentes, grande parte dos deficientes foram pura e simplesmente privados dos seus direitos cívicos, sendo internados – institucionalizados – em condições muitas vezes

desumanas e segregadas da sociedade «normal», chegando a ser utilizada a esterilização como forma de impedir a sua reprodução (*idem*).

Como podemos constatar através do pensamento dos mesmos autores (*idem*), os modelos económicos, sociais e culturais foram impondo, de modo mais ou menos explícito, às pessoas com deficiência um estigma de inadaptação social, estigma este que foi gerado pela ignorância, por preconceitos e tabus que, ao longo de séculos, alimentaram mitos populares da perigosidade, estranheza e carácter demoníaco de determinados tipos de deficiência, determinando atitudes de rejeição, medo e vergonha relativamente aos indivíduos deficientes.

Assim, verificamos que ao longo da história da humanidade as atitudes face aos cidadãos com deficiência passaram pela sua total exclusão social, ao serem colocados à parte dos demais cidadãos, em asilos e instituições. Com o passar dos tempos e o evoluir das sociedades estas atitudes foram-se modificando, passando por um momento mais protecionista, ou seja, esta problemática começa a fazer parte dos discursos e preocupações políticas, procurando-se através da legislação, como veremos adiante, a emancipação e integração com vista à inclusão do cidadão deficiente na sociedade.

Esta diversidade de atitudes, relativamente ao tratamento das pessoas com deficiência, surge “das enormes convulsões sociais, de uma série de decisões legais” (Correia, 1997), onde se passou a defender e a acreditar não só nos Direitos Fundamentais do Homem e das Crianças, mas também a proporcionar a igualdade de oportunidades entre todos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “A deficiência é uma de entre todas as possibilidades do ser humano, portanto, deve ser considerada, mesmo que as suas causas e consequências se modificam como um fator natural que nós mostramos e de que falamos do mesmo modo que fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas” (UNESCO, 1977, cit. por Vieira & Pereira, 2003, p. 41).

Por seu lado, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que “no domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica” (OMS 1980, *ibidem*). Neste sentido, a deficiência é vista como uma “perturbação ao nível do funcionamento de um órgão resultante de uma doença que o afetou”, gerando assim, “incapacidade(s) nos desempenhos funcionais da pessoa” (*idem, ibidem*). Também,

a OMS define, aqui, a incapacidade como “a redução ou falta de capacidades para uma atividade, de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano” (*idem, ibidem*).

Essa(s) incapacidade(s) traduzem, como consequência, desvantagens para o sujeito que dela sofre, uma vez que constitui(em) um “impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores socioculturais” (*idem, ibidem*). Todavia, essas desvantagens das pessoas incapacitadas nas suas relações com o meio físico e social envolvente os sujeitos podem ser atenuadas com o recurso a meios adequados.

2.1.1. Conceito de Deficiência Mental

Como pudemos verificar no ponto anterior, definir o conceito de deficiência não é tarefa simples, pois é difícil encontrar um critério constante ou que, pelo menos, reúna grande unanimidade, em torno da sua definição. Da mesma forma, não é menos complicado e complexo definir o conceito de deficiência mental.

Para diagnosticar a deficiência mental é necessário “a ocorrência simultânea de um funcionamento intelectual abaixo da média, e de um défice no comportamento adaptativo” (Vieira & Pereira, 2003, p. 43).

A deficiência mental foi definida no I Congresso Mundial Sobre o Futuro da Educação Especial, em 1978, da seguinte forma:

A deficiência mental refere-se a um funcionamento cognitivo geral inferior à média, independentemente da etiologia, manifestando-se durante o período de desenvolvimento o qual é de uma severidade tal que marcadamente limita a capacidade do indivíduo para aprender, e, consequentemente, para tomar decisões lógicas, fazer escolhas, julgamentos e limita também a sua capacidade de auto controlo e de relação com o envolvimento (*idem, ibidem*).

Por seu turno a American Association on Mental Retardation (A.A.M.R., 1992, cit. por *idem*, *ibidem*) apresenta-nos a seguinte definição de deficiência mental:

deficiência mental refere-se a limitações substanciais no funcionamento atual. É caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, existindo concomitantemente com limitações em duas ou mais das seguintes áreas do comportamento adaptativo: comunicação, independência pessoal, vida em casa, comportamento social, utilização dos recursos da comunidade, tomada de decisões, cuidados de saúde e segurança, aprendizagens escolares (funcionais), ocupação dos tempos livres, trabalho. A deficiência mental manifesta-se antes da idade dos dezoito anos.

Aos termos deficiência mental são associadas, muitas vezes, expressões como insuficiência, falta, falha, carência, imperfeição que por si só não definem nem caracterizam um conjunto de problemas que ocorrem no cérebro humano, e leva os seus portadores a possuírem um baixo rendimento cognitivo

Como podemos constatar, a deficiência mental refere-se à associação de um défice cognitivo – funcionamento cognitivo ou intelectual abaixo do esperado para a idade – a limitações no comportamento adaptativo – de forma genérica, maneira como o indivíduo resolve os problemas pessoais e sociais do quotidiano – em pelo menos duas das áreas, anteriormente mencionadas. Isto quer dizer que a pessoa com deficiência na maioria das vezes apresenta dificuldades ou nítido atraso no seu desenvolvimento intelectual e adaptativo.

2.2. A Problemática da Exclusão Social e da Pobreza

Uma das grandes problemáticas com que nos deparamos atualmente, e que tem servido como tema de debate e discussão alargada, é o da exclusão social, nomeadamente, a exclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

Como pudemos verificar nos tópicos desenvolvidos anteriormente acerca da deficiência, existiram durante muito tempo instituições, que foram criadas para proteger a sociedade dos indivíduos que fugiam à normalidade, considerando que representavam uma ameaça. O estigma e os preconceitos do grupo maioritário, isto é, daqueles que estavam dentro de um padrão de

normalidade face às pessoas deficientes, fazia com que estas permanecessem afastadas e excluídas. Esta situação demonstra a dificuldade sentida pela sociedade em lidar com a diferença. Relativamente a esta situação, Fernandes (1998, p.59) afirma que “a ameaça à normalidade faz com que a exclusão predomine, distinguindo os mais e os menos aptos à integração ao processo produtivo”.

Mais recentemente este panorama mudou. A expressão ‘exclusão social’ entrou no discurso político nacional, sendo hoje uma expressão de uso generalizada. Bruto da Costa (1998, p. 9) afirma que “a expressão ‘exclusão social’ entrou no discurso político nacional há cerca de cinco anos, ou menos”, ou seja, acerca de vinte anos. A sua abordagem é dificultada pela sua difusão e pelos diferentes significados que vai tendo nos diversos níveis em que é usado, nomeadamente nos meios políticos e intelectuais. Com efeito, à medida que a noção de exclusão se generaliza e a sua utilização se torna mais comum, torna-se também mais fluido e, por vezes, enganoso o seu significado enquanto conceito científico. Desta forma, torna-se necessário estabelecer uma definição mais clara, que sirva de orientação ao texto deste trabalho.

De forma simplificada, o conceito de exclusão social está, segundo Castel (1998, cit. por Costa, 2001, p. 10), relacionado com marginalização, sendo esta entendida como “um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade” ficando esta forma esta forma de exclusão “dependente de um contexto de referência, do qual se é, ou se está, excluído”.

A exclusão social é um fenómeno multidimensional. Por outras palavras, um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção social do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, nomeadamente o desemprego, a marginalidade ou a discriminação, entre outros, que dão origem a uma não-participação dos excluídos num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito na sociedade. Este estado de coisas opõe-se, claramente, à noção de integração social.

O termo *exclusão social* pode ser definido, de acordo com Ferreira *et al* (1995, pp. 327-328), como oposto à *integração social*, uma vez que a exclusão priva o indivíduo do acesso a determinadas instituições, nomeadamente “económicas (acesso a emprego, profissão e rendimento); políticas (direito a voto, elegibilidade); escolares (educação e condições de sucesso);

associações (desportivas, recreativas); vida familiar (isolamento)”. O termo está também muitas vezes relacionado com o “rendimento ou nível económico de vida – pobreza” (*ibidem*).

Para Capucha (1998, pp. 210-211), a *exclusão social* está relacionada com um “conjunto de direitos e deveres normativos inscritos nas estruturas sociais (...) e é esse conjunto de direitos e deveres que confere às pessoas o estatuto de cidadãos”. Considera, ainda, o autor (*idem, ibidem*) que se verificam situações de exclusão social quando a “sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos, nem de cumprir alguns deveres que lhe estão associados”.

Por sua vez, Giddens (2004, p. 325) considera que por *exclusão social* se entende “as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade”. O autor foca a sua atenção “num conjunto mais amplo de fatores que impedem que os indivíduos ou grupos tenham oportunidades que estão abertas à maioria da população. Para uma comunidade ou sociedade estar integrada, é importante que os seus membros partilhem instituições como escolas, instalações de saúde e transportes públicos. Estas instituições partilhadas contribuem para a existência de um sentido de solidariedade social na população”.

Como é de conhecimento geral, a pessoa com deficiência tem vindo a ser vítima de exclusão social. A sociedade não tem criado condições nem possibilidades para que todos os seus membros usufruam e beneficiem de todos os direitos e deveres normativos, inscritos nas estruturas sociais. Desta forma, a sociedade tem, de alguma forma, impedido alguns segmentos da população do acesso a uma plena e efetiva igualdade de oportunidades, relativamente a vários fatores, como é o caso do acesso ao emprego, do desempenho de uma profissão, do usufruto de rendimentos, do usufruto da educação, entre outros.

É evidente que a exclusão não atinge apenas as pessoas com deficiência mas também outros grupos da sociedade. É também claro que a exclusão não é apenas provocada pelo setor económico, embora este seja considerado o principal fator de sustentação deste fenómeno.

A exclusão social tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente - é sabido, por exemplo, que a pobreza e a exclusão se reforçam mutuamente -, encerrando no seu núcleo processos de reprodução e evolução que garantem as suas vias de persistência, constituindo, simultaneamente, causa e consequência de várias ruturas na coesão social. A exclusão social está, portanto, profundamente ligada à quebra de laços de solidariedade, à deterioração (ou mesmo

destruição) de relações sociais e familiares, ao aparecimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão, às mutações económicas em curso.

Neste sentido, seguindo a linha de pensamento de Xiberras (1996), podemos dizer que um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade social no trabalho, na família e na comunidade tornando-se, assim, um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. No fundo os processos de exclusão envolvem a acumulação de deficiências ou insucessos em várias esferas sociais, assumindo igualmente a rutura dos laços simbólicos.

Como fenómeno integrante da exclusão social surge a pobreza, sendo esta mais uma forma do que um resultado da exclusão. Isto porque a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos económicos. Neste sentido, Pereirinha (1996, p. 210) assegura que

o conceito de pobreza é frequentemente utilizado na análise no seu sentido estrito, isto é, enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõe para satisfazer necessidades consideradas mínimas. Encarado deste modo, está a acentuar-se o aspeto distributivo do fenómeno, isto é, centra a identificação e análise do fenómeno da pobreza em termos da forma como os recursos numa sociedade se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias nessa sociedade. Já o conceito de exclusão social tende a acentuar a dimensão relacional do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada (ou ausência de) integração social de indivíduos ou grupos sociais na sociedade de que fazem parte.

Contudo, existe uma distinção entre estes dois conceitos, nomeadamente no que respeita à sua forma de identificação. Assim, é fácil identificar situações pobreza, tendo como referência um padrão mínimo em termos de rendimentos e nível de vida. A exclusão, por sua vez, é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo um processo redutível a situações de carência/escassez em termos de recursos patrimoniais, individuais ou globais. Enquanto que a pobreza é sobretudo um processo estático (um “estado”), a exclusão é um processo dinâmico associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de *handicaps* vários (Costa, 1998).

O peso desigual dos diversos *handicaps* - exclusão do mercado de trabalho ou precariedade de inserção no mesmo, baixos níveis de rendimento, carências habitacionais, baixa escolarização e

reduzidas qualificações, fraca participação social e política, entre outras - , permite falar de diferentes tipos de exclusão social. Quando isso acontece, aquele que reúne maior preponderância contribui para nomear o tipo de exclusão. Assim, pode falar-se em exclusão ou, como nos diz Costa (1998 p. 48), “‘desvantagens’ ou ‘perdas’ no domínio das condições de vida, respeitando a participação na vida da sociedade, no campo das relações sociais, no domínio psicológico, até à situação-limite de perda da identidade pessoal”.

Devido à exposição diferenciada a diversos *handicaps*, traduzindo-se na emergência de modos de vida e culturas específicas, é possível identificar categorias sociais vulneráveis à exclusão social. A diversidade de condições objetivas de existências das diferentes categorias sociais desfavorecidas “cruza-se com a diversidade de referência culturais, sistemas valorativos e representações sociais que os indivíduos e as famílias constroem e reproduzem, configurando-se, assim, um conjunto de modos de vida cuja apreensão é indispensável para a compreensão da pobreza e da exclusão social em Portugal” (Capucha, 1998, p. 229).

Como forma de conhecer melhor os fatores que determinam a extensão, a intensidade e as dinâmicas processuais da pobreza e da exclusão social, Capucha (2005, pp 101-104) organiza o conjunto dos fatores mais relevantes segundo dois eixos: “o primeiro situa num pólo as estruturas e os processos de nível societal, os quais determinam as oportunidades de participação que se oferecem aos agentes e no pólo simétrico as práticas e os quadros de interação dos agentes. Por sua vez, “o segundo eixo distingue os fatores objetivamente exteriores aos agentes dos que se encontram incorporados nas representações e disposições das pessoas e das comunidades” (*idem, ibidem*) como podemos verificar na figura que se segue.

Nível societal (oportunidades)	
Fatores Objetivados	<p>Padrões de especialização económica, produtividades, salários e formas de regulação do trabalho;</p> <p>Funcionamento do sistema fiscal;</p> <p>Estruturas e dinâmicas do mercado de emprego;</p> <p>Estrutura das habitações escolares e das qualificações profissionais;</p> <p>Orientação e funcionamento geral dos sistemas de ensino, de formação, de saúde, de proteção e de assistência social;</p> <p>Dinâmicas demográficas e familiares;</p> <p>Mercado de habitação, infraestruturas (de transportes, saneamento, etc.) e oferta de equipamentos de serviços de proximidade;</p> <p>Dinâmicas de organização e especialização dos territórios.</p>
	<p>Representações negativas e preconceituosas a respeito das pessoas em situação de exclusão;</p> <p>Valores de solidariedade e justiça social;</p> <p>Atitude face à responsabilidade social das empresas;</p> <p>Níveis de informação e sensibilização de atores estratégicos e da sociedade em geral para os problemas dos grupos desfavorecidos;</p> <p>Configuração cultural de orientação individualista.</p>
Fatores subjetivos	<p>Pessoas e grupos auferindo baixos rendimentos salariais e benefícios sociais escassos;</p> <p>Qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes para parte significativa da população;</p> <p>Desemprego, desemprego desencorajado, emprego sem qualidade e sobreexploração;</p> <p>Insuficiência ou distância de serviços de formação profissional especial em relação aos potenciais clientes;</p> <p>Dificuldades de acesso a serviços e equipamentos (apoio à família, saúde, proteção, educação, etc.);</p> <p>Más condições de habitação e acesso a transportes;</p> <p>Trajetórias espaciais e sociais de exclusão;</p> <p>Organização familiar;</p> <p>Pertença a círculos de pobreza instalada.</p>
	<p>Autoimagem desvalorizada;</p> <p>Falta ou distorção da informação;</p> <p>Fraca capacidade de mobilização coletiva e de reivindicação;</p> <p>Escassez de iniciativa estratégica e orientação para a sobrevivência quotidiana;</p> <p>Acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação;</p> <p>Indisciplina pessoal e menor capacidade de desempenho social regular.</p>
Pessoas e seus contextos (capacidades)	

Fonte: Capucha (2005, p. 103)

Figura 1- Fatores de pobreza e de exclusão social

O mesmo autor afirma, em análise da figura, que os fatores de pobreza são maioritariamente de origem objetiva e, por sua vez, os fatores de exclusão são de ordem subjetiva (*idem*).

Os fatores de pobreza prendem-se com as “mutações tecnológicas e a respetiva articulação com o sistema económico e o sistema de emprego, a organização do trabalho e das estruturas de distribuição dos rendimentos primários”. Afirma, ainda, que “as desigualdades estão igualmente patentes no modo como as políticas de proteção social, de habitação, de saúde e de equipamentos de apoio à família abrangem de modo diferenciado as diversas categorias do tecido social, deixando algumas delas menos protegidas ou desprotegidas” (*idem, ibidem*). Tal situação pode provocar, nos indivíduos que a vivenciam, uma certa instabilidade ao nível emocional, levando ao reforço dos mecanismo de exclusão que impedem a interação e participação social.

Por seu turno, os fatores de exclusão relacionam-se com “imagens e representações sociais preconceituosas acerca de certas categorias da população que impedem muitas vezes o acesso às instituições e ao emprego, gerando segregação social e marginalização relativamente ao funcionamento corrente das instituições” e com o facto de “essas representações, muitas vezes, também se incorporarem nas pessoas na forma de acomodação, “realismo político”, vitimização, passividade, autoestigma negativo, representação negativa de si mesmo e do mundo.

2.3. A Integração Social

O conceito de exclusão social está associado, por oposição, ao conceito de integração social, com as consequências que daí resultar em termos de integração e participação do indivíduo na sociedade. Segundo Capucha (2005, p. 90),

a integração social caracteriza a condição de participação dos indivíduos, das famílias e dos grupos nos processos normais da vida em sociedade. Tal participação depende das “escadas” ou “serpentes” que se encontram na vida em função das dinâmicas económicas, sociais e culturais inscritas na ordem institucional, bem como dos “tampões” e “passaportes” que constituem recursos ou impedimentos nas trajetórias das pessoas.

A integração pressupõe a delegação de poder e a assunção da capacidade de decisão por parte dos indivíduos. Daí que os excluídos ou grupos empobrecidos devam ter, necessariamente, uma participação ativa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição

básica para se operar a integração. A integração remete, desta forma, para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. Assenta, em certa medida, numa sociedade de lógica produtivista, sobre a atividade profissional, que favorece a segurança material e financeira.

Tendo em conta os direitos humanos (direito ao emprego, à educação, à habitação, à proteção na doença e na velhice, a posse de uma identidade...), “estar integrado significa partilhar a condição de cidadania com os restantes membros da sociedade (Capucha, 2005, p. 90)”. Neste sentido, integração e exclusão não estão totalmente dissociadas, uma vez que são feitas da mesma matéria e se consubstanciam do usufruto, ou não, dos direitos cívicos e sociais.

2.4. A Pessoa com Deficiência Mental: um Ser com Direitos Humanos

Na nossa sociedade, a ‘igualdade’ é um valor que assume extrema importância. Trata-se de um valor que tem gerado debates e preocupações, quer a nível nacional quer a nível internacional, e tem levado governantes a procurar formas e medidas que promovam a igualdade, na tentativa do combate à pobreza e à exclusão, por forma a alcançar um desenvolvimento sustentável dos direitos humanos.

De acordo com Vieira e Pereira (2003, p.29), só na segunda metade do século XX “se começou a falar de uma forma sistemática dos direitos das pessoas com deficiência. A UNESCO (numa publicação de 1974) chama-lhe o ‘estádio dos direitos fundamentais’, o ‘estádio do direito à igualdade de oportunidades’ e o ‘estádio do direito à integração’”.

Assim, nos últimos tempos, a problemática da deficiência tem sido tratada de forma visível. É na Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (1983-1992) que a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência ganha especial atenção. No entanto, compreender e aceitar a pessoa com deficiência implica acima de tudo compreendê-la e aceitá-la como pessoa.

Aludindo à Convenção dos Direitos das Crianças, que veio de algum modo fazer com que os governos que a ratificaram vissem a situação das crianças à luz dos artigos constituintes, no seu artigo 2.º refere que “todos os direitos devem ser aplicados a todas as crianças sem discriminação”. Nesta linha de pensamento, no artigo 23.º determina-se que

uma criança com deficiência mental ou física deverá usufruir uma vida plena e estimulante em condições que lhe assegurem a dignidade, promova a sua autoconfiança, e facilite a sua participação ativa na comunidade (...) deverá ser prestado apoio necessário para que a criança tenha um acesso efetivo à educação e ao treino (...) de modo a permitir que atinja a máxima integração social e o máximo desenvolvimento individual que for possível.

Ainda neste âmbito, a organização das Nações Unidas proclamam na Declaração dos Direitos da Criança (1921), determinam que

a criança mental, fisicamente deficiente ou que sofra de alguma diminuição social, deve beneficiar de tratamento, da educação e dos cuidados especiais requeridos pela sua particular condição (...). Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se num membro útil à sociedade (princípio 7.º).

Também na Declaração Universal dos Direitos do Humanos, logo no seu artigo 1.º, se afirma que “todos os seres humanos nascem iguais e livres em dignidade e em direitos”, acrescentando, no artigo 3.º, que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Este último é um direito que deveria ser inquestionável, mas que durante anos e anos, nas sociedades antigas, foi abusivamente vedado a crianças que nasciam diferentes e/ou que apresentavam alguma deficiência.

Outros direitos de extrema relevância são proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Humanos, nomeadamente: o artigo. 7.º onde se refere que “todos são iguais perante a lei, sem distinção, têm direito a igual proteção”, o artigo 23.º em que se determina que “toda a pessoa tem o direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego” e no artigo 26.º onde é referido que “toda a pessoa tem direito à educação, pelo menos (...) o ensino elementar obrigatório”. Acrescenta, ainda, o referido diploma que “o ensino técnico e profissional deve ser generalizado, o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito”.

Depois de expor os artigos que consideramos mais significativos, dos documentos mencionados, é de referir que não podemos esquecer a igualdade no direito à diferença do cidadão

com necessidades especiais. Com isto queremos dizer que, devem ser desenvolvidas ações que permitam um harmonioso desenvolvimento destas pessoas, inserindo-as na sociedade a que pertencem.

De facto, as diferentes medidas legais que foram sendo tomadas radicavam na tentativa de reforçar o sentido da igualdade de oportunidades, procurando tornar a sociedade com todos os seus recursos e serviços acessíveis a todos sem distinção. Não se tratou apenas de possibilitar às pessoas com deficiência uma adaptação ao meio social mas, mais que isso, procurou-se adaptar as estruturas sociais como forma de atender a necessidades específicas dessas pessoas.

2.5. Integração das Pessoas com Deficiência no Mercado do Trabalho

Como vimos anteriormente, todos temos o direito ao trabalho. Como tal, a pessoa com deficiência não é exceção. É importante que o indivíduo seja incluído no sistema educativo, em todas as esferas da sociedade, mas é sobretudo importante que seja incluído no mercado do trabalho.

A família e a escola desempenham um papel crucial na educação dos indivíduos, sobretudo na educação para os valores. No entanto, esta educação não é exclusiva destas duas instituições sociais, mas sim da sociedade no seu conjunto. Contudo, é a escola que assume a responsabilidade de transmitir saberes indispensáveis ao desenvolvimento global dos indivíduos, bem como de reabilitar e encaminhar os sujeitos para cursos de formação profissional e de inserção na vida ativa. Se a inclusão dos indivíduos não for feita em todas as dimensões da vida em sociedade, isto é, se apenas se circunscrever ao nível educativo pode não se efetivar a inclusão.

Neste sentido, e relativamente à necessidade do trabalho colaborativo de todas as estruturas sociais, Nunes (2000, p.190) afirma que se verifica, “por parte das diversas instâncias de formação, e dos diferentes serviços, uma consciencialização no sentido da necessidade de articulação entre estes de forma a uma conjugação de esforços e uma rentabilização de recursos que isoladamente apenas servem de atitudes remediativas”.

É depois do 25 de Abril que, de forma mais marcante, surgem preocupações políticas em torno da formação e do emprego para cidadãos com deficiência.

Ao olharmos a Constituição da República Portuguesa de 1976, logo no seu artigo 1.º podemos verificar que se afirma que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. Também no seu artigo 71.º se consagra “o direito das pessoas deficientes à plena participação na vida social e à igualdade de direitos e deveres com os demais cidadãos, sem quaisquer limites que não sejam os decorrentes da natureza e extensão da deficiência”. Para que este direito seja efetivado, o Estado tem a obrigação de definir medidas e políticas que visem a promoção de programas que permitam alcançar o principal objetivo da reabilitação, que é a integração socioprofissional da pessoa deficiente.

Ainda no Artigo 71.º, no n.º 2, da Constituição da República Portuguesa se determina que

o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

A consagração destes direitos na Constituição da República Portuguesa constitui uma importante medida de reconhecimento social das pessoas com deficiência, uma vez que aqui se afirma, por um lado, a igualdade destas pessoas perante os direitos fundamentais e, por outro lado, a obrigação do Estado realizar uma política de reabilitação e apoiar as organizações que com elas trabalham com essa finalidade.

Contudo, as características das pessoas com deficiência condicionaram e continuam a condicionar até aos dias de hoje o direito de aceder à formação profissional e ao emprego. Todavia, a reabilitação profissional e o acesso e adaptação ao trabalho constituem um meio indispensável para a integração profissional e social de pessoas com deficiência.

É notório que as evoluções existentes, nestes últimos tempos, têm decorrido no sentido de facilitar a inserção profissional de pessoas com deficiência mental. No entanto, este é um problema social que continua a existir. A grande dificuldade começa logo à saída da escola, quando se procura a independência profissional e, conseqüentemente, a independência económica para a população, em geral, e, em particular, para as pessoas com deficiência.

Neste sentido, Azevedo (2005, p. 58) assegura que existe “um desfavorecimento das pessoas com deficiência face ao emprego, no entanto, o emprego de pessoas com deficiência é já prática em muitas empresas (uma minoria obviamente) e o emprego de pessoas com deficiência constitui, suficientemente amadurecido e estudado, uma vantagem competitiva”. O autor (*idem*, p. 58-59) acrescenta que “as empresas reconhecem as vantagens económicas advindas da manutenção desses trabalhadores, além de contribuir com uma causa responsabilidade social, implicando consequentemente um melhoramento da imagem pública da empresa”.

O trabalho, direito a que todos deveríamos ter acesso, tem vindo a ser conquistado pelas pessoas com deficiência, embora de uma maneira gradual. Todavia, são passos importantes que permitirão, desta forma, que cheguem à integração social, à autonomia, à independência económica, podendo viver em sociedade de forma idêntica à dos outros cidadãos.

CAPÍTULO 3

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DO ESTÁGIO

Introdução

Neste capítulo, destinado ao enquadramento metodológico do projeto de investigação/intervenção, começamos por aludir algumas considerações sobre alguns dos pressupostos utilizados na intervenção realizada, indicamos o método e as técnicas de recolha de dados adotados no domínio da investigação empírica e clarificamos as razões dessas opções.

1. Paradigma de Investigação

Existem duas perspetivas básicas que caracterizam globalmente os processos de investigação no domínio das Ciências Humanas e Sociais. Uma empírico-analítica, identificada normalmente como investigação quantitativa, de cariz positivista e experimental e que tem como objetivo explicar, prever e controlar fenómenos (Almeida e Freire, 2000). Uma segunda perspetiva, designada por humanista-interpretativa, que aparece mais associada a expressões como investigação qualitativa e naturalista (Almeida e Freire, 2000).

Tendo em conta o desenho, planeamento e concretização deste projeto de investigação/intervenção, podemos afirmar que o mesmo está enquadrado numa abordagem que, genericamente se pode denominar de investigação qualitativa. Além disso, como no decurso do projeto recorreremos a distintas técnicas de recolha e análise de dados, essenciais para compreender as diferentes formas de integração profissional de pessoas com deficiência mental, podemos afirmar que o mesmo se aproxima de um estudo de caso.

O estudo de caso torna-se pertinente pois constitui uma estratégia metodológica especialmente adequada para a compreensão, exploração e descrição aprofundada quer dos

acontecimentos, quer dos contextos, quer ainda do significado que os atores conferem às ações que desenvolvem. De acordo com Merriam (1988, cit. por Bogdan & Biklen, 1994, p. 89), o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico, recolhendo afirmação que permite estudá-lo e compreendê-lo em profundidade.

Para levar a cabo um estudo de caso, os investigadores procuram locais ou pessoas que possam ser objeto de estudo, procurando e avaliando neles interesses que vão de encontro aos seus objetivos e que permitiram compreender até que ponto o projeto é exequível e que procedimentos tomar (Bogdan & Biklen, 1994). Nesse processo, os investigadores

começam pela recolha de dados, revendo-os e explorando-os, e vão tomando decisões acerca do objetivo do trabalho. Organizam e distribuem o seu tempo, escolhem as pessoas que irão entrevistar e quais os aspetos a aprofundar. Podem pôr de parte algumas ideias e planos iniciais e desenvolver outros novos. À medida que vão conhecendo melhor o tema em estudo, os planos são modificados e as estratégias selecionadas (*idem*, pp.89-90).

Segundo Almeida e Freire (2000), a origem dos métodos qualitativos são anteriores ao método experimental-positivista, embora a recuperação da sua importância possa ter a ver com novas preocupações da investigação no domínio das Ciências Sociais e Humanas. Existem três princípios que reforçam a pertinência e a necessidade de uma postura interpretativa dos comportamentos e fenómenos sociais, sendo eles:

- I – a primazia da experiência subjetiva como fonte do conhecimento;
- II – o estudo dos fenómenos a partir da perspectiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência; e
- III – o interesse em se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social que também acabam por construir interativamente. (*Idem* p. 98)

Assim, a nossa opção pela investigação qualitativa prende-se não só com a forma como os dados foram recolhidos e analisados, mas também com os objetivos que pretendíamos concretizar, nomeadamente aos sentidos que os atores conferem às ações que desenvolvem.

Tal como referem Lincoln e Guba (1992), é importante que esta investigação tenha em consideração alguns aspetos principais:

- (i) envolver um inquérito holístico no contexto natural do inquirido;
- (ii) os seres humanos deverão ser o principal instrumento da recolha de dados;
- (iii) a ênfase será colocada numa análise qualitativa dos dados;
- (iv) a amostra a definir, no futuro, será propositada e não aleatória, isto é, serão selecionados os indivíduos que têm possibilidade de dar informação rica para os objetivos do estudo, não indivíduos selecionados ao acaso para constituírem uma amostra representativa;
- (v) os dados serão analisados indutivamente;
- (vi) os indivíduos inquiridos terão um papel importante na interpretação dos resultados; e finalmente,
- (vii) a ênfase será colocada no processo social.

Também Bogdan e Biklen (1994, p. 16) referem que as características que determinam que uma investigação é qualitativa dependem de vários aspetos, nomeadamente:

- (i) Se os dados recolhidos são qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas e de complexo tratamento estatístico.
- (ii) Se as questões a investigar são formuladas (...) com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.
- (iii) Que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, isto é a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses.
- (iv) Se privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação.
- (v) Se recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos e naturais.

Como forma de dar início ao processo de investigação, as conversas informais e a observação participante assumiram um papel fulcral, na medida em que permitiram impulsionar a identificação das necessidades de intervenção, no âmbito da mediação. Ambas foram importantes

não só nesta fase inicial, como também em todo o desenvolvimento do processo de investigação/intervenção.

Tornou-se, ainda, necessário fazer uma análise documental, quer para conhecer a instituição, quer para perceber através de registos existentes aquilo que já tinha sido feito pela própria instituição no sentido de incluir na sociedade, no mundo do trabalho, os jovens que fazem formação profissional quer, ainda, para averiguar o que, em termos legais, os normativos determinam para estes casos. Também, os relatos individuais, sob forma de entrevista, tornaram-se essenciais para a recolha de informação e para a orientação da ação.

Depois de feita a pesquisa documental, das leituras exploratórias bem como da revisão da literatura, iniciamos então a preparação da pesquisa empírica. Foi assim que, num primeiro momento, entrevistamos a diretora do Centro de reabilitação de Ponte de Lima, na tentativa de auscultar tanto os principais constrangimentos à integração profissional dos jovens, como de identificar possíveis e potenciais entidades que se disponibilizassem a colaborar nesta caminhada rumo à integração.

Depois da primeira entrevista foram, seleccionadas quatro entidades locais, posteriormente contactadas, com o intuito de entrevistar os seus responsáveis. Estas entrevistas tiveram como objetivo identificar, a partir das perceções dos representantes das entidades os constrangimentos subjacentes à integração socioprofissional dos jovens com deficiência mental, bem como inventariar possíveis caminhos de integração.

A tónica deste estudo esteve, então, no facto de integrar “na investigação as dimensões internas dos sujeitos, dos grupos ou das organizações, ou os seus aspetos não diretamente observáveis nem suscetíveis de experimentação” (Almeida & Freire, 2000, p. 98).

2. Método¹² Utilizado

Com o intuito de estudar e intervir com a maior solidez possível no contexto selecionado, utilizámos os recursos técnicos que entendemos como mais adequados para a recolha e tratamento

¹² Conjunto de procedimentos técnicos de recolha de informação empírica. Segundo Firmino da Costa (2001) o método não é mais que uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a seleção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação.

de dados. Assim sendo, abordaremos neste ponto as técnicas efetivamente mobilizadas para a consecução desta investigação/intervenção, nomeadamente, a entrevista e a análise de conteúdo, a observação participante e a análise documental.

2.1. A Entrevista

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 134), a entrevista é uma “conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, (...) dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informação sobre a outra. (...) A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito”. Esta foi uma técnica que permitiu obter informações únicas, bem como identificar de novas pistas de investigação e intervenção, na medida em que permitiram o contacto direto com os entrevistados, o que concorreu para diminuir a subjetividade que perpassou todo o processo.

Optámos por realizar entrevistas semiestruturadas (ou semi-diretivas), uma vez que este tipo de entrevistas não são inteiramente abertas nem condicionadas por um grande número de questões precisas. Criámos uma série de questões-guias, relativamente abertas, para que pudéssemos recolher toda a informação por parte do entrevistado. As questões podem não ser colocadas pela ordem em que foram elaboradas, pois o que se pretende é que o entrevistado fale abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier.

Neste tipo de entrevista “o investigador esforçar-se, simplesmente, por reencaminhar a entrevista para os objetivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e por colocar as questões às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 194).

Parece-nos, também, que este método é adequado pois permite a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados - os seus valores, as suas normas, as interpretações das suas próprias experiências -, a análise de um problema específico e a reconstituição de um processo de ação, de experiência ou de acontecimentos passados. Além disso, este tipo de entrevista tem como principais vantagens o grau de profundidade dos elementos da análise recolhidos, a flexibilidade e fraca diretividade do

dispositivo, o que permite recolher os testemunhos e interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência (Quivy e Campenhoudt, 1992).

No nosso caso, o recurso à entrevista prendeu-se com a indispensabilidade de aprofundarmos dados relevantes que foram despontando aquando da pesquisa de campo, exploratória, assim como o facto de querermos dar voz às representações dos sujeitos. Os guiões¹³ das entrevistas, instrumentos cruciais para o desenvolvimento da investigação, surgiram do diálogo contínuo e constante entre a teoria e a recolha de informação.

Como foi referido no primeiro capítulo deste relatório, concebemos um primeiro guião para uma entrevista a realizar à Diretora do Centro, no sentido, não só, de melhor compreender o projeto institucional e o projeto de formação profissional dos jovens do CRPL, mas também de identificar os constrangimentos inerentes à integração social e profissional do seu público e de potenciais entidades colaboradoras nessa integração.

Além disso, com o objetivo de identificar os constrangimentos subjacentes à integração socioprofissional dos jovens com deficiência mental, concebemos dois guiões e realizamos entrevistas a entidades locais que já tinham colaborado com a APPACDM, facultando estágios curriculares, e entidades que podem vir colaborar nesse sentido.

2.2. Pesquisa e Análise Documental

O recurso à pesquisa e análise de documentos foi uma constante na organização e desenvolvimento desta investigação/intervenção. Esta é uma etapa fundamental em todos os trabalhos científicos, pois serve de base a todo o trabalho estando presente em todas as fases de uma investigação/intervenção. Antes de começarmos a recolha de dados, foi imprescindível fazer uma pesquisa e uma análise documental sobre o tema em questão.

Com a análise documental foi possível obter conhecimento disponível sobre determinados assuntos, identificar teorias já produzidas sobre os mesmos e analisar e mobilizar o seu conteúdo

¹³ Os guiões que são utilizados nas metodologias qualitativas, nomeadamente na entrevista, são utilizados sobretudo, para recolher dados com cada sujeito, dados esses que são facilmente suscetíveis de comparação (Bogdan & Biklen, 1994, p.108).

para explicar o problema da pesquisa. Isto é, torna-se possível inventariar e convocar diferentes contributos científicos e teóricos para suportar a investigação/intervenção.

Neste trabalho, a análise documental foi realizada com o intuito de obter um suporte que permitisse um olhar atento, crítico, reflexivo e multidisciplinar. Isto possibilitou o conhecimento de várias perspetivas e quadros conceituais, permitindo construir uma visão informada e alargada sobre problemática em causa.

A análise documental resultou de uma pesquisa feita através de livros, obras de referência, artigos, teses/dissertações, bem como de normativos sobre a temática em causa. Em suma, este processo pressupõe a procura, leitura e análise de documentos diversos desde o projeto educativo e formativo do CRPL; livros, artigos em livros e em revistas sobre a temática da mediação, da deficiência; documentos oficiais como a Declaração dos direitos Humanos, a Constituição da República Portuguesa, entre outros .

2.3. A Observação Participante

A observação, enquanto etapa de um procedimento de investigação, representa uma “etapa intermédia entre a construção dos conceitos e das hipóteses, por um lado, e o exame dos dados para as testar, por outro” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 155). Esta técnica envolve um conjunto de procedimentos que possibilitam a recolha de dados para abordar uma determinada realidade e consiste na sua captação no preciso momento em que os factos ocorrem. Daí Máximo-Esteves (2008, p.87) dizer que a observação “permite o conhecimento direto dos fenómenos tal como eles acontecem num determinado contexto”.

A observação é, de acordo com Loville e Dione (1999, p. 176), “um olhar ativo sustentado por uma questão e por uma hipótese”.

Quanto ao modo de realização, a observação, pode ser direta, implicando a presença física do observador, e indireta, recorrendo neste caso a intermediação. Quanto à postura do investigador pode ser participante, havendo interação estreita com os sujeitos, e não-participante havendo distanciamento e não interferência, limitando-se neste caso à mera observação dos factos.

Posto isto, podemos afirmar que a observação realizada neste estudo, uma vez que a estagiária esteve ao longo de todo o processo de investigação e intervenção inserida no contexto, tendo intervindo no dia a dia da instituição, foi uma observação participante. Além disso, frequentou algumas formações na área das expressões (expressão corporal, expressão dramática e expressão musical). Estas formações eram dirigidas a profissionais da APPACDM, sendo também frequentadas por alguns utentes, e visavam a educação pela arte. Também a observação da formação profissional dos jovens foi frequente, embora nem sempre tenha existido um envolvimento ativo na dinâmica dos grupos durante a formação.

2.4. Análise de Conteúdo

Como referimos, esta investigação/intervenção integra o paradigma qualitativo. Como tal recorremos a técnicas de recolha de dados que onde o discurso dos participantes ganham realce e importância para o desenrolar do processo. Assim sendo, a análise de conteúdo surge como técnica para analisar o discurso das pessoas entrevistadas.

No que respeita à análise de conteúdo Bardin (1977, p. 31) apresenta-a como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Segundo a mesma autora (*idem, ibidem*) “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Na mesma ordem de ideias, Sousa (2005, p. 264) a análise de conteúdo “não se trata de um instrumento, mas de um conjunto de procedimentos diversos, incluindo mesmo técnicas diferentes que, pela sua sistematização, analisam documentos de diferentes modos e com objetivos diferentes”.

Por sua vez, Bogdan & Biklen (1994, p. 205) afirmam que “a análise de dados é o processo de busca e de organização sistemática de transcrições de entrevistas, de notas de campos e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”. Consideram, ainda, que “a análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em

unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspetos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão do que vai ser transmitido aos outros” (*idem, ibidem*).

Como podemos constatar, os procedimentos da análise de conteúdo pressupõem a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, pois só a sua utilização possibilita ao investigador interpretar de forma a não ter como referência os seus próprios valores e representações.

Lessard-Hébert *et al* (2005, p. 107) asseguram que Miles e Huberman “avançam com um modelo interativo da análise dos dados na investigação qualitativa que consiste em três passos, ou componentes, de atividade concorrentes: a redução dos dados, a sua apresentação e a interpretação/verificação das conclusões”.

Fazendo referência aos mesmos autores (*idem*, p. 109) a primeira componente deste modelo corresponde ao processo “de seleção, de centração, de simplificação, de abstração e de transformação” do material compilado, e a fase de organização e apresentação corresponde, no fundo, ao tratamento dos dados, podendo ser definida como um conjunto de informações que devem ser estruturadas de forma a poder tirar conclusões e tomar decisões. A última componente da análise – a interpretação/verificação das conclusões – diz respeito à “atribuição de significado aos dados reduzidos e organizados através da formulação de relações ou de configurações expressas em preposições ou modelos” (*idem*, p. 122)

No fundo foi, este o modelo de análise de dados que seguimos neste processo de investigação/intervenção. Assim, com o intuito de aceder e compreender os significados presentes nos discursos das entrevistas realizadas procedemos à sua transcrição e análise, procurando, então, fazer uma análise de conteúdo dos significados das mensagens obtidas.

3. Identificação dos recursos mobilizados e das limitações do processo

Ao longo de todo o processo de estágio foram vários os recursos mobilizados, quer materiais quer humanos.

Em termos de recursos materiais, necessitamos de um espaço físico de trabalho; utilizamos o computador - na redação do próprio relatório, na conceção de diversos materiais que foram

fundamentais para o desenvolvimento do estágio e, ainda, nos contatos via e-mail; o telefone também foi utilizado no contacto com diversas pessoas envolvidas no projeto; os livros e artigos da biblioteca da universidade que constituíram o suporte teórico do trabalho desenvolvido.

Em termos de recurso humanos, estiveram envolvidos vários elementos, desde o orientador da universidade com quem mantivemos um contato constante, sem ele este trabalho não seria possível, toda a equipa de profissionais do CRPL e todos o envolvidos na realização do seminário.

A maior dificuldade que sentimos prendeu-se com o facto de conseguirmos realizar tarefas que nos propusemos exatamente no tempo que havíamos definido, por uma questão de disponibilidade de agenda das pessoas que estiveram envolvidas.

Um outro fator de constrangimento teve haver com o período de duração do estágio de um ano acabou por condicionar o desenvolvimento do projeto.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS OBTIDOS

Introdução

Este capítulo, destinado à apresentação e discussão do processo de investigação/intervenção visa, num primeiro ponto, apresentar os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas e, num segundo, demonstrar a vertente mais interventiva deste estágio, decorrente do processo de diagnóstico.

1. O Processo de Investigação

Tal como vimos no capítulo anterior, a análise de conteúdo configurou-se a técnica mais adequada para a análise dos dados¹⁴.

Com o objetivo de identificar os constrangimentos subjacentes à integração socioprofissional dos jovens com deficiência mental, foi feita, inicialmente, uma entrevista à diretora do CRPL. Esta entrevista teve também o intuito de traçar linhas de trabalho no âmbito deste estágio.

Posteriormente, e com os mesmos objetivos centrais da entrevista à diretora, foram feitas entrevistas a três entidades locais que já tinham colaborado com a APPACDM, facultando estágios curriculares aos utentes do CRPL, e a uma entidade que poderia vir a colaborar com a instituição nesse sentido. Todas estas entrevistas estiveram, tal como a supramencionada, ao serviço da organização da intervenção.

A organização da análise dos dados da investigação implicou, num primeiro momento, a transcrição das entrevistas uma vez que nos permitiu, posteriormente, na sua análise, rentabilizar

¹⁴ “Por ‘dados’ entendemos as páginas de materiais descritivos recolhidos no processo de trabalho de campo (transcrições de entrevistas, notas de campo, artigos de jornal, dados oficiais, memorandos escritos pelo sujeito, etc)” (Bogdan & Biklen, 1994, p.232).

tempo. Depois, fizemos uma primeira leitura de modo a começarmos a ter um posicionamento crítico face ao material recolhido.

Optámos por uma análise de tipo categorial¹⁵. Depois de feita a transcrição das entrevistas, elaborámos quatro síntese descritivos¹⁶, do conteúdo das entrevistas realizadas, divididos em dimensões de análise. Estas dimensões¹⁷ corresponderam às mesmas criadas aquando da construção dos guiões de entrevista. Os quadros foram construídos com o intuito de aumentar a compreensão dos dados obtidos, bem como seleccionar as expressões e citações dos atores consideradas relevantes e pertinentes para esta investigação/ intervenção.

Ao utilizarmos as dimensões de análise, tanto na organização dos guiões como nos quadros síntese das entrevistas, permitimo-nos, de alguma forma, apenas retirar informações relevantes para concretizar os objetivos pretendidos. A análise de conteúdo permitiu-nos, através deste procedimento sistemático, descrever o conteúdo dos relatos recolhidos e, ainda, interpretar o sentido daquilo que foi dito. Outras leituras foram feitas com o intuito de aprofundar a sua interpretação, de desocultar sentidos polissémicos nos discursos recolhidos ou, até mesmo, outros não ditos mas implícitos.

Depois do exposto, apresentamos de seguida os resultados das entrevistas.

1.1. Apresentação dos Resultados da Entrevista à Diretora do CRPL

A entrevista à diretora do CRPL teve como, como já referimos, o intuito de identificar constrangimentos subjacentes à integração socioprofissional dos jovens que frequentam a formação profissional no Centro, e ao mesmo tempo, traçar linhas de trabalho no âmbito da mediação. Procurámos, através desta entrevista, conhecer um pouco do percurso académico e profissional da entrevistada e, também, conhecer melhor, através das suas representações, a instituição e o seu projeto de intervenção social.

¹⁵ As categorias são entendidas por Bardin (1994, p.117) como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo no caso da análise de conteúdo, sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns dos elementos”. Por sua vez, a categorização é, segundo a mesma autora (*idem*, pp. 118-119), “um processo de tipo estruturalista, contendo duas etapas: o inventário e a classificação”.

¹⁶ Os quadros síntese descritivos das entrevistas realizadas encontram-se nos apêndices 4 e 5.

¹⁷ (entrevista à diretora do CRPL – A. Informação sobre o entrevistado; B. Caracterização do contexto e dos intervenientes na instituição; C. Desenvolvimento do projeto institucional; D. Práticas de formação na instituição e entrevista a entidades - A. Experiência de integração; B. Importância da formação profissional; C. enquadramento profissional; D. Mudanças para a integração)

Apresentamos, de seguida, os resultados obtidos nesta entrevista, tendo em conta as dimensões de análise e as citações da entrevistada relativamente a cada uma delas.

1.1.1. Informação Sobre a Entrevistada

Com esta primeira dimensão pretendemos, por um lado, conhecer o percurso académico e profissional da entrevistada e, por outro lado, conhecer as perspetivas da entrevistada em relação ao trabalho que desenvolve.

A diretora do CRPL é licenciada em Terapia Ocupacional e acumula a função de Terapeuta Ocupacional com a de Diretora do Centro.

Quando questionada sobre a necessidade de fazer outras formações para o desenvolvimento das suas tarefas, a Diretora afirma que “(...) como Terapeuta Ocupacional fui fazendo formação ao longo dos anos (...) tentando manter-me a par de novas técnicas(...)” **(E1)** e “(...)Como diretora do centro, também fui fazendo formação para chefias, gestão e outras áreas que são necessárias para um melhor domínio da função” **(E1)**.

Conta já com alguns anos de experiência profissional na sua área de formação profissional, fora da instituição como Formadora e Terapeuta em gabinete e dentro da Instituição passou também por diferentes valências, desde Centros de Atividades Ocupacionais (CAO's), às Unidades Escolares, até aos Centros de Formação Profissional, trabalhando assim com pessoas com diferentes graus de deficiência. Falando da sua experiência profissional nesta instituição, afirma que “fui sempre Terapeuta Ocupacional em diversos centros da Instituição (...) quando passei a ser diretora (...) fiquei fixa a um único e depois vim (...) lançar o projeto aqui em Ponte de Lima (...) e fiquei aqui até agora” **(E1)**.

A importância que atribui à sua experiência profissional prende-se com o facto de esta lhe ter permitido, ao longo dos anos, uma mudança de postura e de atitudes e uma mudança na forma de estruturar o seu trabalho. Esta mudança reflete um trabalho menos atento à base científica e mais preocupado com o lado humano, sempre com a expectativa de poder “contribuir de uma forma eficaz para a construção do projeto de vida de cada pessoa com quem trabalho” **(E1)**.

1.1.2. Caracterização do Contexto e dos Intervenientes na Instituição

Esta dimensão de análise teve como objetivo um melhor conhecimento da instituição e dos seus intervenientes.

Assim, a entrevistada considera que o CRPL funciona “num espaço físico privilegiado, um espaço com muita luz, um espaço grande, amplo e com zonas circundantes, no fundo, umas boas instalações, embora não estando totalmente adaptadas ou não sendo totalmente acessíveis” (E1). Em termos do trabalho desenvolvido, a Diretora identifica dois grandes campos de intervenção, “o Centro de Atividades Ocupacionais, o qual tem afeto um programa de transição para a vida autónoma, e um Centro de Formação Profissional que tem afeto um programa de transição para a vida ativa” e “têm como respostas, ou formas de intervenção, *ateliers* diversos onde cada cliente tendo um programa individual vai respondendo às suas necessidades” (E1).

A entrevistada explica como se processa a entrada no CRPL:

Cada cliente que se inscreve entra numa lista de espera, depois se ele tem lugar é feita uma entrevista de seleção para a admissão (...). (...) Depois de ter feito essa entrevista (...) se a pessoa pretende continuar a candidatar-se entra e é feita depois a admissão onde cada cliente paga uma mensalidade que é atribuída conforme as regras da própria instituição.

Entra no programa de transição para a vida autónoma, toda a gente entra pelo mesmo programa, que pode ser o mínimo tempo de permanência de 3 meses porque é o tempo de adaptação, de avaliação e o tempo de iniciar um programa até um máximo de dois anos. Durante esse período está a desenvolver a fase de desenvolvimento de competências pessoais e sociais. (...) Se adquirirem essas competências até ao máximo de dois anos, portanto, pode ser antes, (...) pode transitar para uma outra fase que é a de competências técnicas mas caso isso não aconteça pode repetir a fase. Isto está tudo previsto (...) em protocolo próprio de avaliação. Ao fim do tempo passa então para a fase de desenvolvimento de competências técnicas e, se tudo correr bem, se a pessoa até ao máximo de 1 ano conseguiu adquirir as competências passa para o programa de transição para a vida ativa. Se por acaso não consegue adquirir estas competências mesmo repetindo o ciclo então fica em fase de manutenção ativa, que é uma fase dinâmica onde a pessoa vai trabalhar competências específicas que necessita para se desenvolver. No fundo vai construir o seu próprio projeto. Se o projeto do próprio não passa ou não tem por limitações ou por falta de competências, digamos, para desenvolver uma formação profissional, portanto permanece aí e constrói o seu próprio projeto nesta fase.

Há situações em que pode permanecer mais tempo nesta fase e depois sair e ingressar na fase de desenvolvimento de competências técnicas, que é no fundo uma fase de orientação vocacional, de despiste vocacional e entra no programa de transição para a vida ativa, ou seja, entra na formação profissional, que tem no máximo 2900 horas e ao fim desse tempo tem que sair da formação e, ou integra o mercado de trabalho, ou integra novamente o Centro de Atividades Ocupacionais ou toma as suas próprias decisões de ir embora ou não **(E1)**.

Na instituição trabalham pessoas especializadas como é o caso da Psicóloga, da Terapeuta Ocupacional, da Terapeuta da Fala, do professor de Educação Física, das Professoras do Ensino Básico e da Ceramista. No entanto, existem outros que, como afirma a entrevistada, “não tendo uma formação de base que lhe dá o estatuto de especialista foram construindo ao longo do tempo pela experiência e por formações que vão adquirindo esse estatuto, o que lhes dá realmente o privilégio de poderem trabalhar bem com pessoas com estas características” **(E1)**, como é o caso dos Monitores de Formação Profissional.

Quando questionada sobre o cumprimento, pelo pessoal da instituição, de forma eficaz das tarefas que lhes estão atribuídas, afirma que são pessoas extremamente responsáveis e que têm perfeita noção do seu papel, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação do projeto de vida das pessoas com quem trabalham.

O CRPL acolhe pessoas com deficiência mental, com idade igual ou superior aos 16 anos e sem limite máximo de idade, e tem uma lotação máxima de quarenta e seis utentes. Aquando da realização da entrevista a instituição era frequentada por quarenta e três utentes.

A entrevistada considera que o trabalho desenvolvido tem correspondido às necessidades das pessoas com quem o Centro trabalha afirmando que:

“(…) senão não estaríamos aqui a esta altura mas como é que nós... uma coisa é aquilo que nós pensamos outra coisa é aquilo que é na realidade e só é possível saber através do *feedback* obtido pela comunidade, pelas próprias famílias, pelos próprios clientes que respondem a inquéritos de satisfação, que dão feedback positivo a cerca do trabalho que cá desenvolvem e depois também muitas pessoas que são integradas na comunidade, digamos, principalmente as que saem da formação profissional...” **(E1)**.

1.1.3. Desenvolvimento do Projeto Institucional do CRPL

Como pretendíamos com esta categoria averiguar o estado de desenvolvimento do projeto institucional, pedimos à entrevistada que falasse livremente desse projeto. Retirámos do seu discurso que o CRPL está certificado em termos de qualidade e que trabalhava no sentido de alcançar a excelência, em termos de qualificação, tendo o seu projeto de estar organizado para esse fim, garantindo que “toda a instituição tem como máximo projeto isso mesmo, que é atender pessoas, as pessoas com deficiência mental de forma eficaz, com qualidade e que possa realmente contribuir para o seu desenvolvimento, para melhorar a qualidade de vida de cada um e para a construção do seu próprio projeto” (E1).

Relativamente à questão que vai no sentido de indagar se a concretização dos objetivos do projeto têm sido concretizados de forma satisfatória, a entrevistada apresenta, como fundamento da sua concretização, o fato de a entidade estar qualificada em termos de satisfação. Afirma, ainda, que toda a equipa de trabalho tem a preocupação de perceber até que ponto o trabalho que desenvolve está num bom caminho, o que facilita a melhoria da qualidade.

1.1.4. Práticas de Formação na Instituição

Com esta dimensão de análise procurámos caracterizar as práticas de formação desenvolvidas na instituição, bem como identificar entidades envolvidas e entidades que poderiam vir a ser parceiras nesse processo.

Em termos de formação profissional, o CRPL ministra quatro cursos: o curso de artesanato e serviços, que engloba costura, bordados, lavandaria e engomadoria; o curso de jardinagem; o curso de atividades de serviço de andares e o curso de cozinha – estes dois últimos fazem parte das atividades de vida hoteleira. A formação em qualquer um destes cursos é feita em três fases: a primeira fase, que corresponde ao primeiro ano do curso e onde são desenvolvidas competências pessoais e sociais; a segunda fase, que corresponde ao segundo ano e onde são desenvolvidas

competências técnicas; e a terceira e última fase, que diz respeito a um estágio curricular em contexto real de trabalho e tem sensivelmente a duração de quatro meses.

Esta formação é desenvolvida no próprio centro, em *ateliers* de formação profissional, sendo que no primeiro ano de formação os formandos têm a oportunidade de percorrer outros *ateliers* que não aquele que está direcionado para a sua área de formação, para, dessa forma, poderem desenvolver competências pessoais e sociais. Isto, acontece porque, segundo a entrevistada, “uma pessoa que está na área de artesanato e serviços também precisa de aprender a cozinhar, também precisa de aprender a limpar, se tiver prazer e for necessário também precisa de aprender jardinagem e vice-versa” (E1).

A entrevistada, ao referir que “os grandes objetivos (do trabalho que desenvolvem) são melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a inclusão, proporcionar às pessoas a promoção da sua autonomia pessoal, social e de realização” (E1), afirma que “toda a formação tem contribuído para o projeto da própria instituição” (E1).

As entidades que estão diretamente implicadas na formação ministrada no CRPL são a própria APPACDM, o Instituto de Emprego e da Formação Profissional (IEFP) e Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e a Segurança Social (SS). A APPACDM tem a função de conceber, gerir e levar a cabo a formação, as restantes entidades referidas têm, para além do papel de fiscalizador o papel de financiador da formação profissional.

Quando questionada sobre a existência de entidades que, ao nível da comunidade, têm o compromisso de criar condições que contribuam para a integração profissional e social dos jovens, bem como sobre a forma como essa integração se tem processado, percebemos que o Centro vem procurando sensibilizar a comunidade, em geral, para a necessidade de abrir portas para acolher os seus jovens. Sempre que é necessário, a instituição recorre a uma e/ou outra entidade, de acordo com a área de formação e as características dos jovens. Estas instituições são, essencialmente, serviços públicos, como é o caso da Câmara Municipal, dos Lares de Terceira Idade, dos Centros de Dia e Lares de Acolhimento e, ainda, outras entidades, como pequenas empresas.

Os grandes constrangimentos que, na opinião da entrevistada, têm dificultado, ou até mesmo impedido, a integração socioprofissional dos formandos do CRPL são sobretudo “a grande crise que atravessa o país” (E1), além de não se poder negar que “existe sempre algum estigma relativamente a acolher pessoas com deficiência” (E1). Apresenta como forma de ultrapassar, ou

minimizar, estes problemas a necessidade de “sensibilizar de forma mais consistente a comunidade, de mostrar o trabalho, de dizer o quanto estas pessoas podem ter boas competências para desenvolver esse trabalho” (E1).

Em resposta às questões ‘Na sua opinião, que outras entidades poderiam contribuir para a efetiva integração profissional dos jovens na sociedade? De que forma(s)?’ a entrevistada diz que

“Os próprios centros formadores, (...) as associações empresariais, os empresários.

Haver esta ligação entre as instituições que forma e as associações e os próprios empresários (...), as próprias instituições de ensino terem uma abertura diferente, terem, contribuírem para mostrar, para sensibilizar para mediar digamos o processo entre as associações, percebermos o que é que os empresários lucram com isto, o que é que as pessoas com deficiência podem contribuir para o desenvolvimento económico e para o desenvolvimento financeiro da própria empresa, o que é que eles podem levar de bem, de contributo” (E1).

1.2. Apresentação dos Resultados das Entrevistas a entidades

Depois da entrevista à diretora considerámos pertinente entrevistar algumas entidades que, de alguma forma, tinham contribuído para a consecução dos objetivos do CRPL, bem como outras entidades que possam vir a contribuir para esse efeito. Neste sentido, seleccionámos quatro entidades que, no entender da diretora, poderiam contribuir para a identificação de necessidades reais de intervenção. Três destas entidades já tinham facultado estágios curriculares a formandos da APPACDM, uma delas não. O guião da entrevista de ambas apenas difere na primeira dimensão, como podemos ver nos respetivos anexos.

1.2.1. Experiência de Integração dos Jovens

Pretendemos com esta dimensão de análise perceber, junto dos responsáveis por instituições que já tinham colaborado com a APPACDM, em que medida os estágios curriculares dos formandos na instituição que tutelam tenha constituído uma experiência de integração socioprofissional.

Verificámos que existiu por parte das três instituições entrevistadas, uma aceitação dos jovens para a realização de estágios curriculares, duas na área de lavandaria e um na área de rececionista, o que, de algum modo, revela uma predisposição para em integrar pessoas com deficiências mentais no mundo do trabalho. Contudo, é de salientar que esta aceitação resulta da resposta positiva a um pedido feito pela entidade formadora:

Houve um pedido que foi feito por parte da APPACDM, (...) reforçado pela Técnica de Serviço Social que acompanha os beneficiários de RSI (Rendimento social de inserção), embora também seja política da instituição acolher estagiários de diversas áreas e de diversas entidades **(E2)**;

(...) a partir do momento que eles nos fizeram essa proposta nós aceitamos, achamos por bem até para facilitar e ajudar a integração deles no mercado de trabalho **(E3)**;

Na altura achamos interessante aceitar a estagiária porque seria até uma experiência nova, seria um contato novo com a nossa população idosa, que poderia, realmente ter ali (...) um carácter bastante positivo porque as pessoas que têm dificuldades (...) não estão incapacitadas para poder trabalhar, não é?! **(E4)**.

No entanto, existe um caso, não de estágio mas de contrato de trabalho, em que foi a entidade empregadora, já sensibilizada para esta questão que procurou a jovem: “Contratámos logo uma das formandas da APPACDM, ela está aqui connosco desde a abertura” **(E3)**.

Esta mesma entidade recebeu um outro jovem em estágio curricular que, posteriormente, resultou em contrato de trabalho: “(...) posteriormente houve outro menino que realizou cá o estágio dele curricular, posteriormente fez estágio profissional e, atualmente, está contratado desde janeiro” **(E3)**.

Todas as entrevistadas referem a boa integração dos jovens no contexto de trabalho, tanto com os colegas de trabalho como com os superiores hierárquicos. No entanto, uma das entrevistadas refere ter havido uma sensibilização e preparação prévia do pessoal: “Houve também uma preparação da minha parte para com os funcionários, para com os idosos que teríamos ter alguma atenção no início, portanto, para conseguirmos comunicar e ter alguma compreensão em alguma falha que pudesse existir” **(E4)**.

Referem, como principais fatores dessa boa integração, características intrínsecas aos próprios jovens:

(...) é bastante empática o que também facilita (...), aprende com bastante facilidade, é humilde a aceitar correções que possam ser feitas (...), é educada, quando há necessidade de pedir alguma coisa pede, quando tem que se dirigir a mim ou a outra pessoa dirige-se **(E2)**;

o Bruno¹⁸ é mais aberto e fala mais e procura-nos mais (...), é super atencioso, super preocupado **(E3)**;

a Francisca. surpreendeu-nos imenso porque sendo ela surda-muda (...) por vezes não conseguindo explicar-lhe e inseri-la no contexto ela nunca se sentiu à margem, nem nunca teve aquele sentimento de desconfiança porque, 'estão-se a rir, será porquê?!', nós tentávamos sempre explicar, mas mesmo que não conseguíssemos integrá-la no contexto da conversa ela nunca se sentiu à margem, talvez por ter sido tão bem aceite e ela sentir-se tão à vontade connosco **(E4)**.

Quando questionadas sobre o facto de os jovens alguma vez terem sido alvo de discriminação ou sob proteção, as três entidades responderam que 'não', em ambas as situações. Nunca nas relações com colegas de trabalho esta questão se evidenciou. Apenas a **E3** menciona que, "já podemos ter tido uma ou outra reação menos agradável por parte de visitantes, se calhar".

Por último, e respondendo à questão, 'Acha que estes jovens têm a perceção dos seus direitos e dos seus deveres?', uma das entrevistadas respondeu que: "Aí já posso falar um bocadinho mais na generalidade talvez, daquilo que eu conheço de outras pessoas eu penso que globalmente que não, não me parece" **(E2)**. Mas referindo-se, concretamente, à Eduarda e aos direitos e deveres relacionados com o trabalho disse-nos: "em termos de cumprimentos acho que sim, plenamente" **(E2)**.

As outras duas entrevistadas respondem que sim, que de algum modo os jovens com deficiência mental têm essa noção, tendo uma delas reforçado essa convicção dizendo que a formação profissional que eles fazem também tem essa função, a função de formar para a cidadania: "A Francisca. tinha. E acho que tendo eles uma formação e sendo bem acompanhados pela instituição formadora, neste caso pela APPACDM, acho que eles têm sim senhora a perceção dos seus direitos, dos deveres e dos direitos, e ela (a estagiária) manifestou isso" **(E4)**.

¹⁸ O nome deste jovem bem como todos os outros nomes são fictícios.

1.2.2. Importância da Formação Profissional

Na APPACDM, o modelo de formação profissional, tal como referimos no capítulo destinado à caracterização do contexto (Capítulo 1) pauta-se por uma fase inicial de formação de competências básicas sociais e pessoais (saber ser e saber estar), seguida de uma fase voltada para uma orientação vocacional e para a aquisição de competências pré-profissionais transversais, valoráveis no mercado de trabalho (como a assiduidade, a pontualidade, entre outros).

Depois de reconhecidas as motivações dos jovens para o exercício de funções, segue-se um período dedicado ao ensino/aprendizagem de competências técnico-profissionais, em prática simulada da função, em *ateliers* de formação profissional.

Na última fase, a conclusão do processo formativo dá-se com um estágio/formação em situação real de trabalho. Nessa altura os jovens têm a possibilidade de treinar em situação específica de trabalho, na situação de emprego, acompanhados quer por profissionais da instituição formadora, quer por tutores da entidade 'empregadora', que lhes facultaram o apoio necessário para que possam desempenhar com sucesso as atividades profissionais.

A experiência vivenciada pelas entrevistadas confirma que, de facto, a formação profissional que os jovens estagiários fizeram na APPACDM contribuiu para o seu desenvolvimento e para a execução das tarefas laborais.

Em termos das expectativas das entidades, face aos jovens antes de se iniciar o estágio, podemos afirmar que, segundo uma das entrevistadas, acabaram por ser superadas, tanto pelo desconhecimento das limitações como pelo desconhecimento das potencialidades da jovem estagiária: "(...) acho que as minhas expectativas acabaram por se superar porque se calhar estava a pensar que a E. poderia ter mais limitações do que aquelas que depois acabou por evidenciar" (E2).

As restantes entrevistadas, incluindo aqui a opinião da entidade que ainda não promoveu estágios, tanto curriculares como profissionais, disseram acreditar que os jovens fariam um bom estágio:

eu estava muito curiosa e sempre achei que podia correr bem, sou uma pessoa positiva e que acredito nos jovens e que acredito nas capacidades, que sendo elas trabalhadas, valorizadas e partindo do princípio que eles conseguem mesmo (...) (E4);

nós acreditamos que eles bem acompanhados terão tanto ou mais capacidades do que as pessoas que não têm qualquer problema, digamos assim, e ainda pra mais vindos de uma formação eu penso que as expectativas vão ser... boas, eu creio que sim(E5).

Em resposta à questão *'Pelo que pôde observar, que mudanças ocorreram nestes jovens ao longo do estágio?'*, as entidades entrevistadas mencionaram aspetos relacionados com o desempenho dos jovens no desenvolvimento das tarefas laborais: "(...) ela adaptou-se à maneira como o trabalho é feito aqui. Ela sabia aquilo que era ensinado na escola e adaptou-se à realidade da instituição e acho que sentiu-se parte daquela equipa, acho também que ela conseguiu conquistar as pessoas que trabalham com ela, nem sempre isso é fácil (...)." (E2);

Referem, também, mudanças de cariz pessoal que, de certa forma, resultaram do desempenho positivo no desenvolvimento das tarefas laborais. A este respeito afirmam que:

Penso que agora ela talvez possa ter um bocadinho mais de autoconfiança do que quando cá chegou (E2);

(...) o Bruno está mais connosco do que a Manuela. que está na cozinha, mas creio que com o que nós vamos observando ele adaptou-se muito bem e cresceu muito e sente muita confiança (...) (E3);

Acho que se sentiu mais confiante, acho que saiu daqui, que se sentiu capaz de, de... de levar a vida dela, de ter alguma independência e alguma esperança de poder ser independente e de poder realmente bastar-se por ela própria e governar, como se costuma dizer governar a vidinha dela, ser independente. Eu acho que ela saiu daqui com essa esperança e com essa autoconfiança que era muito importante, eu acho que ela saiu daqui autoconfiante e valorizou-se, apercebeu-se de que era capaz e de que, portanto, era igual (E4).

Por sua vez, a entidade que ainda não teve a experiência de estágios com jovens com deficiência mental apenas refere que considera "que poderia haver a possibilidade de ficar onde estão a estagiar, se houver perspectivas de emprego (...) "(E5).

Por último, podemos constatar que as entidades referem como principais fatores de (in)sucesso o preconceito e o estigma. A aceitação por parte das instituições e dos colegas de trabalho é fundamental, sendo necessário que os jovens não sejam vistos, nem tratados, como diferentes, mas sim como iguais:

(...) está relacionado com as expectativas (não é?!) que se tem e, portanto, a maneira como são acolhidos e a preparação que também é feita (não é?!). Se as entidades receberem um estagiário de má vontade ou se os colegas de trabalho receberem o estagiário de má vontade ou se houver uma pessoa no grupo que de alguma maneira tenha uma perceção enviesada daquilo que é a deficiência isso pode condicionar e muito o acolhimento que a pessoa tem e a maneira como vai desenvolver o trabalho dela **(E2)**;

Eu acredito que a forma como as pessoas, as instituições que os acolhem lidam com eles pode afetar imenso a integração deles no desenvolvimento do trabalho. (...) se realmente as pessoas os tratarem e demonstrarem que o facto de eles serem diferentes não tem importância... Se mostrarem que realmente têm algum preconceito em relação a isso acredito que vá influenciar pela negativa o comportamento da pessoa que está aqui a trabalhar. (...) Sentindo o apoio e confiança tudo corre muito melhor **(E3)**;

A aceitação por parte das instituições, por parte dos colegas, o olharmos para eles de forma normal, que é assim que eles são, não é?! Têm é algumas dificuldades e algumas limitações que sendo elas trabalhadas acabam por conseguir. Isso se forem efetivamente aceites e... (...) a aceitação é fundamental e o acreditarmos neles **(E4)**.

Também a resposta da entidade potencial colaboradora vai neste sentido, ao considerar que: “(...) Ainda existe muita estigmatização em relação às pessoas com deficiência, e acho que acaba por ser um entrave para elas se inserirem no mercado de trabalho” **(E5)**.

Ainda no que toca à formação profissional, podemos destacar que, em tempos, e segundo o que pudemos retirar das palavras da diretora, findo o processo formativo uma grande parte dos jovens acabava por ser integrada nos quadros das entidades nas quais haviam concluído o processo. O potencial dos jovens era de facto reconhecido. Nos dias que correm já não é tão fácil essa integração profissional dos jovens, não só pelo preconceito que continua a subsistir no seio da sociedade, mas também, e sobretudo, pela situação económica que o país atravessa.

Podemos, ainda depreender, desta categoria analítica que, de facto, a formação profissional se revela crucial no acesso a uma primeira experiência profissional, o que de algum modo vai condicionar o acesso ao emprego e, posteriormente, a manutenção do posto de trabalho. Tal situação deve-se ao facto de, por um lado, a formação profissional preparar os jovens com deficiência mental ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais e, por outro lado, os preparar também ao nível o desenvolvimento de competências técnicas, todas elas valorizadas no mundo do trabalho.

A este respeito, e falando da função dos estágios profissionais, uma das entrevistadas refere que “a função dos estágios profissionais é mesmo essa, é criar um vínculo entre a entidade e o estagiário que se prolongue com o contrato de trabalho, porque eu não conheço ninguém que tenha feito cá um estágio profissional que depois não se tenha digladiado para cá ficar porque isto é mesmo assim” (E2).

Talvez possamos, ainda, acrescentar que a formação profissional, para além de ser um mecanismo fundamental na inserção profissional destes jovens, é, também, mobilizadora do reconhecimento do valor do trabalho, quer por parte dos próprios jovens, quer por parte das suas famílias.

De um modo geral, a experiência profissional permite que o rótulo da deficiência seja esbatido e que sejam feitos avanços no domínio da integração socioprofissional destas pessoas. Contudo, tal situação só se torna, muitas vezes, possível pela formação profissional, o que facilita, como referimos, a aquisição de competências pessoais e sociais, a aquisição de competências técnicas e, também, pela mediação que é feita pelos técnicos junto das empresas e das instituições. A formação profissional, o acesso a uma primeira experiência profissional e o acesso ao emprego fazem com que as pessoas com deficiência sejam mais respeitadas e, de algum modo, reconhecidas.

1.2.3. Enquadramento Profissional

Com esta dimensão procuramos, por um lado, conhecer as opiniões dos empregadores sobre a integração profissional dos jovens e, por outro aferir a possibilidade de as entidades entrevistadas virem a acolher, em estágios profissionais ou através da criação de empregos, jovens com deficiência, após a realização dos seus estágios curriculares. Para tal, tivemos em conta os relatos expressos dos entrevistados, relativamente à entrada na atividade profissional, às condições de trabalho e ao seu impacto na vida dos jovens.

Importa referir que as entrevistadas consideram que, de algum modo, existe uma continuidade entre o processo formativo, essencialmente o estágio curricular, e a entrada no mercado de trabalho. Esta continuidade torna-se ainda mais visível no decurso da realização de um estágio profissional. A este respeito, uma das entrevistadas refere que “a função dos estágios profissionais (...) é criar um vínculo entre a entidade e o estagiário que se prolongue com o contrato de trabalho, porque eu não conheço ninguém que tenha feito cá um estágio profissional que depois não se tenha digladiado para cá ficar porque isto é mesmo assim” (E2).

Temos o exemplo de dois jovens, um caso em que a conclusão do processo de formação, em posto de trabalho deu origem ao exercício efetivo de funções como colaboradora e outro caso em que, antes de ficar como colaborador, o jovem passou pela experiência do estágio profissional. No momento em que se realizou esta entrevista, a entidade que contratou estes jovens não estava a receber qualquer benefício do estado por essas contratações, tendo recentemente feito um requerimento para pedir esse apoio. Contudo, afirma que, mesmo que não recebam essa ajuda, o emprego dos dois se mantém, pois reconhecem o seu potencial como profissionais. A prova desse reconhecimento passa, entre outras coisas, pelo pagamento de um salário, como a própria entrevistada refere, “eles têm ordenado como outra pessoa qualquer”(E3).

As entidades que apenas receberam jovens em estágios curriculares demonstram toda a abertura para continuar a colaborar com a APPACDM nesse sentido. Contudo, no que concerne à facilitação de estágios profissionais, a abertura é diferente, não porque não tenham vontade ou porque não reconheçam o potencial dos jovens no exercício da profissão, mas porque “tudo o que são programas que impliquem a participação financeira da parte da instituição está muito

complicado. As exigências para com as IPSS's são cada vez maiores, os apoios são cada vez menores" (E2), por isso as entidades não conseguem dar resposta a tudo aquilo que gostariam.

Todas as entidades referem não ter sentido dificuldades na integração dos jovens e reconheceram as suas capacidades no desenvolvimento das tarefas laborais.

A entidade que nunca colaborou com a APPACDM considera a possibilidade de vir a estabelecer parcerias nesse sentido, pois a entrevistada pensa que "realmente eles devem ter as mesmas oportunidades (...). Porque na nossa opinião ficam ambas as partes a ganhar (...)." (E5). Além disso, pensa que os benefícios sociais que apoiam a contratação são importantes e podem ser um incentivo, embora não sejam um fator decisivo na contratação. A entrevistada assegura que: "se a pessoa for uma pessoa competente, que consiga atingir os objetivos, (...) penso que não há problema algum em fazermos um contrato com essa pessoa (...) (E5). Acredita que os jovens com deficiência mental têm potencial para desenvolver um bom trabalho: "Não é por eles terem qualquer tipo de deficiência que não têm competências e capacidades para o fazer, não é?! Eu acho que sim, que eles têm capacidades para fazer qualquer tipo de serviços desde que tenham formação na área (...)" (E5).

Esta entidade considera que o desconhecimento da deficiência das pessoas com quem se vai trabalhar pode ser um entrave na sua integração futura.

1.2.4. Mudanças para a Integração

Procurámos neste campo de análise identificar, recorrendo às opiniões das entrevistadas, transformações desejadas a nível profissional, educativo e social no seu conjunto. Podemos afirmar que, por tudo aquilo que se tem referido ao longo deste trabalho, mas também face aos discursos dos entrevistados, que se torna fundamental (re)pensar (n)as respostas educativas e curriculares existentes, tanto nas escolas regulares como na formação profissional.

No campo educativo, ressalta o desejo de mudança ao nível do ensino regular, nomeadamente no que toca àquilo que deveria ser a missão educativa, isto é, o garante da participação crítica e ativa dos sujeitos, que não se confunde com a presença física nos processos

de tomada de decisão, mas que assegura o exercício de direitos, imprescindível à condição humana. É manifesto o desejo da construção de uma efetiva escola para todos, de uma escola atenta à diversidade, uma escola que aceite e, acima de tudo, respeite a deficiência como parte enriquecedora da humanidade. Ainda, a aposta numa escola que invista na qualidade e na melhoria do ensino, abandonando o que ainda hoje muito se verifica, a ação educativa orientada pelo rótulo e procurando implementar uma atividade educativa voltada para as reais necessidades, dando importância à diversidade humana, a maior riqueza do mundo. A este propósito, uma das entidades afirma:

Eu defendo uma formação, é evidente mais alargada do que para outro jovem noutro tipo de ensino, no ensino corrente. Uma formação mais cuidada, mais atenta, voltada mais para o lado humano ou para aquele lado essencial que é a parte humana, o acarinhar, o acolher, e depois com uma componente prática bastante intensiva também porque eles precisam disso. Não tanto da parte teórica mas uma parte prática grande mas nunca esquecendo a parte da psicologia, da... a parte da formação do ser, essa parte tem que ser muito acompanhada. A integração na sociedade, pronto e uma formação bem mais cuidada e prolongada (E4).

Falando da formação profissional, uma das entrevistadas refere que não devemos nunca,

criar falsas expectativas às pessoas, portanto (...) não fazer formações que de alguma maneira possam fazer as pessoas crerem que podem desempenhar funções que depois não vão ter, vão acabar por não ter saída... ou porque realmente não têm saída mesmo ou porque o produto final em termos de formação vai ser um formando que não consegue chegar a um nível mínimo exigido ou porque realmente a sociedade ainda não está preparada para aceitar a pessoa com deficiência dentro daquela área específica, não lhe sei dar um exemplo, não é?! (E2).

Deste discurso, e daquilo que fomos verificando ao longo de todo o estágio, apercebemo-nos da necessidade de inovar, não só a oferta formativa mas também a estrutura da formação. Uma mudança a este nível implica a necessária mudança dos referenciais da formação profissional e uma outra predisposição das pessoas que a dinamizam.

No que se refere ao papel do estado Estado, na integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental, ressalta dos discursos a ideia de que este deve ter um papel mais ativo no

que diz respeito à sensibilização da sociedade civil para esta problemática. Também é referida a desresponsabilização por parte do estado no acompanhamento a estes jovens e suas famílias: “o Estado deveria ter mais responsabilidades na questão do acompanhamento a estes jovens. Eu acho que acaba por colocar muito a responsabilidade nas instituições e acaba por não dar o apoio, principalmente às famílias que deveria dar, desde que eles nascem. (...)Também sensibilizar a sociedade para estas questões” (E5).

É referido, ainda, que o Estado, para além dos apoios financeiros que disponibiliza deveria dar o exemplo:

Relativamente ao Estado os apoios que dá acho que são mais financeiros, acho que acima de tudo eles deviam dar mais o exemplo. Se eles acreditam que estão a financiar instituições que preparam pessoas com formações para as realizarem tarefas nas instituições particulares nas empresas eles se calhar deviam ser os primeiros a dar o exemplo e se calhar não dão porque se calhar... vemos no Município pessoas que são contratadas com algum tipo de deficiência mas normalmente são coisas mais insignificantes que não têm qualquer tipo de impacto na realização das tarefas que vão fazer e que acabam por pensar.... Bem acaba por ser economicamente mais favorável mas acho que não se pode ver só pelo lado económico, tem que haver também a função social (...) (E2).

Existe, ainda, quem considere que quer por parte do Estado, quer por parte da Escola, muito tem sido feito, não havendo muito mais a fazer:

É assim, eu acho que a nível de estado já há muitas coisas que são feitas, já há muitos incentivos para a contratação de pessoas portadoras de deficiência, portanto a esse nível não acho que haja muita coisa que possa ser feito. A nível das escolas, já existem escolas para pessoas portadoras de deficiência, portanto a esse nível essa questão já é trabalhada, já têm em conta o facto de terem capacidades diferentes e são trabalhadas de modo diferente. Mesmo nas escolas, certos alunos que possam notar que há certas diferenças em relação a outros, também já têm outro tipo de acompanhamento. E em relação a isso acho que o papel do Estado e da Escola já está a ser feito (E3).

2. A mediação como Estratégia de Sensibilização da Comunidade para a Problemática da Deficiência

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

(Artigo 1º da Declaração dos direitos Humanos)

Este estágio, para além de uma vertente investigativa, envolvia também uma vertente interventiva. No sentido de ir ao encontro dos objetivos propostos: (1) Gerar estruturas e dinâmicas orientadas para a integração plena da população com deficiência mental; (2) Criar condições facilitadoras aos utentes da APPACDM para construírem um projeto de vida norteado por princípios de igualdade e inclusão, foram apresentadas à diretora do CRPL duas propostas de atividades. Estas propostas que resultaram das entrevistas realizadas, tinham como grande objetivo sensibilizar a comunidade local para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental e envolviam a organização de um seminário e de uma ação de sensibilização/formação, que deveria ser trabalhada com as escolas locais. A segunda proposta acabou por não se concretizar, devido aos limites temporais impostos pela duração do período de estágio.

A permanência na instituição durante nove meses permitiu, em conjunto com as técnicas metodológicas de recolha de dados, que este trabalho previu e utilizou e com os inúmeros e inevitáveis informalismos procedentes das relações sociais, tomar consciência de algumas necessidades que a instituição tem.

No entanto, não é para colmatar especificamente essas falhas que as atividades foram pensadas e que o seminário foi realizado. Não nos desviando daqueles que eram os nossos objetivos gerais de intervenção, a organização do seminário surgiu da vontade e desejo pessoal de sensibilizarmos a comunidade local para a necessidade de integração socioprofissional dos jovens com deficiência mental.

2.1. Seminário: uma Forma de Intervenção

A sensibilização da sociedade para a diversidade e para o respeito pelas pessoas com deficiência reveste-se de grande importância. Só assim estarão criadas condições para outros

avanços na integração socioprofissional destas pessoas. Por isso, pensámos e realizámos, como forma de sensibilização da comunidade local, um seminário subordinado à temática da integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental.

Apresentamos no quadro seguinte um primeiro esboço daquele que viria a ser o nosso seminário:

Quadro1- planificação do seminário

Título	“Mudando conceitos, atenuando barreiras”
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar entidades para a inserção socioprofissional de pessoas com deficiência mental; - Desmistificar preconceitos associados à problemática da deficiência; - Apresentar potencialidades e capacidades das pessoas com deficiência Mental; - Divulgar o trabalho da APPACDM bem como apoios e incentivos à contratação.
Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas públicas e privadas locais e outras entidades promotoras de emprego - Profissionais da área Social, da Educação, De Recursos Humanos entre outros - A comunidade em geral
Tema do primeiro painel, oradores e possíveis temas a desenvolver	<p>A inserção profissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho.</p> <p><u>Oradores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Representante do IEF - Medidas de apoio ao emprego; - Investigador/a (por ex. Elsa Pegado, investigadora no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, que tem um trabalho, juntamente com outros investigadores, intitulado “Integração socioprofissional das populações com deficiência e desfavorecidas”) – Preconceitos que dificultam a integração das pessoas com deficiência; - Representante da APPACDM – Apresentação do trabalho que a APPACDM desenvolve quer ao nível da formação, quer ao nível da integração profissional dos jovens com deficiência mental.
Tema do segundo painel, oradores e possíveis temas a desenvolver	<p>Testemunhos – Casos de Sucesso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oradores e temas a definir

Depois de levarmos a proposta à diretora do CRPL e da decisão de levar por diante a organização e realização do seminário, muitas outras decisões tiveram que ser tomadas: o título do seminário, o dia de realização, os oradores a intervir, o espaço físico...

Começamos por fazer contatos com os oradores que tínhamos como referência, contactámos o Instituto de Emprego e da Formação Profissional (IEFP), a investigadora do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) e Universidade do Minho.

Como era objetivo nosso sensibilizar a comunidade local, sobretudo os empresários (possíveis empregadores), pensámos que o mais adequado seria realizar o seminário no concelho. Foi a partir desta decisão que contactámos o município, dando a conhecer a nossa iniciativa, com o intuito de nos cederem um espaço físico para a sua concretização. Durante a realização destas tarefas outras foram sendo pensadas e agilizadas: os cartazes de divulgação, os convites... As repostas foram chegando e outras decisões foram tomadas até que conseguimos fechar o programa¹⁹.

Sentimos necessidade de tornar o nosso título mais específico, uma vez que “Mudando conceitos, atenuando barreiras” acabava por ser muito abrangente e podia aplicar-se a muitas situações e problemáticas que vão para além da integração socioprofissional de pessoas com deficiência mental. Por isso, decidimos como título definitivo o seguinte: “Mudando conceitos, atenuando barreira: um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental”.

Desde o início que tínhamos pensado organizar o seminário com dois painéis de trabalhos, como temos oportunidade de verificar no quadro acima: um primeiro, mais voltado para a discussão teórica de conceitos e para a apresentação de incentivos e de trabalho realizado na intervenção com pessoas com deficiência mental; um segundo, mais prático, com casos e testemunhos de pessoas provenientes da formação da APPACDM integradas, no mercado de trabalho.

Esta ideia manteve-se até ao final, com pequenas alterações. O primeiro painel teve como título “Inserção socioprofissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho”. Neste painel apenas participaram teóricos que, de alguma forma, direcionam o seu campo de

¹⁹ O programa do seminário encontra-se no apêndice 6, assim como o cartaz de divulgação, o certificado de participação e o convite, nos apêndices 7, 8 e 9 respetivamente.

estudos e o seu trabalho para esta temática. Contamos, assim, com a presença de Pedro Teixeira, Ana Salvado e Jerónimo de Sousa.

Pedro Teixeira defendeu, em Abril de 2012, a sua tese de Doutoramento intitulada de: “Dispositivos de intervenção no domínio da reabilitação: a promoção do empoderamento e da cidadania de pessoas incapacitadas em Portugal”. É Investigador no Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE), na Universidade do Porto e trouxe como tema de discussão para este seminário “O processo de incapacitação como referencial conceptual do desenvolvimento humano”.

Ana Salvado, Mestre em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UTL), desde 2008, e Licenciada em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), desde 2004, faz investigação CIES, no Instituto Universitário de Lisboa (IUL). A sua comunicação teve como título “A avaliação das capacidades na deficiência como instrumento para o emprego” e resumiu-se aos

modelos de representação e avaliação da deficiência têm sofrido transformações significativas nas últimas trinta décadas que se repercutem de forma transversal num conjunto de domínios da vida social, cultural e política das sociedades contemporâneas. No contexto da integração profissional a relação com a deficiência é marcada por vários campos de representação – i) interacção social (entre pares e hierarquias), ii) condições e avaliações jurídicas, iii) políticas públicas que condicionam ou favorecem a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Ana Salvado).

Jerónimo de Sousa é Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi Professor do Ensino Secundário, de 1976 a 1987, Membro da Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação, de 1988 a 1994, e Membro do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação desde 1991 a 1994. É Diretor do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), desde 1992, e, ainda, Presidente da EPR – European Platform for Rehabilitation e Coordenador e Diretor de Estudos e Projetos de Investigação no domínio da deficiência. “Trabalho e Emprego como condição fundamental para a inclusão social das pessoas com deficiência e incapacidades” foi o título da sua intervenção, tendo elaborado uma síntese onde afirma que:

No contexto das dinâmicas de desenvolvimento em curso, coloca-se como desafio fundamental compreender a natureza e significado das transformações que estão a ocorrer, e respetivos impactes.

O domínio do funcionamento da economia, da configuração do mercado de trabalho e emprego conhece hoje dinâmicas de mudança que poderão ser de natureza estrutural e não tanto conjuntural.

Neste quadro, importa (re)situar as questões relativas à inclusão social e profissional das pessoas com deficiências e incapacidades, destrinchando o que é categórico e intemporal, o que é do domínio circunstancial, reorganizando os quadros de referência e as missões que a esse nível se colocam (Jerónimo de Sousa).

Na moderação do primeiro painel contámos com a presença José Carlos Morgado, Coordenador do Mestrado em Educação, área de especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, no qual este estágio se integra, tendo sido orientador científico da autora deste relatório.

O segundo painel teve como título “A Inserção Socioprofissional das Pessoas com Deficiência Mental no Mercado de Trabalho: Relatos de Experiências”. Com este painel pretendíamos dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela APPACDM, em termos de formação profissional, e também os apoios e incentivos para a contratação de pessoas com deficiências bem como as potencialidades destas pessoas enquanto trabalhadores. Para o efeito, contámos com os contributos de José Duarte, Suzana Parente e Catarina Castro.

José Duarte Barbosa, Coordenador da Formação profissional da APPACDM de Viana do Castelo, intitulou a sua comunicação de “Formação Profissional na APPACDM de V. Castelo – 25 anos a Validar Competências em Igualdade de Oportunidades”. Como o próprio título indica, falou-nos do trabalho da Instituição em termos de formação profissional.

Suzana Parente, representante do IEFP de Viana do Castelo, apresentou-nos as “Medidas e Programas para a Deficiência”.

Por último, mas não menos importante, tivemos a intervenção de Catarina Castro, diretora do Lar Casa de Magalhães, que nos relatou a sua experiência na integração de pessoas que fizeram a sua formação na APPACDM e chamou à sua intervenção “Todos Iguais, Todos Diferentes, Todos Temos o Direito a uma Oportunidade”.

Na moderação deste painel esteve presente Manuel Domingos Cunha da Silva, ex. Presidente da APPACDM da Viana do Castelo.

Depois de concluirmos o programa e de termos pronto o cartaz demos início à sua divulgação. Enviámos e-mails para diversas entidades da zona, desde escolas, IPSS's, contactámos

rádios locais para fazer o pedido de divulgação, pedimos à Associação Empresarial que divulgasse o seminário junto das várias empresas do Concelho e afixámos cartazes em vários pontos da Vila.

Já referimos nas limitações do processo que as tarefas que nos propusemos a realizar não foram cumpridas exatamente no tempo que havíamos definido, por uma questão de disponibilidade de agenda das pessoas que estiveram envolvidas. Por este motivo, a realização deste seminário acabou por ser após a data de término do estágio, acontecendo no dia 12 de julho de 2012, durante período da tarde.

2.1.1. Avaliação do Seminário

Em tempos e contextos diferentes, a avaliação e os seus significados foram sofrendo bastantes alterações. Existem, por isso, entendimentos diferentes sobre conceito de avaliação, não se esgotando as possibilidades de sentido que a mesma pode envolver.

Avaliar é, no entender de Guerra (2002, p. 206), “apreciar, ajuizar de forma rigorosa, lógica e coerente, o estado, a evolução e os efeitos de problemas, ações, dispositivos e organizações sobre os quais estamos a intervir” e tem uma “finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar” (idem, p. 186).

Consideramos que a avaliação resulta de uma reflexão sobre os momentos e os fatores que intervêm num contexto específico. Por isso, deve ser entendida como uma estratégia e parte integrante de qualquer contexto, numa intervenção orientada para obter informações no sentido de caminhar para o desejável.

Numa perspetiva formadora, a avaliação deve ir mais além da formulação de juízos de valor, ou seja, avaliar pressupõe acompanhar o processo de construção do conhecimento, apreendendo o desenvolvimento real das situações a avaliar e as dificuldades sentidas mediante essas situações. Avaliar deve representar, assim, uma prática intencional e transformadora.

Com vista à melhoria de ações futuras, foi aplicado aos participantes deste seminário um pequeno inquérito por questionário²⁰, que teve como objetivo aferir o grau de satisfação face a alguns

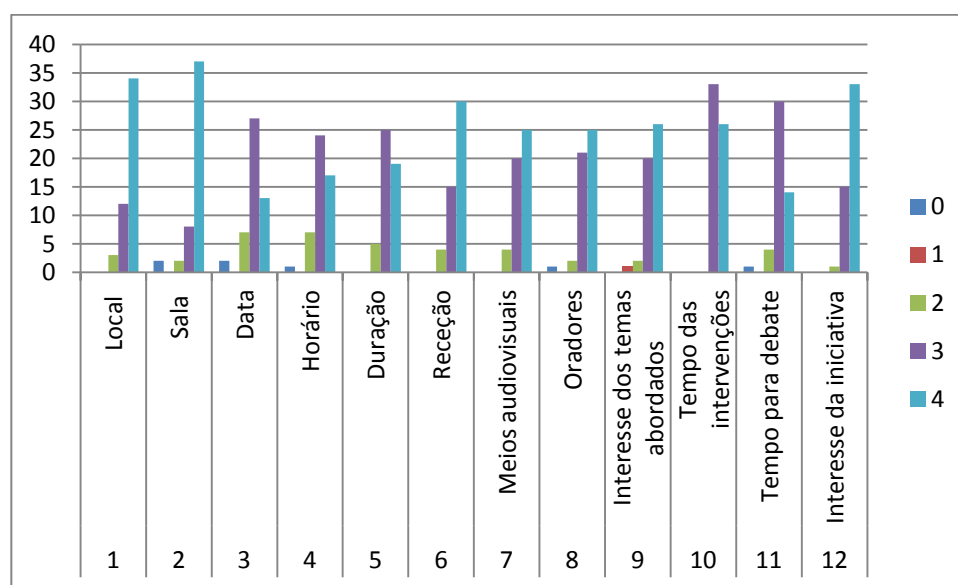
²⁰ O instrumento de avaliação do seminário encontra-se no apêndice 10.

ítems. Estes ítems foram avaliados numa escala de 1 a 4, sendo que o 1 correspondia a ‘mau’, o 2 a ‘razoável’, o 3 a ‘bom’ e o 4 a ‘excelente’.

O gráfico que a seguir se apresenta se apresenta é representativo das respostas dadas a cada um dos ítems, sendo que as diferentes cores correspondem à escala anteriormente mencionada - acrescentamos o nível 0 para representarmos os casos em que os respondentes aqueles que não deram qualquer resposta -, o eixo horizontal refere-se aos 12 indicadores e o eixo vertical corresponde ao número de participantes que responderam ao inquérito.

Podemos verificar que a maioria dos ítems foram avaliados na escala entre 3 e 4, ‘bom’ e ‘excelente’ respetivamente.

Gráfico 1- Resultados de avaliação do seminário



O questionário continha ainda duas questões abertas, uma que pedia aos participantes para indicarem o momento do seminário que mais apreciaram, justificando a sua resposta, e outra em que lhes era pedido que apresentassem sugestões para iniciativas do género. Ambas as questões não foram respondidas pela maioria dos participantes. No entanto, fazendo uma análise das repostas que obtivemos verificamos que relativamente à primeira questão as respostas não apresentam grandes disparidades.

Uns referem que todos os momentos do seminário foram bons, que os temas abordados pelos diferentes oradores se mostraram importantes e pertinentes, enaltecendo estas iniciativas que proporcionam a partilha de experiências, dizendo:

Gostei de todos os oradores e da forma simplificada de abordar os temas embora sejam oradores com grande emblema académico.

De uma forma geral o seminário foi muito interessante. De salvaguardar e louvar estas iniciativas que abrem a partilha destes temas à sociedade. Releva o trabalho e coragem da estagiária.

Apreciei tudo o que falaram, achei muito interessante.

Todas as abordagens se mostraram interessantes e pertinentes.

Não houve um momento, mas sim vários. O seminário mostrou-se muito pertinente onde as intervenções foram mostrando a evolução dos conceitos de (in)capacitação e inclusão. (...) A organização conseguiu trazer 'ao de cima' um tema e oradores muito importantes.

Todos os momentos foram igualmente importantes. Parabéns à organização pela temática e pela qualidade dos oradores intervenientes.

Outros dizem ter gostado de todo o seminário de forma geral, especificando, contudo, um ou outro momento que lhes cativou mais o interesse:

Achei todo o seminário muito interessante e com um tema muito oportuno para a sociedade atual. Gostei particularmente da intervenção do orador Jerónimo de Sousa, pois deixou algumas questões no ar que dão que pensar. Não posso deixar de referir a intervenção da Dr.^a Catarina Castro, acho que foi uma conclusão muito pertinente. Um exemplo de sucesso.

Todas as intervenções valorizam a pessoa com deficiência mental, sobretudo o testemunho apresentado pela Dr.^a Catarina Castro. Todas as intervenções foram uteis e apelaram às capacidades /competências da pessoa com deficiência mental e a Dr.^a catarina 'facho' o painel exaltando a vertente humana.

O painel I. todas as intervenções, mais direcionadas para uma ou outra área, foram muito claras quanto à mudança de conceito no sentido da inclusão do cidadão deficiente mental, não só no mercado de trabalho, mas também em todas as áreas da vida.

‘O processo de incapacitação como referencial conceitual do desenvolvimento humano’. Foi uma exposição bastante interessante e foi bastante clara.

O 2º painel – 1º tema abordado por José Duarte Barbosa. Este tema foi interessante, não descurando todos os outros temas abordados, porque nos deu a conhecer os cursos existentes, a forma como a instituição desempenha o seu trabalho e a forma como integram os alunos no mercado de trabalho valorizando os saberes práticos dos mesmos e as competências adquiridas ao longo do tempo em que se encontram na instituição.

Gostei particularmente da intervenção do professor Jerónimo de Sousa, mais precisamente do tema da economia da felicidade e que devemos decrescer, deixar querer tudo. Porque na sociedade de hoje em dia a felicidade é unicamente material e devemos dar mais valor a este tipo de iniciativas e integrar estes jovens e adultos na sociedade.

A segunda questão também foi muito pouco respondida. Contudo, de entre as respostas de que dispomos, verificamos que, por um lado, alguns dos inquiridos consideram que o seminário ganhava se tivesse sido realizado numa outra época; por outro lado, alguns respondentes sugeriram que este tipo de iniciativas contasse, no futuro, com o envolvimento de formandos como testemunhos da realidade:

Realização deste evento durante o ano letivo, de modo a poder ter mais público (Escolas, etc...).

Convidar antigos alunos que hoje já estão integrados no mercado de trabalho para abordar a forma como se sentem ao nível da integração e do que viveram na APPACD para chegar até ao mercado de trabalho.

Testemunhos pessoais de formandos ou ex-formandos.

Participação de formandos como oradores.

Um olhar retrospectivo, atento e reflexivo, sobre todo o processo de concessão, implementação e avaliação deste seminário permitiu tomar consciência daquilo que correu bem e daquilo que correu menos bem. Permitiu o repensar de algumas tarefas, atitudes a serem melhoradas no futuro. Consideramos que, de facto, contámos com a colaboração de oradores com muita qualidade, que discutiram os temas a que se propuseram de uma forma simples, clara e acessível.

Contudo, concordamos com as críticas que afirmam que a data de realização não foi a melhor. Este seminário destinou-se à comunidade, em geral, mas estava direccionado, essencialmente para entidades e empresas locais, possíveis empregadores e para profissionais que diariamente lidam com esta problemática ou que, simplesmente, faz parte do seu foco de interesse. Ora, a realização do seminário a 12 de julho coincidiu com época de férias, o que impediu a participação de mais pessoas interessadas nesta temática.

Um outro aspeto que não foi programado da melhor forma foi o facto de não termos aberto inscrições para podermos ter uma noção aproximada das pessoas que iríamos receber. Mas, isto aconteceu devido à sua divulgação ter acontecido já muito próximo da sua realização, um aspeto a evitar em organizações futuras.

2.2. Uma Proposta de Trabalho com as Escolas

Pensámos que uma educação de pessoas mais cidadãs e mais justas pode constituir uma preocupação da nossa sociedade. Considerando, *a priori*, a escola como um local privilegiado para educar, não só ao nível pedagógico, do saber e do saber-fazer, mas também e acima de tudo ao nível dos valores, do saber ser e do saber estar, poderemos perspetivar uma educação para a cidadania e consequentemente para a igualdade de oportunidades, o que faz destas temáticas uma preocupação central em termos pessoais e sociais.

Ao expormos esta atividade à diretora do CRPL tomámos consciência de que não seria possível colocá-la em prática pelo fator tempo, como referimos anteriormente. Esta era uma atividade que, como qualquer outra, necessitava de estar muito bem planificada e devia ter sido apresentada às escolas atempadamente, para que pudesse fazer parte do seu plano anual de

atividades. Não tínhamos chegado a pensar num público específico, não tínhamos chegado a pensar numa calendarização, apenas traçamos aqueles que pensámos que poderiam vir a ser os objetivos desta ação no seu todo, e organizando , a partir daí, algumas atividades²¹. Ora, existem aqui questões que poderiam ter sido, ou vir a ser, trabalhadas nas escolas.

Estas atividades prendiam-se essencialmente com a sensibilização para a igualdade das pessoas com deficiência, recorrendo a metodologias lúdico-pedagógicas que teriam em vista atuar ao nível da mudança de mentalidades e, conseqüentemente, de atitudes dos intervenientes diretos na ação de sensibilização/formação mas também da comunidade local, de um modo mais global.

Pretendíamos, ainda, ao dinamizar esta ação de sensibilização/formação, criar um espaço que possibilitasse aos alunos envolvidos a reflexão sobre a temática para que pudessem aplicar e transmitir os valores da igualdade de oportunidades em várias situações das suas vidas.

Antes de terminar, importa referir que, apesar das limitações e dos constrangimentos que acabamos de referir, a realização do seminário constituiu uma mais valia e foi um contributo positivo para a sensibilização que é necessário fazer junto da comunidade sobre o apoio aos jovens com deficiência.

Nesse sentido, temos consciência de ter conseguido uma intervenção profícua e de ter cumprido os objetivos que nos tínhamos proposto no início do estágio.

²¹ Encontram-se, no Apêndice 11 e 12, os objetivos da ação de sensibilização/formação com escolas e alguns exemplos de atividades que poderiam ser realizadas na mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último ponto, destinado às considerações finais, fazemos uma análise crítica dos resultados e das suas implicações. Referimo-nos, ainda, ao impacto do estágio tanto a nível pessoal, como das repercussões na instituição em que este se realizou e na comunidade em que a mesma está inserida. No final, fazemos referência ao impacto do estágio ao nível do conhecimento na área de especialização do mestrado.

Análise Crítica dos Resultados e das Implicações dos Mesmos

Iniciamos este projeto convictos de que a mediação poderia vir a constituir um assinalável contributo para a APPACDM e terminamos este percurso acreditando que foi uma mais-valia para esse contexto. O nosso projeto foi apenas um exemplo de intervenção, reconhecendo que muitas outras formas de agir pela mediação podem surgir no contexto da reabilitação profissional das pessoas com deficiência mental, a outros níveis e não apenas no âmbito da sua integração socioprofissional.

Como tivemos oportunidade de assinalar, foram significativas as mudanças verificadas nas atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência que, de forma lenta mas progressiva, se tornaram parte integrante e ativa da sociedade. Contudo, existe ainda um longo caminho a percorrer para que a integração seja mais ampla e efetiva.

Podemos afirmar que muitas das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência são originadas por um processo de exclusão e institucionalização que surge em larga medida da participação em sistemas separados de educação, formação, reabilitação, entre outros. A APPACDM, entre outras entidades, surge como forma de contrariar uma política de segregação, com o objetivo de “apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidades, em parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo” (D.R. 2ª série – nº170 – 3 de Setembro de 2008, aviso nº 22914/ 2008).

O acesso ao emprego é, sem dúvida, essencial para que ocorram processos de socialização e autonomização que facilitam a integração social que permite aos indivíduos usufruir de alguma qualidade de vida. No entanto, se para nós, ditos normais, atingir a qualidade de vida se vislumbra muitas vezes uma utopia, um desejo, um desafio, para as pessoas com deficiência mental afigura-se, muitas vezes, como algo inatingível.

Este trabalho teve como ponto de partida a seguinte questão orientadora: *De que forma a mediação socioeducativa poderá contribuir para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental?*

Procuramos dar resposta a esta questão através da concretização de dois objetivos gerais que traçamos no início do projeto: (1) Gerar estruturas e dinâmicas orientadas para a integração plena da população com deficiência mental; (2) Criar condições facilitadoras aos utentes da APPACDM para construírem um projeto de vida norteado por princípios de igualdade e inclusão.

A mediação esteve ao serviço da integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental, na medida em que procurámos, por um lado, compreender como ocorreu a integração dos jovens em situação real de trabalho, identificando as suas potencialidades e dificuldades, e por outro lado, pelas atividades propostas.

As atividades que nos propusemos concretizar foram orientadas para, de algum modo, contribuírem para a integração dos jovens com deficiência mental e para que os auxiliar a construir o seu projeto de vida, orientado por princípios de igualdade e inclusão.

Ao mergulharmos na leitura de textos de autores significativos na área da mediação, percebemos que a mediação socioeducativa ultrapassa já as barreiras da resolução de conflitos, sendo cada vez mais entendida como um meio de prevenção. A mediação visa, entre outras coisas, promover e/ou melhorar as interações interpessoais e sociais, como forma de alcançar a transformação pessoal e social, sendo, por isso, considerada como um ‘novo modo de regulação social’ (Bonafé-Schmitt, 2009).

No que diz respeito à mediação, podemos afirmar que o trabalho que desenvolvemos teve na sua base a existência de um conflito – a dificuldade de acesso ao emprego. No entanto, a nossa intervenção não teve em vista trabalhar diretamente com os principais intervenientes neste conflito, mas sim compreendê-lo, de modo a sensibilizar a comunidade local para esta problemática. No fundo, quisemos aprofundar os laços sociais entre a instituição e a comunidade, assumindo a

mediação uma função tanto ‘preventiva’ como ‘curativa’ Guillaume-Hofnung (2005, cit. Por Silva & Moreira, 2009).

Quisemos com a realização do seminário – “Mudando conceitos, atenuando barreira: um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental” – promover a partilha de conhecimentos e de experiências e propiciar verdadeiros momentos de reflexão sobre a problemática em questão. A mediação funcionou, assim, como um meio de ajuda, como um meio de responsabilização individual que pode levar a um maior empenho social, indispensável para o efetivo exercício da cidadania (Oliveira & Galego, 2005).

Dado a mediação ter “como objetivo impulsionar o social, suscitar ações visando recompor formas de sociabilidade, (...) reconstruir lugares de socialização” (Bonafé-Schemitt, 2010, p. 50), procurámos, com a nossa intervenção, fomentar interações positivas, de modo a que as pessoas com quem e para quem trabalhamos conseguissem ter o seu lugar na sociedade, enquanto cidadãos de direitos.

O trabalho de investigação/intervenção que realizámos permitiu-nos também constatar que, apesar de os indivíduos com deficiência mental não terem ainda conseguido uma inclusão plena, existem vários sinais que nos mostram um avanço significativo a este nível, fruto do desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais democrática e preocupada com este grupo de pessoas.

Relativamente ao mercado de trabalho, este tem estado cada vez mais voltado para a inclusão destas pessoas. Através das entrevistas realizadas percebemos que se tem vindo a consolidar uma perspetiva otimista acerca de um mercado de trabalho inclusivo, uma vez que os estágios curriculares e as situações de emprego se revelaram como autênticas experiências de integração, aumentando a satisfação no desenvolvimento das tarefas laborais e aprofundando as boas relações no trabalho. No entanto, nos dias que correm, a principal condicionante deste processo prende-se com as dificuldades económicas que o país atravessa.

Resta-nos ter esperança e acreditar que somos uma sociedade cada vez mais inquietada com a inclusão, que se preocupa com os valores cívicos, morais e éticos, e se esforça por promover a igualdade entre os homens, procurando conseguir uma maior justiça. Talvez assim consigamos transformar a teoria em prática e cumprir de forma objetiva os ideais da Humanidade, deixando estes de ser uma mera utopia ou uma proeza política.

Impacto do estágio

Apresentamos seguidamente algumas considerações sobre o impacto que o estágio teve quer a nível pessoal, quer a nível institucional, quer, ainda, a nível do conhecimento na área de especialização.

A nível Pessoal

Muitas foram as dúvidas e as incertezas que nos acompanharam ao longo de todo o processo de estágio. A escolha da instituição para realizar o estágio, a escolha da área de trabalho, o saber por onde iniciar a nossa caminhada e que rumo seguir foram dúvidas e questionamentos que se apresentaram, naturalmente, durante a conceção e concretização deste processo de investigação/intervenção. No entanto, à medida que fomos avançando, o trabalho foi ganhando forma e sentido.

Apesar de trabalhar com e para um público que sempre fez parte do nosso leque de interesses, este trabalho revelou-se um grande desafio. Foi um percurso longo que exigiu por parte de todos os envolvidos empenho e disponibilidade.

Do ponto de vista pessoal, este estágio possibilitou que a nossa prática profissional, no âmbito da mediação socioeducativa, tivesse início, tendo tido oportunidade de desenvolver competências indispensáveis a esta função.

Trabalhar numa IPSS, em particular no CRPL da APPACDM de Viana do Castelo, onde estão envolvidos profissionais de diferentes áreas do saber, que têm de trabalhar com pessoas que, dada a sua condição humana, são diferentes e têm distintas formas de perceber a realidade, permitiu-nos compreender a integração nem sempre é uma realidade, nem uma tarefa fácil.

A nível Institucional

Como sabemos a mediação, em particular a mediação socioeducativa, é uma prática recente na realidade portuguesa. Por isso, é ainda desconhecida em diversos contextos em que o seu campo de atuação poderia desenvolver-se e constituir uma mais valia.

A nível institucional este estágio poderá ter contribuído para dar visibilidade à mediação socioeducativa, enquanto área de 'saber' no âmbito da intervenção com pessoas com deficiência mental.

A nível de Conhecimento na Área de Especialização

Este estágio permitiu a aquisição de aprendizagens relevantes no campo da mediação socioeducativa. Estamos convictos que este trabalho, ao nível do conhecimento na área de especialização, teve grande utilidade porque pudemos, a par da investigação realizada, experimentar, testar e implementar as aprendizagens efetuadas ao longo da Licenciatura em Educação e do 1º ano de estudos no Curso de Mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Leandro & FREIRE, Teresa (2000). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilibrios.
- APPACDM (2011). *Historial da APPACDM*. In <http://www.appacdm-viana.pt/images/sgg/APPACDM-Historial.pdf> acedido a 10/10/2011.
- AZEVEDO, J. (1993). Educação para todos. Ponte para o Futuro. In Cadernos PEPT 2000, *Educação para Todos*. ME, 2, pp 14-19.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre (2009). Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social. In Ana. M. Silva & Maria. Alfredo M. (orgs.), *Formação e mediação socioeducativa. Perspetivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores, p15-40.
- CAPUCHA, Luís M. A. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís M. A. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidades. In José M. Viegas & António F. da Costa (orgs.), *Portugal: que modernidade?* Oeiras: Celta Editora, capítulo 7, pp. 209-242.
- COSTA, Bruto da (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- COSTA, António. F. d. (2001). A pesquisa de terreno em sociologia. In Augusto S. Silva & José M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento.
- CORREIA, Luís M. (1997). Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto: Porto Editora.
- De KETELE, Jean-Marie. (1994). *Guia do formador*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- EQUIPA do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (2009). *Projeto de intervenção*. In <http://www.appacdm-viana.pt/images/Projecto-crpl.pdf> acedido a 10/10/2011.
- FERNANDES, Ângela V.M. (1998). Educação especial e cidadania tutelada na nova LDB. In Cármen Silva e Lourdes Machado (orgs.), *Nova LDB. Trajetória para a Cidadania?* São Paulo: Editora Arte & Ciência, pp. 59 – 73.

- GUERRA, Isabel. C. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação. O Planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.
- GIDDENS, Anthony. (2004). *Sociologia*. Madrid: Alianza Editorial
- LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel & BOUTIN, Gérald (2005). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LINCOLN, Yvonna S. & GUBA, Egon G. (1992). *Naturalistic inquiry*. Newbury Park: Sage.
- LOVILLE, Christian & DIONNE, Jean (1999). *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MÁXIMO-ESTEVES, Lídia (2008). *Visão panorâmica da investigação-ação*. Porto: Porto Editora.
- NEVES, Tiago. (2010). Modelos de mediação social, in José A. Correia & Ana M. Silva (orgs). *Mediação: (d) os contextos e (d) os atores*. Porto: Edições Afrontamento.
- NUNES, Rui (2000). E Depois da escola? Formação, autoformação e transição para a vida activa dos surdos em Portugal. In Rui Nunes (coord.), *perspetivas na integração da pessoa surda*. Coimbra: Edição Gráfica de Coimbra, pp. 171 – 212.
- OLIVEIRA, Ana. & GALEGO, Carla. (2005). *Mediação Sociocultural: um puzzle em construção*. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- PEREIRINHA, J. A. (1996). Pobreza e exclusão social. Algumas reflexões sobre conceitos e aspetos de medição. In J. M. Carvalho Ferreira *et al.* (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, capítulo 11, pp. 208-232.
- QUIVY, Raymond CAMPENHOUDT, Luc Van (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RODRIGUES, Ângela & ESTEVES, Manuela (1993). *A análise de necessidades na formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- SCHNITMAN, Dora. F. (1999). A mediação: novos desenvolvimentos geradores. In, Dora F. Schnitman & Stephen Littlejohn (orgs.), *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: ArtMed, pp.101-125.
- SCHNITMAN, Dora F. (1999). Novos paradigmas na resolução de conflitos. In Dora. F Schnitman. & Stephen Littlejohn (orgs.), *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: ArtMed, pp.19-27.

- SHAILOR, J. G. (1999). Desenvolvimento de uma abordagem transformacional à prática da mediação: considerações teóricas e práticas. In, Dora F. Schnitman & Stephen Littlejohn (orgs.), *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: ArtMed, pp.71-83.
- SILVA, Ana M. *et al* (2010). Novos atores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. In *Revista portuguesa de educação*, 23, 2. Instituto de Educação: Universidade do Minho.
- SILVA, Ana. M. & MOREIRA, Maria. A. (2009). Falar e escrever de formação e mediação no contexto atual. In Ana. M. Silva & Maria. A. Moreira (orgs.), *Formação e Mediação socioeducativa: perspectivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores, pp. 6-14.
- SOUSA, José V. (2002). *Mediação*. Lisboa: Quimera.
- MAGALHÃES, António M. & STOER, Stephen. (2005). *A diferença somos nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORREMORELL, Maria C. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.
- VIEIRA, Fernando & PEREIRA, Mário (coords.) (2003). *Se houvesse quem me ensinasse quem aprendia era eu. A educação de pessoas com deficiência mental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- XIBERRAS, Martine (1996). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ZABALZA, Miguel. (1992). *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*. Rio Tinto: Ed. Asa.
- CRP (1974). *Constituição da República Portuguesa onde estão consagrados os direitos liberdades fundamentais do Povo Português*.
- ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- ONU (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*.
- UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Acesso e Qualidade – Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em Salamanca de 7 - 10 de Junho em 1994. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.
- Despacho n.º 22653/2008. Diário da República 2ª série – nº170 – 3 de Setembro de 2008, aviso nº 22914/2008).

Anexos

Declaração da instituição


<small>ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL www.appacdm-viana.pt</small>	<small>RUA DADO COLUNDINO, 43 - 4900-810 VIANA DO CASTELO TEL: 258 806 900 - FAX: 258 806 906</small>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

Declaração




Declara-se para os devidos efeitos que a aluna Glória Maria Vaz Veiga, que realizou o seu estágio, integrado no Mestrado em Educação – área de especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, no Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM de Viana do Castelo - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, tem autorização para usar o nome da Instituição no seu Relatório de Estágio. _____

Viana do Castelo, 28 de Setembro de 2012

A DIREÇÃO



Luiz Carlos Teixeira da Costa

 <small>APPACDM VIANA DO CASTELO</small>	 <small>APAM</small>	 <small>Assurance IN SOCIAL SERVICES</small>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Apêndices

Guião de entrevista à Diretora do CRPL

Dimensões	Objetivos	Questões
A- Apresentação e contextualização do trabalho	1- Apresentação da problemática e dos objetivos da entrevista	A1- (Apresentação e informação por parte da entrevistadora à entrevistada dos objetivos da entrevista e das condições éticas que assume).
B- Informação sobre o entrevistado	2- Conhecer o percurso académico e profissional do entrevistado	B1- Qual a sua formação de base?
		B2- Que cargo é que desempenha atualmente nesta instituição e que funções lhe estão atribuídas?
		B3- Sentiu necessidade de formação complementar para o desenvolvimento das suas funções neste contexto?
		B4- Que experiência possui na sua área de formação? Em que contextos já atuou?
	3- Conhecer as perspetivas do entrevistado em relação ao trabalho que desenvolve	B5- Pode descrever-me a sua experiência profissional nesta instituição?
		B6- Que importância lhe atribui?
		B7- Que expectativas tem face ao trabalho que desenvolve nesta instituição?
C- Caracterização do contexto e dos intervenientes na instituição	4- Caracterizar a instituição onde decorre o estágio	C1- Pode falar-me desta instituição – do trabalho que aqui se desenvolve, dos recursos disponíveis, das instalações?
		C2- Em termos mais globais, que características possui o pessoal que trabalha na instituição?
		C2.1- Existe pessoal especializado? Qual?
	5- Identificar que tipo de público-alvo privilegia	C3- O pessoal da instituição cumpre de forma eficaz as tarefas que lhe estão atribuídas?
		C4- Pode indicar-me qual(ais) o(s) principal(ais) tipo(s) de público a que a instituição procura dar resposta?
		C5- Considera que o trabalho desenvolvido tem correspondido às necessidades desse público?
D- Desenvolvimento do Projeto Institucional	6- Averiguar qual o estado de desenvolvimento do Projeto Institucional	C6- Neste momento, quantos utentes frequentam a instituição?
		D1- Pode falar-me do vosso Projeto Institucional?
		D2- Os objetivos do Projeto Institucional têm sido concretizados de forma satisfatória?

Guião de entrevista à Diretora do CRPL (continuação)

E- Práticas de formação na instituição	7- Caracterizar a formação desenvolvida na instituição bem como as entidades envolvidas	E1- Que práticas de formação são desenvolvidas na instituição?
		E2- Como estão organizadas?
		E3- Que espaços existem para a sua realização?
		E4- A formação desenvolvida tem sido útil para concretizar os objetivos da instituição? Porquê?
		E5- Que entidades estão envolvidas nesse processo?
		E6- Que funções específicas lhes estão atribuídas?
		E7- Existem entidades ao nível da comunidade com o compromisso de criar condições que contribuam para a integração profissional e social dos jovens? Quais?
		E8- De que forma essa integração se tem processado?
		E9- Que constrangimentos têm dificultado, ou mesmo impedido, a integração profissional e social dos jovens?
		E10- Na sua perspetiva, como é que esses obstáculos podem ser ultrapassados ou minimizados?
	8- Identificar outras entidades que possam vir a colaborar na integração dos jovens da APPACDM	E11- Na sua opinião, que outras entidades poderiam contribuir para a efetiva integração profissional dos jovens na sociedade? De que forma(s)?
		E12- Gostaria de acrescentar alguma informação ou esclarecer algum aspeto antes de finalizarmos a entrevista?

Guião de entrevista (entidades colaboradoras com a APPACDM)

Fase inicial: Apresentação e contextualização do trabalho. Apresentação da entrevistadora. Informação do(a) entrevistada(o) sobre os objetivos da entrevista e a garantia de anonimato.

Dados a recolher: representações dos responsáveis das entidades empregadoras sobre a APPACDM, a formação que ministra e os jovens que a frequentam.	
Dimensões e objetivos	Questões
A. Experiência de integração - Verificar se o estágio dos jovens é visto como uma experiência de integração	A1. Que razões estiveram na base da aceitação de estagiários da APPACDM? A2. Pode falar-me das relações destes jovens no trabalho, quer com os colegas de trabalho, quer com os superiores hierárquicos? A3. A questão da diferença alguma vez se evidenciou? Ou seja, alguma vez foram alvo de discriminação ou sob proteção por causa disso? A4. Acha que estes jovens têm a perceção dos seus direitos e dos seus deveres?
B. Importância da Formação Profissional - Compreender a importância da Formação Profissional para o desenvolvimento de tarefas laborais	B1. A Formação Profissional dos jovens com deficiência, numa instituição, contribuiu para o seu desenvolvimento e para a execução de tarefas laborais? B2. Quais são as suas expectativas sobre estes jovens quando iniciam um estágio? B3. Pelo que pôde observar, que mudanças ocorreram nestes jovens ao longo do estágio? B4. Que fatores podem determinar o seu sucesso e/ou insucesso?
C. Enquadramento Profissional - Conhecer as representações dos empregadores sobre a integração profissional dos jovens	C1. Quantos estagiários receberam até ao momento? Algum resultou em contrato? Quantos? Que funções desempenharam? C2. Quais foram as maiores dificuldades sentidas na integração dos jovens? C3. A remuneração que auferem é compatível com as tarefas que desempenham? C4. Beneficiam de algum apoio do estado? (Sim – Sem esse apoio continuariam a apostar nestes jovens?) (Não – Apostariam mais nestes jovens se usufríssem de apoios?)
D. Mudanças para a integração - Identificar possíveis campos de mudança para a integração social destes jovens	D1. Que condições considera fundamentais para a integração social destes jovens? D2. Que tipo de formação defende para estes jovens? D3. Atendendo à sua experiência, qual deveria ser o papel do estado e da escola para integrar estes jovens na sociedade?

Guião de entrevista (potenciais entidades colaboradoras com a APPACDM)

Fase inicial: Apresentação e contextualização do trabalho. Apresentação e informação por parte da entrevistadora à(ao) entrevistada(o) dos objetivos da entrevista e das condições éticas que assume.

Dados a recolher: representações das potenciais entidades empregadoras relativamente aos itens que se seguem.	
Dimensões e objetivos	Questões
A. Conhecimento da APPACDM - Verificar se a entidade entrevistada tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela APPACDM	A1. Conhece a APPACDM? (falar do trabalho que a instituição desenvolve) A2. Já tiveram qualquer contacto com a instituição? Qual? [Já alguma vez facultaram estágios profissionais a jovens que frequentam a formação profissional na APPACDM? (Sim – Consideraram a possibilidade de contratação?) (Não – Considera possível virem a oferecer um estágio ou um emprego?)]
B. Importância da Formação Profissional - Compreender a importância da Formação Profissional para o desenvolvimento de tarefas laborais	B1. A Formação Profissional dos jovens com deficiência, numa instituição, pode contribuir para o seu desenvolvimento e para a realização de tarefas laborais? B2. Quais são as suas expectativas sobre estes jovens para realização de um estágio? B3. Que mudanças considera poderem ocorrer na vida destes jovens ao longo do estágio? E com uma contratação? B4. Que fatores podem determinar o sucesso e/ou o insucesso destes jovens?
C. Enquadramento Profissional - Conhecer representações dos empregadores relativamente à integração profissional dos jovens	C1. Que razões o levariam a aceitar estágios de formandos da APPACDM? C2. Acredita que os formandos com deficiência são capazes de desenvolver um trabalho com eficácia? Porquê? C3. Do seu ponto de vista, quais são as maiores dificuldades/constrangimentos na integração profissional dos jovens? C5. Apostariam nestes jovens se beneficiassem de apoio(s) do estado? Que tipo de apoios?
D. Mudanças para a integração - Identificar possíveis campos de mudança para a integração social destes jovens	E1. Que condições considera fundamentais para a integração social destes jovens? E2. Que condições considera necessárias para poder vir a acolher (em estágio ou em situação de contrato de trabalho) jovens que tenham feito a sua formação profissional na APPACDM? E3. Na sua opinião qual deveria ser o papel do estado e da escola para integrar estes jovens na sociedade? E4. Que tipo de formação defende para estes jovens? E5. Qual é a abertura para virem a ser parceiros da APPACDM?

Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL

<div>Dimensões</div> <div>Entrevistados</div>	<div>Informação sobre o entrevistado</div>
<p>E 1</p>	<p>“Sou Terapeuta Ocupacional da equipa do Centro de Reabilitação de Ponte de Lima e diretora do mesmo centro”.</p> <p>“(…)Como Terapeuta Ocupacional fui fazendo formação ao longo dos anos (…) tentando manter-me a par de novas técnicas(…)”. “(…)Como diretora do centro, também fui fazendo formação para chefias, gestão e outras áreas que são necessárias para um melhor domínio da função”.</p> <p>“Dentro da Instituição (…) trabalhei em centros de atividades ocupacionais, trabalhei em unidades escolares, trabalhei em formação profissional, trabalhei com pessoas com deficiência mental profunda, moderada e ligeira. Fora da Instituição para além de dar aulas, de vez enquanto, também trabalhei em gabinete”.</p> <p>“Fui sempre Terapeuta Ocupacional em diversos centros da Instituição (…) quando passei a ser diretora (…) fiquei fixa a um único e depois vim (…) lançar o projeto aqui em Ponte de Lima(…)e fiquei aqui até agora”.</p> <p>“A importância de que me fez ao longo dos anos ter posturas e atitudes diferentes e ir construindo de uma forma diferente e estruturando o trabalho de uma forma diferente. E hoje, se calhar menos preocupada com a base científica muito mais preocupada com as pessoas neste trabalho”.</p> <p>“A expectativa maior é que possa contribuir de uma forma eficaz para a construção do projeto de vida de cada pessoa com quem trabalho”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Caracterização do contexto e dos intervenientes na instituição
E 1	<p>“É um espaço privilegiado em termos de instalações físicas, é um espaço com muita luz, um espaço grande, amplo, com espaços circundantes, umas boas instalações, embora não estando totalmente adaptadas ou não sendo totalmente acessíveis”.</p> <p>“(…) temos duas áreas de intervenção, o Centro de Atividades Ocupacionais, o qual tem afeto um programa de transição para a vida autónoma, e um Centro de Formação Profissional que tem afeto um programa de transição para a vida ativa” e “têm como respostas ou formas de intervenção <i>ateliers</i> diversos onde cada cliente tendo um programa individual vai respondendo às suas necessidades”. “Cada cliente que se inscreve entra numa lista de espera, depois se ele tem lugar é feita uma entrevista de seleção para a admissão (...). (...) Depois de ter feito essa entrevista (...) se a pessoa pretende continuar a candidatar-se entra e é feita depois a admissão onde cada cliente paga uma mensalidade que é atribuída conforme as regras da própria instituição.</p> <p>Entra no programa de transição para a vida autónoma, toda a gente entra pelo mesmo programa, que pode ser o mínimo tempo de permanência de 3 meses porque é o tempo de adaptação, de avaliação e o tempo de iniciar um programa até um máximo de dois anos. Durante esse período está a desenvolver a fase de desenvolvimento de competências pessoais e sociais. (...) Se adquirirem essas competências até ao máximo de 2 anos, portanto, pode ser antes, (...) pode transitar para uma outra fase que é a de competências técnicas mas caso isso não aconteça pode repetir a fase. Isto está tudo previsto (...) em protocolo próprio de avaliação. Ao fim do tempo passa então para a fase de desenvolvimento de competências técnicas e, se tudo correr bem, se a pessoa até ao máximo de 1 ano conseguiu adquirir as competências passa para o programa de transição para a vida ativa. Se por acaso não consegue adquirir estas competências mesmo repetindo o ciclo então fica em fase de manutenção ativa, que é uma fase dinâmica onde a pessoa vai trabalhar competências específicas que necessita para se desenvolver. No fundo vai construir o seu próprio projeto. Se o projeto do próprio não passa ou não tem por limitações ou por falta de competências, digamos, para desenvolver uma formação profissional, portanto permanece aí e constrói o seu próprio projeto nesta fase.</p> <p>Há situações em que pode permanecer mais tempo nesta fase e depois sair e ingressar na fase de desenvolvimento de competências técnicas, que é no fundo uma fase de orientação vocacional, de despiste vocacional e entra no programa de transição para a vida ativa, ou seja, entra na formação profissional, que tem no máximo 2900 horas e ao fim desse tempo tem que sair da formação e ou integra o mercado de trabalho ou integra novamente o Centro de Atividades Ocupacionais ou toma as suas próprias decisões de ir embora ou não”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL (continuação)

Dimensão Entrevistados	Caracterização do contexto e dos intervenientes na instituição
E 1	<p>“Há pessoas que são especializadas, digamos que têm formações (...), a sua formação de base é já para o trabalho ou pode ser aproveitado para este tipo de atendimento. Tem na equipa Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta da Fala, tem professor de Educação Física, tem Professores do Ensino Básico, uma Ceramista, tem Monitores de Formação Profissional e outros profissionais que, não tendo uma formação de base que lhes dá o estatuto de especialista, foram construindo ao longo do tempo pela experiência e por formações que vão adquirindo esse estatuto que lhes dá, realmente, o privilégio de poderem trabalhar bem com pessoas com estas características”.</p> <p>“São pessoas que são responsáveis, que são empenhadas e que têm a noção exata do que deve ser feito e também qual é o seu papel, hum (...) o seu papel contribui também para o desenvolvimento desse projeto de vida das pessoas”.</p> <p>“O centro tem como base pessoas com deficiência mental (...). A prioridade é estabelecida por ser pessoas com deficiência mental a partir dos 16 anos e sem limite de idade. Atualmente temos (...) pessoas com deficiência mental com outras patologias ou outras dificuldades de funcionalidade, por exemplo, ou outras deficiências associadas.</p> <p>“Considero que sim senão não estaríamos aqui a esta altura mas como é que nós... uma coisa é aquilo que nós pensamos outra coisa é aquilo que é na realidade e só é possível saber através do feedback obtido pela comunidade, pelas próprias famílias, pelos próprios clientes que respondem a inquéritos de satisfação, que dão feedback positivo acerca do trabalho que cá desenvolvem e depois também muitas pessoas que são integradas na comunidade, digamos, principalmente as que saem da formação profissional”...</p> <p>“Neste momento são 43, estamos em admissões portanto vai para 46 que é a lotação máxima atualmente”</p>

Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Desenvolvimento do Projeto Institucional
E 1	<p>“O Projeto Institucional é muito amplo. (...) a Associação está certificada em termos de qualidade, está à procura neste (momento) da atribuição da excelência e portanto tem que ser organizado de forma a corresponder e ficar realmente eficaz em termos de qualidade que mereça essa qualificação. Penso que toda a instituição tem como máximo projeto isso mesmo, que é atender pessoas, as pessoas com deficiência mental de forma eficaz, com qualidade e que possa realmente contribuir para o seu desenvolvimento, para melhorar a qualidade de vida de cada um e para a construção do seu próprio projeto”.</p> <p>“Se os objetivos não estivessem a ser concretizados, se não pudessem ser medidos não estaríamos já qualificados em termos de satisfação, porque tudo isso é necessário e temos essa preocupação de perceber que o trabalho está a ser feito (...). De uma forma geral acho que sim, que têm cumprido os objetivos propostos”.</p>

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Práticas de formação na instituição
E 1	<p>“(...)Atualmente são 4, um curso de artesanato e serviços que engloba costura, os bordados, a lavandaria, a engomadoria; o curso de jardinagem; um curso de atividades de serviço de andares e um curso de cozinha que está... os dois fazem parte de atividades de vida hoteleira. (...) É feita em 3 fases: a 1ª fase corresponde mais ou menos a um ano, a outra fase é o 2º ano e a 3ª fase corresponde a 4 meses sensivelmente $\frac{3}{4}$ que é estágio em contexto real de trabalho”.</p> <p>“O espaço é o do próprio Centro. No 1º ano para além da própria área fazem outros trabalhos para melhorarem o seu currículo, para complementarem a sua formação. Para além das atividades físicas, dos <i>ateliers</i> de expressão tudo que possa contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social eles têm acesso e têm também a possibilidade de acesso a outras áreas de formação no sentido de a fazer outras aprendizagens porque uma pessoa que está na área de artesanato e serviços também precisa de aprender a cozinhar, também precisa de aprender a limpar, se tiver prazer e for necessário também precisa de aprender jardinagem e vice-versa. Portanto, cada um na primeira fase pode fazer estes percursos porque a carga horária permite fazer outras aprendizagens. Na segunda fase praticamente corresponde só à sua área técnica”.</p> <p>“Se os grandes objetivos são melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a inclusão, proporcionar às pessoas a promoção da sua autonomia pessoal, social e de realização então claro que temos contribuído, ou a associação tem contribuído para ou toda a formação tem contribuído para o projeto da própria instituição”</p>

Quadros síntese do conteúdo do discurso da entrevista à Diretora do CRPL (continuação)

<p>Dimensão</p> <p>Entrevistados</p>	<p>Práticas de formação na instituição</p>
<p>E 1</p>	<p>“No processo da formação profissional a própria Instituição, o Centro de Emprego, o Ministério do Trabalho e a Segurança Social”.</p> <p>“Os Ministérios e o próprio Centro de Emprego têm um papel para além de fiscalizador do centro de formação, têm também o papel financiador. À instituição compete a gestão e colocar na prática ou colocar os meios para o desenvolvimento dessa formação”.</p> <p>“Vamos tentando sempre que necessário sensibilizar de uma forma geral sempre sensibilizando a comunidade para a importância de abrir as suas portas para a integração ou para acolherem os nossos formandos. (...)sempre que necessário recorremos a determinados serviços que possam corresponder às características do formando, não tanto ao contrário. Ainda não existe, digamos, uma carteira de possíveis empregadores nem sequer para locais de estágio. Sempre que necessário a gente recorre ao sítio, pede autorização, tenta negociar e tudo bem, mas não está um trabalho eficaz ainda”.</p> <p>“Essas entidades são serviços públicos, alguns deles, Câmara Municipal, os Lares de Terceira Idade são os que mais têm acolhido, temos também os centros de dia ou Lares de Acolhimento ou outras entidades, como pequenas empresas que vão acolhendo jovens, uns para estágio mas quando nós procuramos estágio procuramos acima de tudo algum estágio que possa ter a ver algum futuro em termos de emprego, claro”.</p> <p>“Apesar de este trabalho não estar ainda totalmente desenvolvido, há ainda muito caminho a percorrer, mas a comunidade tem acolhido bem cada vez que nós fazemos a tentativa de integrar algum dos jovens. Vai para o mercado do trabalho as pessoas que realmente as pessoas que realmente têm competências para o fazer, porque não interessa de maneira nenhuma a ninguém, nem ao próprio formando, nem à entidade empregadora, nem à instituição estar a colocar pessoas em estágio que não consigam corresponder às expectativas. Daí as pessoas que entraram em estágio têm tido boas taxas de sucesso no mercado do trabalho”.</p> <p>“Acima de tudo a grande crise que atravessa o país. Existe sempre algum estigma relativamente a acolher pessoas com deficiência”.</p> <p>“Sensibilizar de forma mais consistente a comunidade, de mostrar o trabalho, de dizer o quanto estas pessoas podem ter boas competências para desenvolver esse trabalho”.</p> <p>“Os próprios centros formadores, (...) as associações empresariais, os empresários. Haver esta ligação entre as instituições que forma e as associações e os próprios empresários (...),as próprias instituições de ensino terem uma abertura diferente, terem, contribuírem para mostrar, para sensibilizar para mediar digamos o processo entre as associações, percebermos o que é que os empresários lucram com isto, o que é que as pessoas com deficiência podem contribuir para o desenvolvimento económico e para o desenvolvimento financeiro da própria empresa, o que é que eles podem levar de bem, de contributo”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Experiencia de integração
E 2	<p>“Houve um pedido que foi feito por parte da APPACDM, (...) reforçado pela Técnica de Serviço Social que acompanha os beneficiários de RSI (Rendimento Social de Inserção), embora também seja política da instituição acolher estagiários de diversas áreas e de diversas entidades”.</p> <p>“Adaptou-se com muita facilidade, é bastante empática o que também facilita. (...) Aprende com bastante facilidade, é humilde a aceitar correções que possam ser feitas. Em termos de relacionamento foi ótimo, é educada, quando há necessidade de pedir alguma coisa pede, quando tem que se dirigir a mim ou a outra pessoa dirige-se, portanto o exemplo que nós temos é um bom exemplo”.</p> <p>“Não até porque a E. daquilo que eu me apercebo as limitações dela (...) serão limitações cognitivas bastante leves. É uma jovem, pronto, com se calhar um bocadinho de imaturidade mas que... Neste caso não”.</p> <p>“Ai já posso falar um bocadinho mais na generalidade talvez, daquilo que eu conheço de outras pessoas eu penso que globalmente que não, não me parece. A E. deixa se levar não é?! Deixa-se levar mas... (...) Em termos de cumprimentos acho que sim, plenamente”.</p>
E 3	<p>“(…) a partir do momento que eles nos fizeram essa proposta nós aceitamos, achamos por bem até para facilitar e ajudar a integração deles no mercado de trabalho”.</p> <p>“o B. é mais aberto e fala mais e procura-nos mais e realmente quer com os colaboradores quer com os utentes ele reage e lida da melhor forma possível, é super atencioso, super preocupado com eles, sempre preocupado com as necessidades que elas têm, chama, ajuda, tudo e mais alguma coisa. A M. está mais na cozinha e, portanto, já não lida tanto, tão diretamente com os utentes mas mesmo assim desenvolve algumas relações quer com colegas quer com utentes”.</p> <p>“Não. Já podemos ter tido uma ou outra reação menos agradável por parte de visitantes, se calhar, mas de resto nunca nos aconteceu rigorosamente nada, pelo contrário, são muito bem recebidos mesmo”</p> <p>“Num caso mais do que outro. A M. acho que não tem noção, o B. tem noção, tem noção do que pode, do que não pode e das limitações que tem”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Experiencia de integração
E 4	<p>“Na altura achamos interessante aceitar a estagiária porque seria até uma experiencia nova, seria um contacto novo com a nossa população idosa, que poderia, realmente ter ali (...) um caracter bastante positivo porque as pessoas que têm dificuldades (...) não estão incapacitadas para poder trabalhar, não é?!”</p> <p>“Foi uma relação ótima, ela integrou-se muitíssimo bem. (...) Houve uma aceitação ótima por parte dos colegas de trabalho, por parte dos utentes (...). Houve um carinho imenso pela F. e acho que ela se sentiu mesmo integrada na instituição e foi recebida de braços abertos”</p> <p>“Não. (...) Foram-lhe feitos os ensinamentos e toda a gente a tratou de igual para igual. (...) Se a tivesse que chamar à atenção chamava à atenção como chamava às outras funcionárias, sempre num carácter de melhoria, sempre uma chamada de atenção, sempre uma crítica construtiva, e ela aceitava”</p> <p>“A F. tinha. E acho que tendo eles uma formação e sendo bem acompanhados pela instituição formadora, neste caso pela APPACDM, acho que eles têm sim senhora a percepção dos seus direitos, dos deveres e dos direitos, e ela manifestou isso”</p>
E 5	<p>“Eu acho que realmente eles devem ter as mesmas oportunidades (...). Porque na nossa opinião ficam ambas as partes a ganhar (...)”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	<div>Importância da Formação Profissional</div>
<div>E 2</div>	<p>“Claro. Naturalmente há alguns que tiveram oportunidades durante a vida e há outros casos em que realmente se não for a APPACDM e aquilo que é proporcionado pela APPACDM que se calhar não desenvolvem as capacidades que têm”.</p> <p>“(…) acho que as minhas expectativas acabaram por se superar porque se calhar estava a pensar que a E. poderia ter mais limitações do que aquelas que depois acabou por evidenciar”.</p> <p>“Isso, eu só lhe posso dizer em termos de trabalho. (...) ela adaptou-se à maneira como o trabalho é feito aqui. Ela sabia aquilo que era ensinado na escola e adaptou-se à realidade da instituição e acho que sentiu-se parte daquela equipa, acho também que ela conseguiu conquistar as pessoas que trabalham com ela, nem sempre isso é fácil (...). Penso que agora ela talvez possa ter um bocadinho mais de autoconfiança do que quando cá chegou”.</p> <p>“Eu acho que muitas vezes (...) está relacionado com as expectativas (não é?!) que se tem e, portanto, a maneira como são acolhidos e a preparação que também é feita (não é?!). Se as entidades receberem um estagiário de má vontade ou se os colegas de trabalho receberem o estagiário de má vontade ou se houver uma pessoa no grupo que de alguma maneira tenha uma perceção enviesada daquilo que é a deficiência isso pode condicionar e muito o acolhimento que a pessoa tem e a maneira como vai desenvolver o trabalho dela”.</p>
<div>E 3</div>	<p>“Sim, a M. desenvolve muito bem todas as tarefas dela. Ela tem o curso de cozinha e realmente ela tem todas as noções e desenvolve o trabalho dela da melhor forma. O B. igualmente, tudo que é... (...) e os computadores ele domina muito bem e tira fotocópias e essas coisas todas...”</p> <p>Dependendo claro do tipo de trabalho que eles desenvolvem se notássemos realmente que eles iam ser conflituosos e que não se iam adaptar ao local de trabalho a abertura teria sido outra mas obviamente que a intenção foi sempre que eles se integrassem da melhor forma que seria para contratar”.</p> <p>“Nós a esse nível conseguimos perceber melhor em relação a um do que em relação a outro, porque lá está o B. está mais connosco do que a M. que está na cozinha, mas creio que com o que nós vamos observando ele adaptou-se muito bem e cresceu muito e sentiu muita confiança (...)”.</p> <p>“Eu acredito que a forma como as pessoas, as instituições que os acolhem lidam com eles pode afetar imenso a integração deles no desenvolvimento do trabalho. (...) se realmente as pessoas os tratarem e demonstrarem que o facto de eles serem diferentes não tem importância... Se mostrarem que realmente têm algum preconceito em relação a isso acredito que vá influenciar pela negativa o comportamento da pessoa que está aqui a trabalhar. (...) Sentindo o apoio e confiança tudo corre muito melhor”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	<div>Importância da Formação Profissional</div>
<div>E 4</div>	<p>“Sem dúvida a formação que ela trouxe da APPACDM foi essencial para o desenvolvimento das tarefas laborais”.</p> <p>“Posso-te dizer que eu estava muito curiosa e sempre achei que podia correr bem, sou uma pessoa positiva e que acredito nos jovens e que acredito nas capacidades, que sendo elas trabalhadas, valorizadas e partindo do princípio que eles conseguem mesmo (...)”.</p> <p>“Acho que se sentiu mais confiante, acho que saiu daqui, que se sentiu capaz de, de... de levar a vida dela, de ter alguma independência e alguma esperança de poder ser independente e de poder realmente bastar-se por ela própria e governar, como se costuma dizer governar a vidinha dela, ser independente. Eu acho que ela saiu daqui com essa esperança e com essa autoconfiança que era muito importante, eu acho que ela saiu daqui autoconfiante e valorizou-se, apercebeu-se de que era capaz e de que, portanto, era igual”.</p> <p>“A aceitação por parte das instituições, por parte dos colegas, o olharmos para eles de forma normal, que é assim que eles são, não é?! Têm é algumas dificuldades e algumas limitações que sendo elas trabalhadas acabam por conseguir. Isso se forem efetivamente aceites e... (...) a aceitação é fundamental e o acreditarmos neles”.</p>
<div>E 5</div>	<p>“Sim sem dúvida. Eu concordo perfeitamente que eles tenham formação, que sejam integrados conforme as suas capacidades e o trabalho que... (...) Acho que o trabalho que a APPACDM tem desenvolvido tem que ser honrado (...)”.</p> <p>“É assim, nós acreditamos que eles bem acompanhados terão tanto ou mais capacidades do que as pessoas que não têm qualquer problema, digamos assim, e ainda pra mais vindos de uma formação eu penso que as expectativas vão ser... boas, eu creio que sim”</p> <p>“Eu considero que poderia haver a possibilidade de ficar onde estão a estagiar, se houver perspetivas de emprego (...)”.</p> <p>“Eu acho que o sucesso tem a ver com o acompanhamento que nós podemos-lhes dar. Eu acho que quanto mais acompanhamento e orientação lhes pudermos dar, eles têm tudo para ter sucesso no mercado de trabalho. (...) Ainda existe muita estigmatização em relação às pessoas com deficiência, e acho que acaba por ser um entrave para elas se inserirem no mercado de trabalho”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Enquadramento profissional
E 2	<p>“Um dos entraves que eu vejo aqui e já tive a oportunidade de falar com a Dr.^a C. na passada semana é que o setor onde ela está enquadrada é um setor que realmente não carece de mais pessoal e isso pode ser algum entrave. (...) Neste momento, posso-lhe dizer que tudo o que são programas que impliquem a participação financeira da parte da instituição está muito complicado. As exigências para com as IPSS's são cada vez maiores os apoios são cada vez menores, portanto não se pode abarcar tudo aquilo que se calhar gostaríamos”.</p> <p>“(...) eu não vi grandes dificuldades (...). Nós, da nossa parte não sentimos mas ela pode ter sentido”.</p>
E 3	<p>“Sim, eles têm ordenado como outra pessoa qualquer”.</p> <p>“Neste momento demos entrada com requerimentos na Segurança Social, a nível das taxas, das contribuições”.</p> <p>“Sem dúvida alguma. O trabalho deles mantém-se”.</p> <p>“Sinceramente não sentimos nenhuma”.</p>
E 4	<p>“Na altura, não ficamos com a F. porque a instituição não tinha condições para isso e portanto nem com as facilidades que o governo dá não tínhamos essa facilidade (...)”</p> <p>“Não houve. De facto integrou-se tão bem, eu acho que ela gostava muito de nós e nós dela e efetivamente acho que correu muito bem”.</p>
E 5	<p>“Eu acho que realmente eles devem ter as mesmas oportunidades (...). Porque na nossa opinião ficam ambas as partes a ganhar (...)”.</p> <p>“Sim, acredito. Não é por eles terem qualquer tipo de deficiência que não têm competências e capacidades para o fazer, não é?! Eu acho que sim, que eles têm capacidades para fazer qualquer tipo de serviços desde que tenham formação na área (...)”.</p> <p>“Eu acho que, às vezes, o fato de as pessoas não terem conhecimento do tipo de deficiência pode colocar alguns entraves à integração da pessoa. A ideia do coitadinho, a ideia de que não vai ser capaz, a ideia de que se calhar não vem para aqui ajudar, pelo contrário...”.</p> <p>“Não tem a ver por aí. (...) Eu acho que é uma forma de incentivar as empresas a contratar... não vou dizer que não pesa um bocadinho, como é lógico, não é?! (...) Se a pessoa for uma pessoa competente, que consiga atingir os objetivos, (...) penso que não há problema algum em fazermos um contrato com essa pessoa (...)”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Mudanças propostas
E 2	<p>“Em parte pode ser preciso ainda um trabalho de alteração de mentalidades e que isso vai demorar algum tempo não é, e não é da responsabilidade de uma só pessoa”.</p> <p>“Quem conhece a área é que precisa de estudar isso e preparar formações de acordo com aquilo que são as possibilidades... a formação é extremamente útil (...). Não devemos, acima de tudo, nunca criar falsas expectativas às pessoas, portanto (...) não fazer formações que de alguma maneira possam fazer as pessoas crerem que podem desempenhar funções que depois não vão ter, vão acabar por não ter saída... ou porque realmente não têm saída mesmo ou porque o produto final em termos de formação vai ser um formando que não consegue chegar a um nível mínimo exigido ou porque realmente a sociedade ainda não está preparada para aceitar a pessoa com deficiência dentro daquela área específica, não lhe sei dar um exemplo, não é?!”. “Do Estado e da Escola?! Lá está, eu acho que, que... Relativamente ao Estado os apoios que dá acho que são mais financeiros, acho que acima de tudo eles deviam dar mais o exemplo. Se eles acreditam que estão a financiar instituições que preparam pessoas com formações para as realizarem tarefas nas instituições particulares nas empresas eles se calhar deviam ser os primeiros a dar o exemplo e se calhar não dão porque se calhar... vemos no Município pessoas que são contratadas com algum tipo de deficiência mas normalmente são coisas mais insignificantes que não têm qualquer tipo de impacto na realização das tarefas que vão fazer e que acabam por pensar.... Bem acaba por ser economicamente mais favorável mas acho que não se pode ver só pelo lado económico, tem que haver também a função social”.</p>
E 3	<p>“O principal é mesmo a maneira de ser e a mentalidade das pessoas. Acho que se as pessoas deixarem de ser preconceituosas e olharem para as pessoas portadoras de deficiência como uma pessoa como ela, porque são, tal como nós... (...) O problema é que vivemos numa sociedade muito preconceituosa e eles acabam por se ver extremamente limitados e marginalizados com isso”.</p> <p>“Eu acho que as instituições que existem (...) e realmente todos os esforços que estas instituições fazem para lhes poderem fazer o melhor e poderem prepará-los da melhor forma para a integração deles no mercado do trabalho... são trabalhos que não há como poder descrever como é realmente importante e bom para eles. Estas instituições são realmente de louvar e que já os prepara para poder integrar no mundo do trabalho”.</p> <p>“É assim, eu acho que a nível de estado já há muitas coisas que são feitas, já há muitos incentivos para a contratação de pessoas portadoras de deficiência, portanto a esse nível não acho que haja muita coisa que possa ser feito.</p> <p>A nível das escolas, já existem escolas para pessoas portadoras de deficiência, portanto a esse nível essa questão já é trabalhada, já têm em conta o facto de terem capacidades diferentes e são trabalhadas de modo diferente. Mesmo nas escolas, certos alunos que possam notar que há certas diferenças em relação a outros, também já têm outro tipo de acompanhamento. E em relação a isso acho que o papel do Estado e da Escola já está a ser feito”.</p>

Quadros síntese do conteúdo do discursos das entrevistas às entidades (continuação)

<div>Dimensão</div> <div>Entrevistados</div>	Mudanças propostas
E 4	<p>“Eu considero essencial a mudança de mentalidades, e a aceitação por parte das pessoas e o acreditarmos neles, (...) não podemos olhar para eles à partida como incapazes, não é?”</p> <p>“Eu defendo uma formação, é evidente mais alargada do que para outro jovem noutro tipo de ensino, no ensino corrente. Uma formação mais cuidada, mais atenta, voltada mais para o lado humano ou para aquele lado essencial que é a parte humana, o acarinhar, o acolher, e depois com uma componente prática bastante intensiva também porque eles precisam disso. Não tanto da parte teórica mas uma parte prática grande mas nunca esquecendo a parte da psicologia, da... a parte da formação do ser, essa parte tem que ser muito acompanhada. A integração na sociedade, pronto e uma formação bem mais cuidada e prolongada”.</p> <p>“Têm uma função muito importante. O Estado acima de tudo ... os apoios... é assim apoios financeiros também mas não quer dizer que depois de eles estarem integrados e de conseguirem executar as tarefas que seja necessário muito apoio económico. Se eles conseguirem desenvolver as tarefas como outros funcionários é, portanto uma atividade por outra. (...) O ensino especializado nas escolas era muito importante nesse sentido porque permite-lhes serem integrados na sociedade logo de pequeninos, o que é muito bom porque não se sentem diferentes, porque convivem com todos os meninos e com os colegas normalmente, têm o ensino especializado adequado às necessidades e futuramente a integração no mundo profissional vai ser muito mais fácil porque não vão sair daquele meio restrito a crianças ou jovens com necessidades especiais e atirados aos lobos, como se costuma dizer na sociedade profissional não é?! no mundo profissional, e aí é um choque terrível. Acho que para saber estar perante a sociedade era muito mais fácil que eles fossem integrados nas escolas normais”.</p>
E 5	<p>“Eu penso que passa um bocadinho pela parte da sensibilidade das pessoas, digamos assim. Eu acho que não só no mercado de trabalho, mas o convívio com as outras pessoas da mesma idade, com jovens se forem jovens, o sair, o conviver. Às vezes as pessoas que têm alguma deficiência acabam por ficar muito fechadas em casa, às vezes até os próprios progenitores têm alguma dificuldade na integração, às vezes as próprias escolas acabam por afastá-los um bocadinho dos outros grupos... Eu acho que devemos começar desde crianças a integrá-los na sociedade. (...) Eu acho que se calhar deve ser um trabalho feito com a família (...) E depois a própria sociedade que, que lá está, ter o conhecimento, a noção que aquelas pessoas podem realmente fazer tanto ou mais do que nós”</p> <p>“O Estado deveria ter mais responsabilidades na questão do acompanhamento a estes jovens. Eu acho que acaba por colocar muito a responsabilidade nas instituições e acaba por não dar o apoio, principalmente às famílias que deveria dar, desde que eles nascem. (...) também sensibilizar a sociedade para estas questões”..</p>

Programa do seminário

14h00	Receção dos participantes	15h00	Painel I
14h30	Sessão de abertura	16h00	Debate
	Víctor M. Alves Mendes Presidente do Município de Ponte de Lima	16h30	Pausa para café
	Águeda Lima Diretora do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo	17h00	Painel II
	Luiz Costa Presidente da APPACDM de Viana do Castelo	17h45	Debate
	José Carlos Morgado Coordenador do Curso Mestrado em Educação/MESF – Universidade do Minho	18h00	Encerramento


12 de julho de 2012


Audatório da Câmara Municipal de Ponte de Lima

PROGRAMA

15h00 PAINEL I

Inserção socioprofissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho.

 **O processo de incapacitação como referencial conceptual do desenvolvimento humano**
Pedro Teixeira (Investigador do CIE – FPCE, Universidade do Porto)

 **A avaliação das capacidades na deficiência como instrumento para o emprego**
Ana Salvado (Investigadora no CIES do IUL)

Trabalho e emprego como condição fundamental para a inclusão social das pessoas com deficiências e incapacidades
Jerónimo de Sousa (Diretor do CRPG)


MODERADOR


José Carlos Morgado
Coordenador do Curso Mestrado em Educação/MESF – Universidade do Minho

PAINEL II 17h00

Inserção socioprofissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho: Relatos de experiências.

 **Formação profissional na APPACDM de V. Castelo 25 anos a Validar Competências em Igualdade de Oportunidades***
José Duarte Barbosa (Coordenador da Formação Profissional da APPACDM de Viana do Castelo)

 **Medidas e Programas para a deficiência**
Suzana Parente (Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo)

 **Todos iguais, todos diferentes, todos temos direito a uma oportunidade!**
Catarina Castro (Diretora do Lar Casa de Magalhães)

MODERADOR

Manuel Domingos Cunha da Silva

Mudando conceitos, atenuando barreiras

um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental

organizado em parceria com a Câmara Municipal de Ponte de Lima, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e a Universidade do Minho

Comissão Organizadora:
Gloria Vega - U Minho
Conceição Cunha - CRPL



ORGANIZAÇÃO:
Universidade do Minho
Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM

APOIOS:

Câmara Municipal de Ponte de Lima



PROMOTOR:

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo

12 de julho de 2012

Audatório da Câmara Municipal de Ponte de Lima

Cartaz de divulgação do seminário

- 15h00 PAINEL I**
Inserção socioprofissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho.
-  **O processo de incapacitação como referencial conceptual do desenvolvimento humano**
Pedro Teixeira (Investigador do CIE - FPCE, Universidade do Porto)
 -  **A avaliação das capacidades na deficiência como instrumento para o emprego**
Ana Salgado (Investigadora no CIES do IUL)
 - Trabalho e emprego como condição fundamental para a inclusão social das pessoas com deficiências e incapacidades**
Jerónimo de Sousa (Diretor do CRPG)
- PAINEL II 17h00**
Inserção socioprofissional das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho: Relatos de experiências.
-  **Formação profissional na APPACDM de V. Castelo 25 anos a Validar Competências em Igualdade de Oportunidades**
José Duarte Barbosa (Coordenador da Formação Profissional da APPACDM de Viana do Castelo)
 -  **Medidas e Programas para a deficiência**
Suzana Parente (Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo)
 -  **Todos iguais, todos diferentes, todos temos direito a uma oportunidade!**
Catarina Castro (Diretora do Lar Casa de Magalhães)

Mudendo conceitos, atenuando barreiras

um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental

Comissão Organizadora:
Glória Veiga - U Minho
Conceição Cunha - CRPL



ORGANIZAÇÃO:
Universidade do Minho
Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Centro de Reabilitação de Ponte de Lima

PROMOTOR:
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo

APOIOS:
Câmara Municipal de Ponte de Lima



12 de julho de 2012

Auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima

organizado no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação da Universidade do Minho

Certificado de participação no seminário

Certifica-se que _____

CERTIFICADO

Participou no Seminário *"Mudando conceitos, atenuando barreiras - um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental"*, que decorreu no dia 12 de julho de 2012, no Auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima, organizado no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, da Universidade do Minho, em colaboração com o Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (CRPL) da APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo.

Ponte de Lima, 12 de julho de 2012.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

[Assinatura]

Comissão Organizadora:
Glória Veiga - U. Minho
Conceição Cunha - CRPL



ORGANIZAÇÃO:
Universidade do Minho
Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM

APOIOS:
Câmara Municipal de Ponte de Lima



APPACDM



PROMOTOR:
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo

**Mudando conceitos.
atenuando barreiras**

um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental

organizado no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, da Universidade do Minho

12 de julho de 2012

Auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima

Convite para o seminário

CONVITE O Instituto de Educação da Universidade do Minho e a APPACDM de Viana do Castelo têm a honra de convidar V. Exa. a participar no Seminário *“Mudando conceitos, atenuando barreiras – um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental”*, organizado no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, da Universidade do Minho, em colaboração com o Centro de Reabilitação de Ponte de Lima (CRPL) da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo (APPACDM), que se realizará no dia **12 de julho de 2012**, com início às 14.00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Certos de que a presença de V. Ex.^a contribuirá para a dignidade deste ato, aguardamos e agradecemos a aceitação deste nosso convite.

A APPACDM DE VIANA DO CASTELO

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DA COSTA

Comissão Organizadora:
Glória Veiga - U.Minho
Conceição Cunha - CRPL



ORGANIZAÇÃO:
Universidade do Minho
Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM

Universidade do Minho
Instituto de Educação

APOIOS:

Câmara Municipal de Ponte de Lima



APPACDM



PROMOTOR:




Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo

**Mudando conceitos,
atenuando barreiras**

um passo para a integração socioprofissional das pessoas com deficiência mental



Instrumento de avaliação do seminário

QUESTIONÁRIO

A sua opinião sobre o seminário “Mudando conceitos, atenuando barreiras” é de extrema importância, de forma a que possamos aferir em que medida satisfazemos as suas expectativas e melhorar a qualidade dos próximos eventos.

Sessão Plenária – Seminário “Mudando conceitos, atenuando barreiras”
Data: 12/07/2011


Responda utilizando a seguinte Escala de Ponderação:
1 - Mau; 2 – Razoável; 3 – Bom; 4 - Excelente

Itens a avaliar	1	2	3	4
1. Local onde se realizou o seminário (situação geográfica, acessibilidade)				
2. Sala onde se realizou o seminário (conforto, som, luz)				
3. Data de realização do seminário				
4. Horário de início do seminário				
5. Duração do seminário				
6. Recepção aos participantes (acolhimento, coffee break)				
7. Meios audiovisuais utilizados				
8. Oradores convidados (intervenções e temas apresentados)				
9. Interesse dos temas abordados				
10. Tempo das intervenções dos oradores				
11. Tempo disponível para debate				
12. Interesse da iniciativa				


Gostaríamos ainda que nos respondesse às seguintes questões:

1- Indique o momento do Seminário que mais apreciou:


Instrumento de avaliação do seminário (continuação)



Universidade de Minho



APPACDM
VIANA DO CASTELO



CENTRO DE REABILITAÇÃO
DE PONTE DE LIMA

Justifique:

2 – Apresente algumas sugestões para novas iniciativas do género:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Objetivos da ação de sensibilização/formação com as escolas

	Ação de sensibilização/formação
Público-alvo	A definir
Duração	A definir
Objetivos da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Educar e sensibilizar os jovens para a participação de Todos em todas as esferas da vida e do desenvolvimento social, com vista à promoção de uma sociedade mais igualitária; - Promover na escola a introdução de práticas pedagógicas potenciadoras da igualdade e da mudança ao nível das representações sociais; - Promover o conhecimento e exercício alargado dos direitos respeitantes à pessoa com deficiência, enquanto fatores indispensáveis à promoção da igualdade de oportunidades; - Desenvolver e ensaiar materiais pedagógicos e de sensibilização, que conduzam à introdução e promoção da dimensão da igualdade de oportunidades em contexto escolar; - Promover a interação entre a escola e a APPACDM com vista a uma abordagem integrada da perspetiva da igualdade; - Reforçar a criatividade e capacidade crítica dos/as alunos/as, conduzindo à desconstrução de papéis sociais e profissionais.
Possíveis atividades a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de Sensibilização subordinadas à questão da igualdade; - <i>Workshops</i> para os/as alunos/as; - Campanha de Sensibilização para a promoção da igualdade em contexto escolar; - Jornadas para a Igualdade; - Construção e Realização de jogos pedagógicos; - Seminário

Exemplo de atividades a que poderiam ser realizadas na ação de sensibilização/formação com as escolas

Atividade nº1: A justiça	
Público-alvo	A definir
Duração	A definir
Objetivos da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o sentido de justiça; • Expressar sentimentos relativos a situações de justiça e injustiça; • Compreender a importância da justiça para a vida de todos os seres; humanos e de todas as sociedades.
Estratégias metodológicas	Observação; <i>bainstorming</i> ; perguntas e respostas; debate em grupo
Material	Cadernos; quadro; folha de cartolina; material de apoio.
Descrição	<p>1- Começamos por dar a conhecer ao alunos que a temática a trabalhar na aula será a justiça. De seguida dividimos o quadro em duas partes e pedimos aos alunos que no caderno façam o mesmo. Pedimos ainda que, através de palavras, frases curtas, expressões, digam o que para eles é justo, sendo registado de um lado do quadro, e o que é injusto, sendo registado do outro lado do quadro.</p> <p>2- Posteriormente, poderão assistir a um pequeno vídeo representativo da (in)justiça ou então ter acesso a um pequeno texto, poesia alusiva à temática, para a sua consolidação.</p> <p>3- Depois de recolhidas as suas ideias iniciais e de consolidada a temática através do material fornecido pede-se à turma que se agrupe em grupos de quatro elementos, para tentarem dar uma definição de “justiça” (o que consideram que é justo). O grupo elege um elemento para porta-voz para dar a conhecer à turma a definição a que chegaram. As repostas serão anotadas no quadro. A partir das propostas dos alunos, em conjunto, procurar-se-á elaborar e escrever no quadro uma definição de justiça.</p> <p>4- Apresentamos, em acetato ou no quadro, por exemplo, algumas questões, que possam levar os alunos a refletir sobre a importância da justiça: (1) A justiça é importante? Porquê? (2) O que torna as coisas injustas? (3) Lembraste de uma altura da tua vida em que alguma coisa foi justa? (4) E de uma altura em que alguma coisa foi injusta? (5) Como é que te sentiste quando as coisas foram injustas?</p> <p>5- Após a reflexão sobre estas questões segue-se o debate sobre duas questões: - As situações podem ser sempre justas? O que podemos fazer para tornar as coisas justas no país e no mundo?</p> <p>6- Registo das conclusões do debate em cartolina e afixação na parede.</p> <p>7- Pedimos, ainda, que cada grupo desenhe numa cartolina um mundo dividido em duas partes. De um lado, bem-estar e gente feliz; do outro lado, falta de bem-estar e gente triste.</p>

Exemplo de atividades a que poderiam ser realizadas na ação de sensibilização/formação com as escolas (continuação)

Atividade nº2- Discriminação racial	
Público-alvo	A definir
Duração	A definir
Objetivos da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e recusar situações de discriminação – discriminação racial; • Expressar sentimentos relativos a situações de discriminação; • Reconhecer as atitudes negativas face à diferença racial.
Estratégias metodológicas	Discussão em grupo; role play.
Material	Computador; projetor; colunas; vídeo; guião de exploração do vídeo; papel; lápis/caneta.
Descrição	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exibição de um pequeno vídeo, que reúne excertos de filmes que retratam ações de discriminação 2. Discussão/ diálogo com os alunos sobre a temática da discriminação, focando a discriminação racial. (guião de exploração do vídeo) 3. Role play para que os alunos interiorizem alguns conceitos - categorização, estereotipar, preconceito e atitudes negativas - que se praticam, quando há discriminação racial. Diálogo com os alunos sobre os conteúdos que foram abordados no role play (guião de exploração do role play) 4. Realização da seguinte tarefa tendo por base os conteúdos trabalhados na aula: “Imagina que tens a oportunidade de participar na elaboração de um anúncio publicitário contra a discriminação racial. A tua tarefa é escrever uma frase de sensibilização sobre esta temática. A tua frase é o mais importante da campanha, o que aumenta as tuas responsabilidades. Assim sendo, o que escreverias?” 5. As frases elaboradas pelos alunos serão utilizadas na sessão seguinte.

Exemplo de atividades a que poderiam ser realizadas na ação de sensibilização/formação com as escolas (continuação)

Atividade nº3- A violação dos direitos humanos em Portugal	
Público-alvo	A definir
Duração	A definir
Objetivos da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer casos de violação dos direitos humanos; • Refletir sobre o (in)cumprimento dos direitos humanos em Portugal.
Estratégias metodológicas	Trabalho de grupo; análise e seleção de notícias; debate; produção de textos.
Material	Jornais diários; Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Descrição	<p>1- Solicitar aos alunos que formem grupos de quatro, ao seu critério. De seguida, o professor distribui um jornal diário nacional, por grupo, todos do mesmo dia. Pede-se-lhes que procurem e que selecionem as notícias cujo conteúdo considerem ser uma grave violação dos direitos humanos.</p> <p>2- Depois de cada grupo ter discutido o material de trabalho, os alunos são convidados a apresentar oral e sucintamente o conteúdo das notícias que leram, referindo os direitos humanos que não foram respeitados; nesta fase, o formador ou professor deve provocar o debate de ideias entre os alunos dos vários grupos e testar a consistência dos argumentos apresentados. Chegados a um consenso, fazer um esquema síntese no quadro que permita visualizar a relação entre as notícias e os direitos humanos violados (o esquema a fazer no quadro deve contemplar tudo quanto for trabalhado anteriormente).</p> <p>3- Tirar conclusões. Em diálogo alunos/alunos e formador ou professor/alunos, os alunos devem ser capazes de deduzir que, apesar do material ser uma pequena amostra do que se passou em Portugal durante 24 horas se cometem diariamente atropelos graves aos direitos humanos, mesmo na “nossa terra”.</p> <p>4- O professor propõe agora que cada aluno elabore um texto escrito de reflexão crítica sobre tudo o que se passou na aula, sugerindo ações a realizar pela sociedade civil e pelas entidades oficiais, para que Portugal seja um dos países do mundo onde efetivamente se respeitem os direitos humanos.</p> <p>5- A atividade poderá ser avaliada em função do interesse e da participação oral dos alunos, bem como pela qualidade do trabalho escrito que foi proposto pelo professor.</p>